

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

BÁRBARA OLIVEIRA ROSA

CAROLINAS, CATADORAS DE SONHOS

FRANCA

2020

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

BÁRBARA OLIVEIRA ROSA

CAROLINAS, CATADORAS DE SONHOS

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP – campus de Franca, como requisito para realização do Doutorado.

Orientador: Prof. Dr. Dagoberto José Fonseca

Coorientadora: Prof^ª. Dr^ª. Taís Pereira de Freitas

FRANCA

2020

R788c Rosa, Bárbara Oliveira
Carolinas, catadoras de sonhos / Bárbara Oliveira Rosa. -- Franca,
2020
150 p. : fotos, mapas

Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Franca
Orientador: Dagoberto José Fonseca
Coorientadora: Taís Pereira de Freitas

1. Carolina Maria de Jesus. 2. Catadoras de materiais recicláveis. 3.
Gênero. 4. Raça-etnia. 5. Classe social. I. Título.

Dedico este trabalho à memória de Carolina Maria de Jesus.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a colaboração de pessoas e instituições.

Ao professor Dr. Dagoberto José Fonseca, pela orientação deste trabalho, pelas sugestões e ensinamentos.

À professora Dra. Taís Pereira de Freitas, pela coorientação deste trabalho, pelas contribuições.

Ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da UNESP, Franca.

Aos professores, funcionários e colegas da pós-graduação.

À CAPES, pelo financiamento.

Aos meus pais, Francisco de Assis Telini Rosa e Lorelai Margarida Pelizaro Cintra e Oliveira Telini Rosa, que me incentivaram a ser uma pesquisadora.

À minha família, pelo apoio e suporte sempre, em especial minha madrinha Ana Fausta Telini Rosa e minha tia assistente social Tacini Pelizaro Cintra e Oliveira.

Ao meu tio Luís Gustavo Telini Rosa e à minha avó Marlene Telini Rosa, que faleceram durante o processo de realização da pesquisa.

Ao meu namorado Gabriel Longo e família, pelo companheirismo.

Às minhas amigas Laiza Ciabati, Jéssica Müller, Eloá Fernandes e Karina Françoso pelas conversas e desabafos.

À bibliotecária e cunhada Renata Carvalho de Oliveira, pelos ensinamentos sobre as normas da ABNT.

Às catadoras de materiais recicláveis da Cooperfran, que compartilharam suas histórias comigo.

“gostaria de recortar um pedaço do céu pra fazer um vestido”
Carolina Maria de Jesus

ROSA, Bárbara Oliveira. **Carolinas, catadoras de sonhos**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

RESUMO

O propósito da pesquisa é discutir a realidade das mulheres negras catadoras de materiais recicláveis, a partir das obras de Carolina Maria de Jesus. A problemática da pesquisa perpassa o modo como os preconceitos de gênero, etnia-raça e classe social refletem na vida e na construção de uma identidade invisível das mulheres negras catadoras, tanto em 1955, quando Carolina Maria de Jesus escreveu *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, quanto atualmente. A composição do estudo se desenvolveu em dois sentidos: observação participante, seguindo o regime de uma etnografia e as histórias de vida, obtidas através de relatos orais. Essas etapas foram desenvolvidas na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran), situada na cidade de Franca/SP. Os resultados da investigação permitem perceber que, mesmo pós abolição, as pessoas negras são responsáveis pelos serviços ligados ao lixo; que as catadoras de materiais recicláveis ainda hoje retiram alimentos do lixo; e que essas mulheres resistem por meio das suas histórias.

Palavras-chave: Gênero. Etnia-raça. Classe social. Catadoras de materiais recicláveis. Mulheres negras. Carolina Maria de Jesus.

ROSA, Bárbara Oliveira. **Carolinas, dream catchers**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

ABSTRACT

The purpose of the research is to discuss the reality of black women who collect recyclable materials, based on the works of Carolina Maria de Jesus. The research problem pervades the way in which the prejudices of gender, race-ethnicity and social class are reflected in the life and construction of an invisible identity of black women waste pickers, both in 1955, when Carolina Maria de Jesus wrote. *Dump Room: diary of a slum*, as it is today. The composition of the study was developed in two ways: participant observation, following the regime of an ethnography and life stories, obtained through oral reports. These stages were developed at the Franca e Região Recyclable Material Collectors Cooperative (Cooperfran), located in the city of Franca / SP. The results of the investigation show that, even after abolition, black people are responsible for services related to garbage; that recyclable material pickers still remove food from the trash today; and that these women resist through their stories.

Keywords: Gender. Ethnicity-race. Social class. Recyclable material pickers. Black women. Carolina Maria de Jesus.

ROSA, Bárbara Oliveira. **Carolinas, atropasueños**. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2020.

CURRÍCULUM

El propósito de la investigación es discutir la realidad de las mujeres negras que recolectan materiales reciclables, a partir de las obras de Carolina Maria de Jesus. El problema de la investigación impregna la forma en que los prejuicios de género, raza-etnia y clase social se reflejan en la vida y construcción de una identidad invisible de las mujeres negras recicladoras, ambas en 1955, cuando Carolina Maria de Jesus escribió Quarto de evpe: diario de un tugurio, como lo es hoy. La composición del estudio se desarrolló de dos formas: observación participante, siguiendo el régimen de una etnografía e historias de vida, obtenidas a través de informes orales. Estas etapas se desarrollaron en la Cooperativa de Recolectores de Materiales Reciclables Franca e Região (Cooperfran), ubicada en la ciudad de Franca / SP. Los resultados de la investigación muestran que, incluso después de la abolición, los negros son responsables de los servicios relacionados con la basura; que los recolectores de materiales reciclables todavía eliminan los alimentos de la basura en la actualidad; y que estas mujeres resistan a través de sus historias.

Palabras clave: Género. Etnia-raza. Clase social. Recogedores de material reciclable. Mujeres negras. Carolina Maria de Jesus.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Chegada do material reciclável	31
Figura 2: Esteira	31
Figura 3: Materiais prensados	32
Figura 4: Festival de alimentos orgânicos	33
Figura 5: Baratas	34
Figura 6: Almofada	35
Figura 7: Roupas	36
Figura 8: Monte de reciclável	36
Figura 9: Rato	37
Figura 10: Gaze com sangue	38
Figura 11: Pote com seringas	38
Figura 12: Rato morto	41
Figura 13: Papel higiênico usado	41
Figura 14: Larvas	42
Figura 15: Laterais da esteira	44
Figura 16: Garrafas Coca-Cola	46
Figura 17: Pouco material reciclável	47
Figura 18: Feto de rato	49
Figura 19: Cobra	50
Figura 20: Seringa	52
Figura 21: Prensa	53
Figura 22: Luva de hospital	53
Figura 23: Escola	62
Figura 24: Cadeia	63
Figura 25: Favela do Canindé	65
Figura 26: Audálio, Carolina e Vera	66
Figura 27: Livros mais vendidos 1960	67
Figura 28: Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus	106
Figura 29: Catadoras trabalhando	125
Figura 30: Vakinha Virtual	136

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Idade dos trabalhadores	25
Gráfico 2: Escolaridade dos trabalhadores	26
Gráfico 3: Renda familiar	27
Gráfico 4: Motivos para entrada na cooperativa	27
Gráfico 5: Setor que trabalhava anteriormente	28
Gráfico 6: Atividades de lazer dos trabalhadores	29

SUMÁRIO

Considerações iniciais: para entender uma vida é preciso engolir o mundo	13
Metodologia: Caminha na contramão, catadora	19
Perfil dos trabalhadores: Carolinas da literatura à realidade	25
Diário de campo: Poética do lixo	30
 Secções	
1. Identidade reciclável: identidade, história de vida e memórias	55
2. Identidade submissa: os preconceitos de gênero	83
3. Identidade atribuída: os preconceitos de etnia-raça	90
4. Identidade invisível: os preconceitos múltiplos	96
5. Identidade literária: pensando a obra de Carolina	104
6. Identidade subalterna: os preconceitos de classe social	117
7. Identidade de papel: os preconceitos da cidadã de segunda classe	127
 Conclusões e ponderações: para entender o mundo é preciso engolir uma vida ...	138
Bibliografia	140
Apêndice	150

Considerações iniciais: para entender uma vida é preciso engolir o mundo

*Ah, comigo o mundo vai modificar-se.
Não gosto do mundo como ele é*

Carolina Maria de Jesus, 2014a, p. 109

O problema da tese perpassa como os preconceitos¹ de gênero, etnia-raça² e classe social refletem na vida e na construção de uma identidade invisível ou subalterna das mulheres negras catadoras, a partir das obras de Carolina Maria de Jesus.

O envolvimento com o tema se pauta na participação da pesquisadora, ainda na graduação, nas ações do Grupo de Extensão Democracia Econômica (Gede), da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp), Franca. O grupo desenvolvia um trabalho de incubação de cooperativas populares, baseando sua ação nos princípios da economia solidária, e acompanhava as atividades da Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran).

Desse modo, a pesquisa se constituiu como uma troca, entre pesquisadora e pesquisadas, visto que já existia uma relação entre ambas, através da experiência de extensão, durante a graduação. As temáticas de gênero e etnia-raça apareceram durante a realização das entrevistas, que traçou o perfil dos catadores da cooperativa Cooperfran, em sua maioria, conforme constatado, mulheres negras (pretas e pardas). Destaca-se que a pesquisadora trabalhou com a temática das trabalhadoras na coleta de lixo, durante a graduação e Mestrado, apresentando como trabalho de conclusão de curso *Identidades Recicláveis: a identidade dos catadores de materiais recicláveis na cidade de Franca/SP na primeira década do século XXI* e no Mestrado, a seguinte dissertação *As vozes e as visões dos catadores de materiais recicláveis sobre o meio ambiente*.

O fato de as pesquisas anteriores não apresentarem a temática racial em evidência demonstra que, ao não apontar as relações étnico-raciais, mantinha-se o tema na invisibilidade. É tabu falar de racismo na nossa sociedade, embora ele esteja presente no nosso cotidiano, não sendo possível fugir do assunto. Por isso, acredito que o racismo deve ser uma discussão de todos.

1 “Quando um senso comum se cristaliza como modo de pensar e sentir de uma sociedade, forma o sistema de preconceitos” (CHAUI, 1996,1997, P.117).

2 A justificativa para o uso do termo raça-etnia com hífen será discutida na seção “Identidade atribuída: os preconceitos de etnia-raça”.

Para tal reflexão, faz-se imprescindível discutir a questão da branquitude. Reconheço-me como mulher branca brasileira latino-americana, portadora de privilégios³ nesta sociedade de supremacia branca, e me proponho a trabalhar na desconstrução da branquitude.

Isso não me exime de preconceitos, nem de ter passado por alguns dos estágios da identidade branca que Maria Aparecida Bento⁴ (2017) classifica em seu artigo. A fase inicial é marcada por uma curiosidade primitiva, ou pelo medo de pessoas negras, baseado em estereótipos; sua finalidade é restringir a consciência sobre as relações raciais.

Já o segundo estágio acontece quando pessoas brancas têm novas informações sobre as relações raciais, passando também a ter uma maior interação com pessoas negras, o que pode levar a um entendimento da existência do racismo. A partir desse momento, aparecem os sentimentos de culpa, vergonha e desconforto diante do reconhecimento de seus privilégios e do seu papel na manutenção da estrutura racista.

Porém, a autora descreve que, frente a esses sentimentos, as pessoas brancas podem se convencer de que o racismo não existe, ou que é culpa das vítimas. Como também podem se paralisar, evitando pessoas negras. Contudo, se persistirem na autorreflexão, buscando uma redefinição do que é ser branco, elas podem confrontar o racismo na sua vida cotidiana, tornando-se antirracistas. Um processo, reforça-se, de contínuo aprendizado.

Grada Kilomba (2019) também fala sobre essa questão. Para ela, o primeiro estágio é o da negação, em que a pessoa branca se recusa a ver seus pensamentos e atitudes racistas. Já o segundo ponto, abordado também por Maria Aparecida Bento, é a culpa, no qual o indivíduo branco se sente mal por algo que fez ou deixou de fazer. Depois a vergonha, quando os sujeitos brancos falham em um ideal de comportamento que tinham criado para si.

O reconhecimento é o momento em que a pessoa branca reconhece quem ela é e o que ela fez, atingindo o último estágio: a reparação, em que, conforme descrito pela autora: “O indivíduo negocia a realidade. Nesse sentido, é o ato de reparar o mal causado pelo racismo através da mudança de estruturas, agendas, espaços, posições, dinâmicas,

3 Privilégio – “A ideia de que os membros de um grupo são favorecidos em comparação a membros de outro grupo. Mulheres brancas, por exemplo, têm privilégios se comparadas a mulheres negras, independentemente de outros aspectos de suas vidas, como classe ou nível de educação. De acordo com essa teoria, algumas pessoas são mais oprimidas que outras” (MACCANN et al., 2019, p. 340).

4 Colocar o nome e sobrenome dos pesquisadores e das pesquisadoras, foi uma escolha com a intenção de valorizar, reconhecer e divulgar as mulheres acadêmicas.

relações subjetivas, vocabulário, ou seja, através do abandono de privilégios” (KILOMBA, 2019, p. 46).

Não apenas as pessoas brancas possuem um imaginário sobre os negros e negras; o inverso também ocorre. As pessoas negras podem sentir medo, desconfiança ou até mesmo ódio da branquitude. “Nomear o que a branquitude representa na imaginação negra é geralmente falar de terror” (HOOKS, 2019, p. 306).

Segundo Bell Hooks (2019), desde a escravidão as pessoas negras têm compartilhado seus conhecimentos sobre a branquitude. Empregadas domésticas negras, trabalhando em lares brancos, observam e conversam sobre as pessoas brancas, tendo como objetivo a sua própria sobrevivência em uma sociedade racista.

A autora ainda afirma que existe uma cultura de origem colonial imperialista, que se preocupa em representar a negritude, mas não se interessa sobre a percepção da branquitude na imaginação negra. As pessoas brancas imaginam que são invisíveis para as pessoas negras. Isso se constitui principalmente porque os negros e negras escravizados eram punidos por olhar. Esse controle do branco sobre o olhar negro causou uma falsa sensação de invisibilidade.

Sobre a atualidade, a autora afirma que os brancos e brancas continuaram a ter controle das imagens midiáticas, em que supervalorizam a branquitude e desvalorizam a negritude. Esse fator causa o não aparecimento dos negros e negras, gerando uma falsa segurança, em que as pessoas brancas “[...] nunca precisam ficar na defensiva nem vigiar as pessoas negras para estar seguros: podem viver enquanto as pessoas negras são invisíveis, e podem imaginar que também são invisíveis para os negros” (HOOKS, 2019, p. 300).

Além disso, pretendemos, com a pesquisa, fazer uma crítica ao modo como a planificação da ciência teórica cartesiana se constituiu em nossa sociedade. Ao mesmo tempo em que ela melhora as condições de vida, domina a natureza, elimina as barreiras impostas pelos mitos, também contribui – à proporção do avanço técnico, das instituições e das concepções – para o controle do indivíduo, ocasionando o esquecimento das esferas sociais e das condições humanas, a pobreza espiritual, a reprodução de discursos e atitudes totalitárias.

Nesse contexto, a planificação da ciência não levou ao fim do modo de produção capitalista, mas apenas serviu para agravar, ainda mais, as formas de exploração e as injustiças sociais. Correlato a essa questão, percebemos, através da filosofia clássica, como se justificava a escravidão das pessoas negras.

Segundo Mogobe Ramose (2011, p. 7), “[...] somente os seres humanos do Ocidente eram, por natureza, dotados de razão, sendo assim a única e autêntica personificação da famosa afirmação aristotélica o homem é um animal racional”. Esse preceito excluía os africanos, os ameríndios e as mulheres.

Muitas teorias desenvolvidas por pensadores como Kant, Hegel e Darwin foram utilizadas a fim de respaldar cientificamente a escravidão. Na Europa, havia toda uma discussão acerca do positivismo de Comte e do darwinismo social. Todo esse aparato teórico construído serviu como meio ideológico de legitimar sua posição hegemônica, justificando, através do seu discurso, colonizar países da África, da América e do Oriente. Essa perspectiva teórica, embasada na lógica de superioridade e inferioridade, reforçava posturas racistas diante de uma compreensão biologizante.

Fica visível essa influência nos pensadores brasileiros. O médico Nina Rodrigues (2011), viveu entre 1862 a 1906, motivado pelos conceitos científicos europeus, cria uma teoria brasileira de supremacia racial. Por meio de observações e medidas anatômicas de craniometria, afirmava haver uma inferioridade das pessoas negras por terem um crânio menor, justificando essas serem despossuídas de racionalidade, mais propensas para crimes e predispostas à marginalidade por suas características físicas.

O autor trata as manifestações culturais das pessoas negras como negativas, trazendo as danças, a alegria e a música como pejorativas, em um sentido de bagunça. Fundamentado em uma teoria eugenista, tendo a afirmação da branquitude e a negação da negritude, ele afirma que deveriam ser eliminadas ou coibidas as manifestações culturais de origem africana.

Gilberto Freyre (2003), viveu entre 1900 a 1987, começou a se distanciar dos teóricos do século XIX redefinindo o conceito de mestiçagem, passando a vê-lo como positivo. Um dado importante que o autor traz para a reflexão é que o português conquistador já era miscigenado, de misturas milenares. Portugal era um país pequeno, de poucas pessoas, que mantinha vários lugares colonizados por meio da miscigenação.

Para ele, essa diversidade de etnias trouxe não só riquezas culturais para o Brasil, como também um projeto de nação, em que a miscigenação seria a solução (homogeneizar pela cor) e essa “harmonia entre as raças” seria ponto de unidade e fortalecimento de nossa identidade nacional brasileira.

Gilberto Freyre é criticado por ter romantizado a história, considerando as pessoas mestiças como filhos de amor, de harmonia e equilíbrio, e não de estupros, abusos e sofrimento. Angela Davis (2013, p. 38) afirma que não houve humanidade na

miscigenação, para ela “difícilmente havia uma base para ‘prazer, afeto e amor’ quando os homens brancos por sua posição econômica, tinham acesso ilimitado ao corpo das mulheres negras”. Kabengele Munanga (2006) complementa essa crítica, afirmando que a teoria de identidade única de Freyre fomentou a negação da negritude e cristalizou o mito da democracia racial brasileira, atuando ideologicamente para disfarçar o racismo.

Podemos concluir que proposições racistas trazidas em diversas teorias, por vezes tidas como ultrapassadas, ainda estão presentes na sociedade brasileira, pautando-nos na violência policial contra os homens negros, no discurso de ódio “bandido bom é bandido morto”, na intolerância contra religiões de matriz africana. Percebemos que, mais do que trabalho forçado, castigos físicos e estupros, o massacre também se deu de forma cultural, apagando sua história e distorcendo tudo que tivesse sua origem em África.

O Estado brasileiro, ainda hoje, consente o extermínio das pessoas negras. Nossa população é consequência de uma grande violência contra as mulheres negras e indígenas. Por isso, é preciso se posicionar contra o machismo e o racismo. Precisamos positivar esse imaginário que, ao longo de milênios, colocou a mulher branca, o homem negro e a mulher negra como inferiores.

Cheikh Anta Diop (2010) é um dos pesquisadores que faz isso, questionando o racismo científico, com dados que comprovam que o Egito antigo era uma civilização negra, que muitos filósofos ocidentais aprenderam com sábios africanos. Além disso, afirma que o continente africano é o berço da humanidade. O *Homo sapiens* surge na África e se espalha por todo o globo. Portanto, todos nós, seres humanos, somos afrodescendentes.

Achille Mbembe (2014) complementa essa discussão, mostrando que a história do racismo está vinculada à submissão dos corpos. Segundo esse pensador, a Europa inventou o “outro” para manter o “mesmo”, propagando uma ideologia, uma cultura e um pensamento racional eurocêntricos. Assim, quando definimos alguém como “outro”, consequentemente, desumanizamos, aniquilamos e mantemos antigos preceitos racistas de que as pessoas negras são mercadorias.

Como já dito, esses preconceitos e desvalorização da pessoa negra advêm principalmente de uma cultura eurocêntrica. Viviane Forrester (2006, p. 46) mostra como a Europa e os Estados Unidos contribuíram e contribuem para a manutenção de conflitos e exclusão de povos, subjugando-os como inferiores: “Espoliações, carnificinas, genocídios de povos inteiros foram perpetuados ao longo dos séculos, para e por europeus

contra outros continentes, com a consciência tranquila, com o aval do público, com a sua admiração diante de tais realizações [...]”.

Segundo Joseph Ki-Zerbo (2006), ainda hoje os países europeus se intrometem política e economicamente no continente africano. A justificativa é de que estão buscando o desenvolvimento. Essa “ajuda” eurocêntrica cria uma relação de dependência, que atrapalha os países africanos, na medida em que ficam à mercê das vontades do continente europeu.

Modos de dominação imperialista, colonialista e racista se fundem e impõem um jeito de viver. Uniformizando pela cultura, em vez da morte física, tem-se a destruição da diversidade. Somos culturalmente dependentes das teorias, dos filmes, dos livros, do estilo de vida europeu e norte-americano. A maior parte da população que habitou nosso país é de origem africana, mas, ao invés de assumirmos tal cultura, a negamos.

Por isso, pretendemos, com a pesquisa, romper com as referências acadêmicas restritas ao pensamento filosófico masculino eurocêntrico e norte-americano. Buscar vozes silenciadas, como das pesquisadoras negras, vozes mais próximas da nossa realidade, como dos homens e mulheres latino-americanos, nos ajuda a “engolir” o mundo, entendendo o lugar que ocupamos e os privilégios que possuímos.

Só assim podemos ter compreensão de nossa própria história, de quem somos, e, de fato, produzir um conhecimento que combata o racismo, o machismo e a desigualdade social. Por consequência, a pesquisa se caracteriza em desaprender o que já se sabe e aprender o novo, com as mulheres negras, com as mulheres brancas, com os homens negros, com o pensamento filosófico latino-americano e africano. É preciso feminizar e enegrecer as referências acadêmicas.

Metodologia: Caminha na contramão, catadora

Eu escrevi a realidade.

Carolina Maria de Jesus, 1961, p. 30

A pesquisa foi desenvolvida a partir dos métodos: história de vida e etnografia, utilizando-se as seguintes técnicas: o diário de campo, a fotografia e a entrevista. Em relação ao trabalho etnográfico, ele foi realizado durante um mês, sendo registrado no diário do campo. Dentro da história oral, recorreremos à história de vida, entrevistando seis mulheres negras (três mulheres pretas e três mulheres pardas).

Como já dito, a filosofia euro-ocidental respaldou cientificamente a escravidão e, ainda hoje, temos resquícios dessa ciência racista. Segundo Bell Hooks (1995), pouco se reconhece o trabalho de intelectuais negras nas universidades. Isso se constitui, principalmente, porque as acadêmicas negras exercem um trabalho intelectual que ameaça o *status quo*. Para justificar a exploração e o estupro masculino branco durante o período escravista, a cultura branca produziu um estereótipo que considera as mulheres negras “corpos sem mente”.

Grada Kilomba (2019, p. 51) complementa essa questão, afirmando que: “[...] a academia não é um espaço neutro nem tampouco simplesmente um espaço de conhecimento e sabedoria, de ciência e erudição, é também um espaço de v-i-o-l-ê-n-c-i-a”. A universidade preserva a supremacia branca, em que as pessoas brancas ditam as regras do que é a ciência, sendo que só elas podem produzir conhecimento. “[...] [A]s estruturas de validação do conhecimento, que definem o que é erudição “de verdade” e “válida”, são controladas por acadêmicas/o brancos/as” (KILOMBA, 2019, p. 53).

Por isso, para Djamila Ribeiro (2017, p. 68), “[...] por mais que pessoas pertencentes a grupos privilegiados sejam conscientes e combatam arduamente as opressões, elas não deixarão de ser beneficiadas, estruturalmente falando, pelas opressões que infligem outros grupos.”

Em uma sociedade de legado escravista, as pessoas negras vão “[...] experienciar racismo do lugar de quem é objeto dessa opressão [...] pessoas brancas vão experienciar do lugar de quem se beneficia dessa mesma opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos” (RIBEIRO, 2017, p. 86).

Frente a essa realidade, o caminho utilizado foi um diálogo entre Carolina Maria

de Jesus, as catadoras de materiais recicláveis e a pesquisadora. A composição da pesquisa se desenvolveu em dois sentidos: observação participante, seguindo o regime de uma etnografia e a histórias de vida, obtidas através de relatos orais.

O percurso passou pelo autoconhecimento: primeiro escrevi sobre o que vivi. Depois de aprender a olhar para mim, consegui encontrar as pessoas ao redor. Prestar atenção no entorno e escutar as vozes das catadoras. Só assim foi possível produzir uma tese farta de oralidade e memória.

A observação participante ocorreu durante um mês (160 horas), em que trabalhei junto às catadoras de materiais recicláveis. Utilizamos a pesquisa etnográfica para caracterizar a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran).

O grupo de catadores da Cooperfran foi descrito da forma mais ampla possível. O intuito foi a imersão naquela realidade, compreender as pessoas. A pesquisa se caracterizou em observar as práticas cotidianas, decifrar os significados das falas, como estabelecer um diálogo com as catadoras.

Ao registrar os acontecimentos no diário de campo, foram escolhidos os fatos e como eles seriam interpretados. Para Maria Cecília Minayo (1994), o diário de campo traz observações espontâneas que vão além das entrevistas formais. No documento, destacamos os riscos e as dificuldades das trabalhadoras,⁵ além de notas explicativas, ideias e sentimentos.

Por isso, para Clifford Geertz (2001, p. 32), a descrição etnográfica deve ser densa, interpretativa e microscópica: “Os antropólogos não estudam as aldeias, estudam na aldeia”. É uma maneira de salvar o que foi dito, visto e escutado. Para o autor, a interpretação é sempre de “segunda mão”, porque, mesmo tendo trabalhado com as catadoras, jamais serei uma delas.

Ele completa, afirmando que, para descobrir quem as pessoas são, não é preciso “[...] sentir como os outros ou pensar como eles, o que é simplesmente impossível. Nem virar nativo, o que é uma ideia impraticável e inevitavelmente falsa. Requer aprender como viver com eles, sendo de outro lugar e tendo um mundo próprio diferente” (GEERTZ, 2001, p. 26).

Considerando tal preceito, foi preciso observar os sons, as visões, os cheiros, os sabores e as texturas presentes na cooperativa. “Alimentei-me” da experiência, vivenciei

5 A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran) é composta em sua maioria por mulheres.

os acontecimentos. Transpirei, falei da vida, ri com as catadoras. Essas miudezas, que muitas vezes passam despercebidas, fizeram a pesquisa expressar vida.

Nessa etapa, também foi realizada uma documentação fotográfica com a intenção de ilustrar alguns aspectos do trabalho das catadoras. Segundo Charles Monteiro (2006, p. 12), a fotografia é um recorte do real, “[...] um corte no fluxo do tempo real, o congelamento de um instante separado da sucessão dos acontecimentos. Em segundo lugar, ela é um fragmento escolhido pelo fotógrafo pela seleção do tema, dos sujeitos, do entorno, do enquadramento, do sentido [...]”. As fotografias são registros da pesquisa participante que ocorreu na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região.

Em vez de ficarmos restritos à observação participante, que trazia apenas uma visão da realidade, quisemos trazer as próprias vozes das catadoras. “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espoliar e caluniar, mas podem ser usadas para empoderar e humanizar. Elas podem despedaçar a dignidade de um povo, mas também podem reparar essa dignidade [...]” (ADICHE, 2019, p. 32).

Depois da observação participante, convidamos as mulheres negras para participar da segunda etapa da pesquisa, a história de vida. Três mulheres pretas e três mulheres pardas manifestaram interesse em participar. Os encontros foram realizados em uma sala da própria cooperativa, uma área reservada, permitindo privacidade. As narrativas foram realizadas por meio de um roteiro (apêndice), construído a partir dos objetivos da pesquisa. Utilizamos um gravador de áudio para registro do relato e, posteriormente, o transcrevemos.

Com isso, aprofundamos as questões sobre gênero, etnia-raça e trabalho. Essa etapa da pesquisa possibilitou entender as participantes através das suas palavras. Conceição Evaristo (2017) constrói o conceito de *escrevivência*, em que uma história de vida individual possui vários marcadores coletivos, mostrando como uma única vida pode trazer o reflexo de muitas outras. Mesmo utilizando esse conceito, é importante ressaltar que as catadoras não escreveram suas experiências, as falas delas foram selecionadas e interpretadas de acordo com objetivo da pesquisa.

Segundo Marieta Ferreira (2012, p. 169), a história oral pode ser vista como técnica, disciplina ou método: “[...] concebem a história oral como uma técnica, negando-lhe qualquer pretensão metodológica ou teórica.” Outro grupo de autores a reconhece enquanto disciplina, “[...] uma área de estudos com objeto próprio e capacidade (como o fazem todas as disciplinas) de gerar no seu interior soluções teóricas para as questões

surgidas na prática [...]” (FERREIRA, 2012, p. 170). Além disso, a história oral é considerada um método de investigação:

Há ainda os que consideram a história oral como um método de investigação e têm como pressuposto, portanto, defender a história oral como metodologia. Em nosso entender, a história oral, como todas as metodologias, apenas estabelece e ordena procedimentos de trabalho – tais como os diversos tipos de entrevista e as implicações de cada um deles para a pesquisa, as várias possibilidades de transcrição de depoimentos, suas vantagens e desvantagens, as diferentes maneiras de o historiador relacionar-se com seus entrevistados e as influências disso sobre seu trabalho –, funcionando como ponte entre teoria e prática. Esse é o terreno da história oral, o que, a nosso ver, não permite classificá-la unicamente como prática. Mas, na área teórica, a história oral é capaz apenas de suscitar, jamais de solucionar questões, ou seja, formula as perguntas, porém não pode oferecer as respostas. (FERREIRA, 2012, p. 170).

Seguindo o pressuposto de que a história oral é um método, José Carlos Meihy (2000, p. 44) afirma que ela “[...] se ergue segundo alternativas que privilegiam os depoimentos com atenção central dos estudos. Trata-se de focalizar as entrevistas como ponto central das análises. Para valorizá-las metodologicamente, os oralistas contratam a sua atenção [...]”.

Portanto, para o autor é preciso ter clareza, buscando experiências, “[...] pessoas dispostas a falar sobre aspectos de sua vida. Quanto mais elas contarem a seu modo, eficiente será seu depoimento” (MEIHY, 2000, p. 51). Além do que, segundo o autor, todos os projetos de história oral são marcados por classe social, etnia-raça, gênero e circunstância histórica, pontos essenciais para a realização da pesquisa.

Lucília Neves (2000, p. 114) complementa essa questão, afirmando que a história de vida tem como objetivo mostrar que: “cada pessoa é componente específico de um amálgama maior que é a coletividade. Portanto, cada depoente fornece informações e versões sobre si próprio e sobre o mundo no qual vive ou viveu”.

Para contar as histórias das catadoras, foi preciso “colocar seus sapatos”, ou seja, trabalhar com elas e escutar atentamente suas narrativas. Diferentemente de outras pesquisas que afirmam neutralidade, esta foi feita com envolvimento, movida por emoções, como afeto e empatia. Esses sentimentos nos proporcionaram fazer das palavras delas, as nossas.

A pesquisa tem que ser uma experiência de amor, de humanidade. Principalmente, trazendo a realidade que as pessoas negras vivem. Segundo Bell Hooks (2000), este sistema supremacista branco tem negado o amor à negritude. Os negros e negras escravizados viam seus filhos serem vendidos, seus companheiros e amigos apanhando.

Para sobreviver, eles tinham que reprimir seus sentimentos. Como o racismo não foi eliminado, pós-escravidão, a negação das emoções continuou; nessa lógica, a sobrevivência passou a ser mais relevante que o amor.

Essa questão também é vista no romance *Amada*, de Toni Morrison, como vemos na cena em que o companheiro da protagonista Sethe se preocupa pelo amor que ela tem pela filha: “[...] arriscado, pensou Paul D, muito arriscado. Para uma mulher que era escrava, amar alguma coisa tanto assim era perigoso, principalmente se era a própria filha que ela havia resolvido amar. A melhor coisa, ele sabia, era amar só um pouquinho [...]” (2007 p. 72). Era preciso amar pouco, porque, a qualquer momento, podia-se perder: a escravidão restringia o direito de amar. Noutro diálogo, entre os personagens Sethe e Paul D, percebemos que amar é liberdade:

Parece que amei eles mais depois que cheguei aqui. Ou quem sabe eu não podia amar eles direito em Kentucky porque eles não eram meus para amar. Mas quando cheguei aqui, quando saltei daquela carroça, não tinha ninguém no mundo que eu não pudesse amar se eu não quisesse. Sabe do que estou falando? [...] Ele sabia exatamente do que ela estava falando: chegar a um lugar onde você podia amar qualquer coisa que quisesse — sem precisar de permissão para desejar —, bom, ora, isso era liberdade. (MORRISON, 2007, p. 220).

Para interpretação dos dados, utilizamos a análise dos discursos narrativos. Basicamente, a análise se divide em resumo/orientação, ação complicadora e resolução. “Enquanto a ação complicadora corresponderia à pergunta ‘e então, o que aconteceu?’, a resolução responderia à pergunta ‘e finalmente, o que aconteceu?’ [...]” (BASTOS, 2005, p. 76).

Assim, o ponto central da narrativa é o motivo pelo qual ela está sendo contada, qual sua mensagem principal. “As narrativas não são mais consideradas como representações diretas e transparentes de eventos passados, mas sim como recontagens seletivas e contextualizadas de lembranças e eventos” (BATOS, 2005, p. 80).

Por isso, para autora, as histórias que as entrevistadas contam são relacionadas com crenças, valores, cultura, como também com a construção da sua identidade. “[...] Quando contamos estórias, construímos um mundo, num determinado tempo e lugar, no qual circulam pessoas que conversam, pensam, trabalham, brigam, se divertem, etc. Ao criar esse universo narrativo, estamos necessariamente mostrando quem somos [...]” (BATOS, 2005, p. 81).

A pesquisa obedeceu à Resolução n.º 196, de 20 de outubro de 1996, e à Legislação Complementar, uma vez que nosso estudo envolveu seres humanos. Tivemos

como prioridade a proteção dos direitos das participantes: os objetivos da pesquisa e o mecanismo de pesquisa foram transmitidos verbalmente, sendo primordial para a realização da entrevista a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, como também a aprovação pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais – UNESP – Franca. Além disso, os interesses e o anonimato das informantes foram devidamente respeitados na pesquisa.

Desse modo, são apresentados os resultados e as análises que emergiram desse processo.

Perfil dos trabalhadores: Carolinas da literatura à realidade

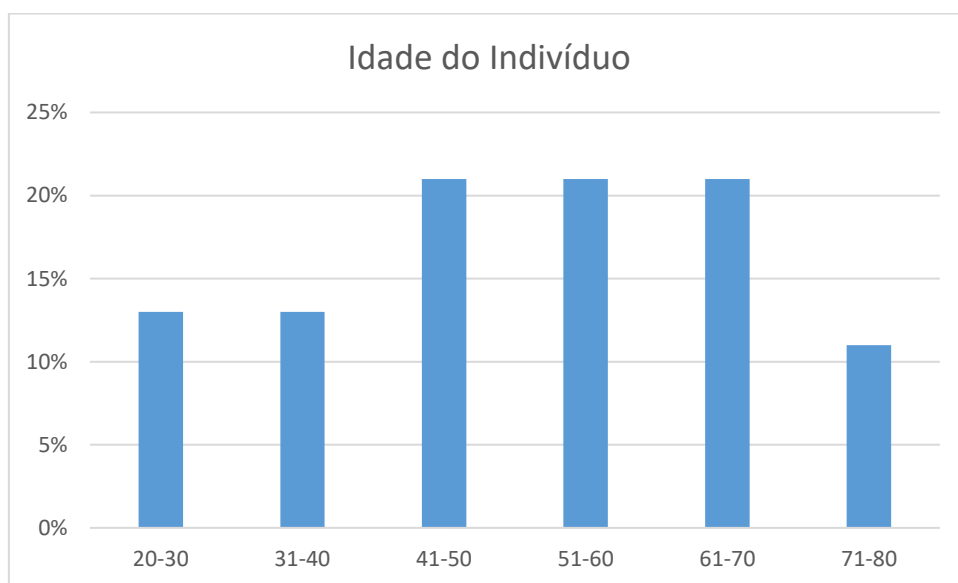
*Parece que vim ao mundo predestinada a catar.
Só não cato felicidade.*

Carolina Maria de Jesus, 2014c, p. 81

A Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran) é composta por 38 membros, sendo 22 mulheres e 16 homens. Os trabalhadores da cooperativa são, em sua maioria, pretos e pardos, sendo que 19 se autodeclararam pardos, 13, pretos e apenas seis, brancos.

A maior parte dos cooperados está na faixa etária dos 41 aos 70 anos, sendo que 24 cooperados deram essa resposta; os 20 aos 40 anos ficou com respectivamente 10 pessoas e quatro trabalhadores afirmaram ter mais de 71 anos. Como vemos a seguir:

GRÁFICO 1 – Idade dos trabalhadores



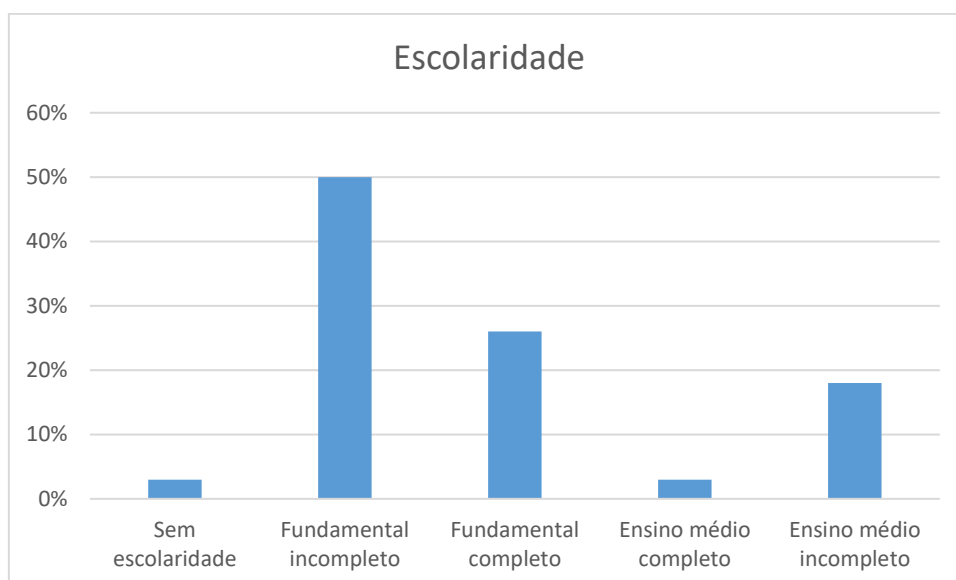
Fonte: Pesquisa realizada na Cooperfran por Bárbara Oliveira Rosa, em 2020.

Esses trabalhadores se dividem em dois municípios: 27 moram na cidade de Franca e 11 moram em São José da Bela Vista (23,75 km de distância de Franca). A maioria ainda está alugando ou financiando seu imóvel: 12 alugam, 11 financiam, 10 possuem casa própria e cinco habitam residência cedida.

A falta de emprego e a pobreza levam a migrações, e a maioria dos trabalhadores da Cooperfran é migrante de outras regiões. A pesquisa mostrou que seis pessoas apenas tiveram origem na cidade de Franca, onde se localiza a cooperativa; a maioria, 32, é de outras cidades, sendo as principais localidades: Ouro Verde (459,28 km de distância de Franca) e São José da Bela Vista (23,75 km de distância de Franca).

A baixa escolaridade é um dos fatores que levam os trabalhadores a não conseguirem outro emprego. Segundo os dados coletados, um cooperado não tem escolaridade; 19 cursaram fundamental incompleto; 10 realizaram fundamental completo; apenas um o ensino médio incompleto e sete fizeram ensino médio completo. Todos os catadores alegaram não estarem estudando no momento. A maioria realizou apenas o fundamental incompleto, como vemos a seguir:

GRÁFICO 2 – Escolaridade dos trabalhadores

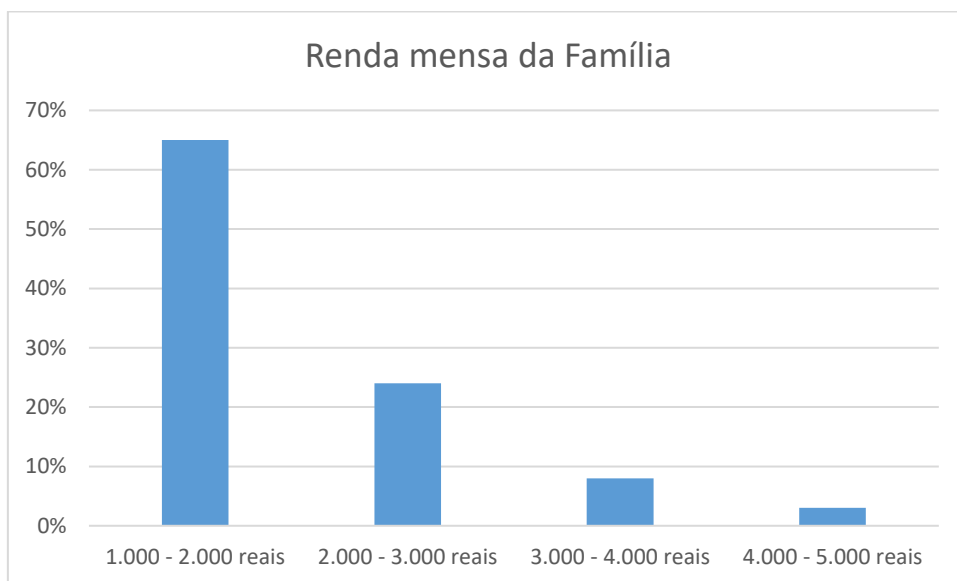


Fonte: Pesquisa realizada na Cooperfran por Bárbara Oliveira Rosa, em 2020.

O estado civil, em sua maioria, é de solteiros: 21 deles deram essa resposta, 14 estão casados e 3 são divorciados. Sobre a pergunta filhos, 31 responderam que têm filhos e sete disseram que não. Apenas quatro dessas famílias recebem Bolsa Família.

Sobre a renda familiar, as respostas mostram que a maioria dos catadores vive com 1.000 a 2.000 reais, sendo que 25 pessoas deram essa resposta; nove sujeitos responderam viver com 2.000 a 3.000 reais e quatro trabalhadores afirmaram ter uma renda maior que 3000 reais.

GRÁFICO 3 – Renda familiar



Fonte: Pesquisa realizada na Cooperfran por Bárbara Oliveira Rosa, em 2020.

A maioria dos catadores entrou na Cooperfran porque estava desempregada, sendo que 27 deram essa resposta; três disseram que gostam de trabalhar com materiais recicláveis; outros três trabalham para complementar a renda da aposentadoria; dois afirmaram que foi pela facilidade de se inserir na cooperativa; duas cooperadas entraram porque se divorciaram do marido; e, na categoria outro, apareceu um que justificou pela questão da localidade.

GRÁFICO 4 – Motivos para entrada na cooperativa



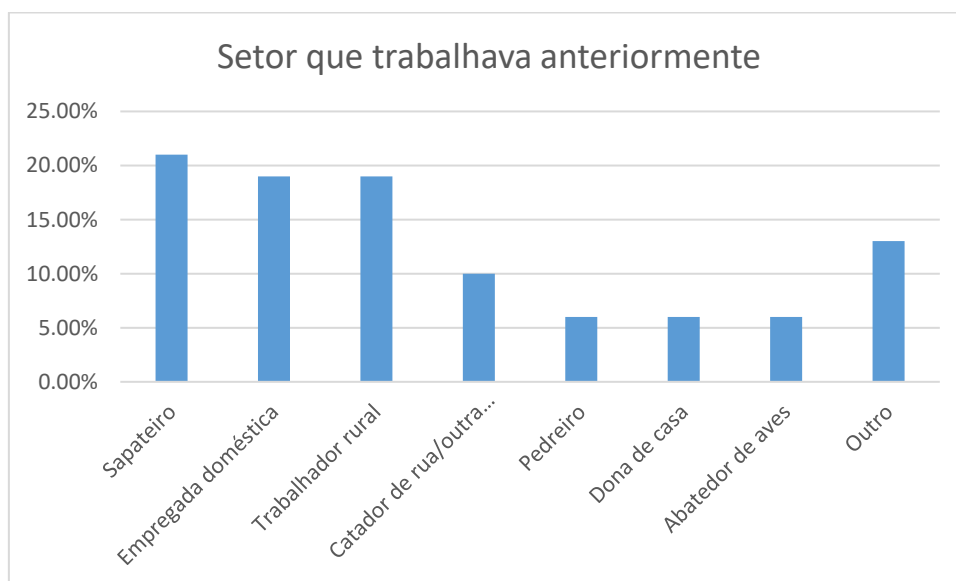
Fonte: Pesquisa realizada na Cooperfran por Bárbara Oliveira Rosa, em 2020.

A questão do divórcio aparece associada ao gênero. Duas entrevistadas eram dependentes financeiramente do marido; após o rompimento do matrimônio, essas se viram forçadas a retornar ao mercado de trabalho.

Os cooperados saíram de três setores prioritariamente: o calçadista, o doméstico e o rural. A cidade de Franca é polo calçadista, gerando a maioria dos empregos nessa área. Já os catadores que vieram de São José da Bela Vista trabalhavam na área rural, pela questão da produção de café na região. O trabalho doméstico retoma a questão de gênero e etnia-raça: a maioria das catadoras é de mulheres negras (pretas e pardas) que, antes de trabalhar na cooperativa, ocupavam cargos de empregadas domésticas.

Segundo os dados: oito eram sapateiros; sete eram trabalhadores rurais; sete eram empregadas domésticas; quatro eram catadores de rua ou trabalhavam em outra cooperativa; duas eram donas de casa; dois, pedreiros; dois, abatedores de aves; e, na categoria outro, apareceram: metalúrgico, lixeiro, estudante, dono de bar e motorista.

GRÁFICO 5 – Setor em que trabalhava anteriormente



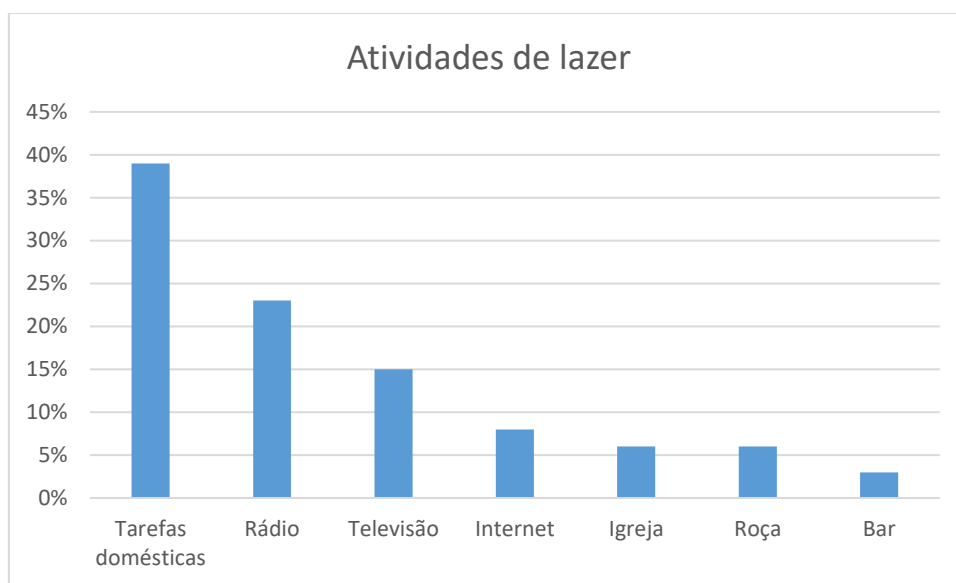
Fonte: Pesquisa realizada na Cooperfran por Bárbara Oliveira Rosa, em 2020.

Sobre a cooperativa, 25 trabalhadores responderam que a prefeitura não oferece o suporte necessário e 13 catadores afirmaram-se satisfeitos com o apoio. Outra questão de que os cooperados também reclamaram é a falta de conscientização da população de Franca sobre o fato de, junto aos materiais recicláveis, virem misturados resíduos

orgânicos. Os resultados obtidos foram: 15 acreditam que a população separa assertivamente e 23 disseram que não.

As atividades que os cooperados mais praticam no seu tempo livre são tarefas domésticas, com 15 respostas. A televisão e o rádio ficaram respectivamente em segundo e terceiro lugar, com nove e seis pessoas. A internet ficou em quarto lugar, com três trabalhadores; ir à igreja, com duas pessoas; ir à roça, com dois sujeitos e um respondeu que vai ao bar.

GRÁFICO 6 – Atividades de lazer dos trabalhadores



Fonte: Pesquisa realizada na Cooperfran por Bárbara Oliveira Rosa, em 2020.

Com a pesquisa, foi possível construir o perfil dos trabalhadores da Cooperfran: são mulheres, adultas e idosas, que se autodeclaram pretas e pardas. Mantenedoras do lar, sustentam seus filhos e netos com o trabalho da cooperativa. A maior parte possui fundamental incompleto e sobrevive com até dois mil reais.

Com esses dados, já percebemos muitas semelhanças com a escritora Carolina Maria de Jesus, visto que ela também era uma mulher adulta, preta, que sustentava seus filhos com o trabalho de catadora e não conseguiu completar os estudos. As Carolinas são muitas, iguais em tudo na vida: a mesma vida e morte severina.⁶ A partir dos próximos capítulos, damos vida para esses números.

⁶ Livro *Morte e vida Severina* do autor João Cabral de Melo Neto.

Diário de campo: Poética do lixo

Nada é pior na vida do que a própria vida.

Carolina Maria de Jesus, 2014c, p. 165

Para compreender esse processo de invisibilidade que as catadoras de materiais recicláveis sofrem, foi preciso caracterizar o cenário da pesquisa, como também vivenciar o trabalho na Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran). A escolha da apresentação dos fatos em formato diário foi uma maneira de homenagear o celebre livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*.

Portanto, para atingir essa proposta, almejou-se uma contribuição pessoal no campo da investigação. Foi redigido um diário de campo, a partir da observação participante, advinda de um mês de trabalho na cooperativa (do dia 1.º de outubro de 2019 até o dia 28 de outubro de 2019). As observações e as lembranças, ao longo desse tempo, contribuíram para a descrição de acontecimentos e vivências.

A história da Cooperfran se consolida como uma parceria entre Prefeitura Municipal de Franca e a Pastoral do Menor e da Família. A cooperativa surgiu no ano 2000, sendo que de três a quatro anos foram dedicados à sua formação e à sua preparação, efetivando-se, de fato, em 2005. Em 2000, a Prefeitura Municipal de Franca, incentivada pela campanha “Criança no lixo nunca mais”, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), realizou uma pesquisa, constatando 237 catadores atuantes na cidade. A partir disso, a prefeitura iniciou um processo de catalogação desses sujeitos, formando um grupo de 70 trabalhadores, e contribuiu com o espaço físico, capacitação e suporte para que esses formassem a cooperativa (MENDES, 2009).

O terreno e a manutenção dos equipamentos são de responsabilidade da Prefeitura Municipal de Franca. Esta, por meio de uma parceria com a empresa que recolhe o lixo no município, a Seleta Meio Ambiente, coleta o material reciclável na cidade. Os cooperados trabalham oito horas diárias, com parada de uma hora para almoço, normalmente. Pela localização, eles almoçam na própria cooperativa. A cooperativa de reciclagem está situada em um lugar afastado das regiões ricas e centrais. O local fica em um bairro periférico da cidade de Franca/SP, no final do Distrito Industrial Antônio Della-Torre.

A atividade dos catadores é determinada pela chegada dos caminhões, que são quatro. Eles trazem, de oito a 10 vezes por dia, o material da coleta, que é realizada em todos os bairros de Franca. A seguir, foto da chegada do material reciclável na cooperativa:

FIGURA 1 – Chegada do material reciclável



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Cada trabalhadora separa dois tipos de materiais: papel branco, papel colorido, papelão, caixa de leite, plástico (sacos e sacolas), jornal, garrafa pet, latinha, vidro, metal, cobre, embalagens de óleo, plástico duro, plástico mole e ferro. Na esteira, trabalha maioria mulheres. Uma em cada lado, são responsáveis pela triagem, enquanto os homens ficam na prensa, manobrando o guincho e na alocação de fardos. A seguir, foto da esteira, onde ocorre a separação dos materiais recicláveis.

FIGURA 2 – Esteira



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Depois de separados, esses materiais são prensados. A cooperativa tem pequenas prensas e conta com uma prensa grande. Depois de prensados, os materiais são vendidos para intermediários. A seguir, foto do material prensado.

FIGURA 3 – Materiais prensados



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Há duas legislações que regulamentam a Cooperfran: o Estatuto Social, uma lei que organiza a cooperativa, explica sobre as eleições, os cargos da diretoria, como serão as retiradas; e o Regimento Interno, outro documento importante, que regula o funcionamento, o horário de entrada e de saída dos cooperados e outras questões internas.

Atualmente, a Cooperfran faz parte do projeto “Dê a mão para o futuro”, que é uma parceria com a Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec). Em 2019, a cooperativa recebeu um caminhão e uma prensa da associação. Segundo o documento oficial da parceria:

O objetivo geral do Programa de Acompanhamento e Formação de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis consiste em promover a melhoria da relação institucional entre organizações de catadores de materiais recicláveis e as Prefeituras Municipais, visando o desenvolvimento de processos produtivos eficientes em condições dignas de trabalho, com o intuito de atender às normas gerais da Política Nacional de Resíduos Sólidos e de Saneamento Básico orientando ao alcance dos seguintes objetivos específicos:

- Qualificação técnica do quadro de funcionários municipais atuantes na área de resíduos sólidos e dos catadores de materiais recicláveis;
- Promoção de um ambiente salubre na execução de serviços de coleta seletiva e processamento de materiais recicláveis;
- Aumento da produtividade das organizações de catadores;
- Promoção do escoamento dos materiais recicláveis em fluxos formais da cadeia de reciclagem.

Por outro lado, a Prefeitura Municipal de Franca não tem nenhum compromisso oficial com a cooperativa. Com isso, constatamos um descaso da prefeitura pela falta de profissionais à disposição da cooperativa (assistentes sociais, médicos, psicólogos, engenheiros), e, também, pela ausência de maquinários novos, ou melhorias na estrutura do empreendimento.

Segundo Pamela Oliveira (2019, p. 98), a cooperativa Cooperfran não tem documento de cessão de uso do espaço e inexistente um contrato remunerado de prestação de serviços, “[...] além de não possuir contrato de prestação de serviços com a Prefeitura Municipal também inexistente um documento legal de cessão de uso do galpão e essas pessoas realizam suas atividades laborais num local onde a qualquer momento podem ser despejadas”.

Para iniciar a observação participante, solicitei uma autorização da presidência da Cooperfran. Sendo deferida, fui até a esteira de reciclagem, onde ficam as catadoras, e contei que iria trabalhar entre elas durante um mês. As cooperadas riram e acharam inusitado, afirmando que já estiveram com outros pesquisadores, mas nenhum havia trabalhado na cooperativa. Uma delas me perguntou se eu tinha medo de rato.

Fui convidada para participar da divulgação da reciclagem, junto com duas catadoras, em um festival de alimentos orgânicos, no fim de semana antes de começar a pesquisa participante (28/09/2019). Uniformizadas, distribuimos panfletos, contamos a história da cooperativa, explicamos e tiramos dúvidas sobre a reciclagem. Conversando com uma das cooperadas, ela me relatou que a feira não era de “agricultores de verdade”, aqueles com calos na mão e terra embaixo da unha. Também comentou comigo que ela e a outra catadora eram as únicas negras do evento.

FIGURA 4 – Festival de alimentos orgânicos



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Primeiro dia (01/10/2019)

Associei-me à esteira de reciclagem, na qual separávamos os tipos de materiais recicláveis. Incluída entre as catadoras, separei sacolinhas plásticas. Assim que a esteira foi ligada, as baratas começaram a andar; duas subiram no meu braço. No meu primeiro dia, já fui “recebida” pelas baratas, que andavam em nosso corpo e cabelo. Já conhecia aquele ambiente de trabalho, imaginava que era sujo, mas a sujeira me surpreendeu.

Pela esteira, passavam: lanterna quebrada, garrafinha plástica, agenda do ano retrasado, teste de gravidez, chip de celular, papel branco, óculos de sol de marca cara, bosta de passarinho, mosca varejeira, papel alumínio sujo com resto de carne, cartão de crédito, peras frescas, capinha de celular rosa, embalagem de xampu e moeda de cinco centavos.

Na figura a seguir, conseguimos observar as baratas andando pelos materiais recicláveis na esteira. Tive dificuldade de fazer mais registros, porque elas são rápidas. A presença desses animais se constitui principalmente pela mistura de lixo orgânico junto aos recicláveis.

FIGURA 5 – Baratas



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

A esteira era rápida, por vezes provocava vertigem. Senti a necessidade de me sentar em alguns momentos, por estar tonta. Mesmo quando está parada, parece que ainda está em movimento. O trabalho se mostrou cansativo e foi evidente a comprovação de desgaste físico. Mantínhamo-nos constantemente curvadas, o que causava dor nas costas.

A barriga também era machucada ao pegar os materiais, por isso muitas catadoras improvisavam, colocando ou amarrando almofadas na lateral da esteira a fim de proteger a área do abdome, como vemos na fotografia a seguir.

FIGURA 6 – Almofada



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Segundo dia (02/10/2019)

As catadoras acharam que eu não ia voltar. O cheiro de decomposição/apodrecimento é uma constante no ambiente de trabalho, demorei para me acostumar. A poeira encarde as roupas e os cabelos. Mesmo com a luva (equipamento de proteção individual), sujam-se as mãos e embaixo das unhas. O uniforme de trabalho fica marrom, por isso algumas delas improvisam um avental.

As cooperadas pegam algumas coisas que passam pela esteira, como: shorts, biquínis, calças, blusas, vestidos, tênis, sapatos masculinos, sandálias, mochilas, roupas íntimas, pijamas, maquiagens, perfumes, esmaltes e bijuterias, não só para elas e familiares, como, também, para vizinhos e conhecidos. Elas falam que lá é o “shopping da esteira”.

FIGURA 7 – Roupas



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Algumas, mesmo na hora do almoço ou do intervalo, ficam em volta do monte de reciclável (figura 8), procurando algo para levar para casa. Vemos muitas coisas novas ou sem uso irem para a cooperativa, por causa do modo de produção capitalista que incentiva o consumismo e o desperdício.

FIGURA 8 – Monte de reciclável



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Uma coisa que aprendi com as catadoras nesse período foi a importância de reaproveitar. Acabei improvisando um engradado de cerveja como banco. Levei uma capinha de celular e umas tintas para casa. Quando chove, as trabalhadoras fazem uma cortina com lençóis. O avental que elas usam em cima do uniforme também é improvisado

de blusas ou panos achados no monte de reciclável. As caixas de isopor são usadas para plantar mudas. As cooperadas reutilizam todo tipo de objeto, mesmo os quebrados. Elas os consertam, limpam e usam o quanto podem.

A mentalidade das catadoras é: “nada é lixo”. Tudo pode ser ressignificado. Elas aprenderam que materiais recicláveis podem gerar renda e sustentar suas famílias. No documentário de Marcos Prado, a também catadora Estamira Gomes de Sousa diz:

Isso aqui [o lixão] é o depósito dos restos. Às vezes é só resto, às vezes vem também descuido [...]. Conservar as coisas é maravilhoso. Lavar, limpar e usar mais, o quanto pode. As pessoas têm que prestar atenção no que elas usam, no que elas têm. Porque ficar sem é muito ruim. (PRADO, 2004).

Terceiro dia (03/10/2019)

Comecei a ficar “amiga” das baratas. Passou um rato morto pela esteira. Logo depois, um vivo, correndo. Eu berrei de susto. As catadoras riram de mim. Falaram que eu parecia uma sirene de tanto que gritava. Elas não têm receio de nada, nem de barata, nem de rato: tiveram que vencer o medo.

Um das catadoras, para me mostrar que eu não devia ter medo, segurou o rato pelo rabo. Aproveitei para fazer o registro fotográfico.

FIGURA 9 – Rato



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Além das baratas e dos ratos, no meu terceiro dia passaram pela esteira gaze e algodão sujos de sangue. As catadoras falaram para eu não colocar a mão, que provavelmente era de algum consultório de dentista. Pela rapidez da linha de produção, consegui fotografar apenas a gaze.

FIGURA 10 – Gaze com sangue



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Eu imaginava que material orgânico era a exceção. Estava enganada. Junto com o reciclável, havia resto de alimentos, larvas, papel higiênico usado, frauda usada, absorvente usado, terra, folhas secas, excremento de diversos tipos de animais, resto de cabelo, pano com sangue, algodão com sangue, roupa de cama de hospital, seringa solta, pote cheio de seringas e sonda.

Na figura 11, trago a fotografia do pote cheio de seringas, que uma das catadoras segurou para que eu pudesse fazer o registro fotográfico. Durante o trabalho, as cooperadas me apontavam os materiais irregulares que passam pela esteira, com a finalidade de fazer uma denúncia com a pesquisa.

FIGURA 11 – Pote com seringas



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) incentiva o município a fomentar cooperativas e associações de catadores. “Fomentar parcerias das indústrias recicladoras com o Poder Público e a iniciativa privada nos programas de coleta seletiva e no apoio à implantação e desenvolvimento de associações ou cooperativas de catadores” (BRASIL, 2010).

Porém, as legislações se constituem de maneira contraditória, como observei na Cooperfran. Ao mesmo tempo em que gera empregos e utiliza a reciclagem como uma alternativa para a problemática do lixo, acaba sendo um espaço em que os cooperados fazem um trabalho de responsabilidade pública, sem direitos trabalhistas e expostos a doenças.

Segundo Rosângela Barbosa (2007), a Política Nacional de Resíduos Sólidos contribui para o fortalecimento político, na garantia de direitos para os catadores, porém propaga e regulariza o trabalho informal, em conformidade com um Estado mínimo, sem a promoção de empregos assalariados e sem garantir os direitos sociais. Nesse cenário, os cooperados não têm o devido reconhecimento, ficando à mercê de políticas públicas que não atendem a suas reais demandas.

Quarto dia (04/10/2019)

As catadoras, percebendo que eu não ia mesmo embora, venceram a timidez. Uma delas pegou um pote de azeitona preta que passava pela esteira. Ela ficou animada de ter achado a comida, ofereceu para mim e para as outras. Eu aceitei. Não são só as roupas que elas tiram da linha de produção, mas também os alimentos.

Logo depois, passou uma maçã, que elas descascaram e comeram ali mesmo. Durante o mês em que trabalhei lá, as cooperadas comeram ou levaram para casa os seguintes itens alimentícios: biscoitos, saquinho de amendoim, chocolates, pote de palmito, pote de azeitona, maçãs, romãs, bolachas, pote de pimenta, bananas, doce de pote, salgadinho, balas, chicletes e cachaça.

Quinto dia (07/10/2019)

Quando conto que estou trabalhando na usina de reciclagem para as pessoas, as reações são baseadas em preconceitos, com comentários como as catadoras terem sistema imunológico mais resistente que o meu. Outros falam que não teriam coragem de trabalhar na cooperativa, porque é muito sujo, ou por causa das baratas.

Podemos constatar que a alta concentração de renda e a desigualdade social no Brasil acabam sendo um limitante à liberdade. As catadoras, sem escolha, não têm liberdade nesse sistema: elas precisam ser corajosas diariamente para sobreviver.

Essa questão está presente no livro de Tião Santos (2014, p. 40), que conta sua história de catador no lixão de Gramacho, no Rio de Janeiro. O desemprego do marido acabou levando a mãe de Tião a trabalhar como catadora.

Foi quando Dona Geresa percebeu que trabalhar no lixo, apesar de todos os perigos, da exposição a doenças, dos acidentes frequentes, não era bem uma escolha. Era a única opção, a saída que ela vinha procurando – e parecia finalmente ter encontrado – para nos sustentar.

No fim do dia, quando a esteira é desligada, as catadoras agradecem a Deus. A religião está presente nas histórias que contam. Sempre tem uma reza para alguém, ou a esperança da justiça divina. Cantam músicas de louvor na hora do trabalho. Frequentam igrejas católicas ou evangélicas. Isso também influencia na linguagem: quando algo bom acontece, dizem “glória”, ou se referem a um filho desobediente como “abençoado”.

O tempo foi passando e o trabalho continuava: chinelo velho, latinha, escova de cabelo, ventilador quebrado, pedaço de piso, chuveiro queimado, crucifixo, arroz doce, formigas, balde, fone de ouvido novo, engradado de cerveja, sardinha em lata, macarrão cru e fichário.

Sexto dia (08/10/2019)

Um político foi até a Cooperfran e tirou foto para o jornal, mas não foi à esteira ou falou com as catadoras. As escolas também visitam regularmente a cooperativa. Algumas turmas de alunos batem palmas, outras tampam o nariz. Apesar de a prefeitura organizar essas visitas guiadas, pouco contribui para manutenção da cooperativa.

Nesse dia, uma catadora reclamou que estava com fome e outra respondeu que Deus ia prover algo na esteira para elas comerem, mas só passaram restos e comida estragada. Larva de mosquito, notinha de mercado, Barbie sem cabeça, vidro quebrado, caixa de isopor, prendedor de roupa, chaves de casa, cartucho de impressora, gambá morto, porta retrato quebrado, lata de tinta, lagarto verde, caderninho de poemas, pulseira de plástico, fita cassete.

Sétimo dia (09/10/2019)

Acordei resfriada. Na noite anterior, não havia dormido, pensando nos trinta tipos de doenças que ratos podem transmitir. Eles passam pela esteira vivos e mortos.

FIGURA 12 – Rato morto



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Na figura a seguir, fotografo a grande quantidade de papel higiênico usado que passa pela esteira, responsável não só por produzir mal cheiro, como, também, pela transmissão de doenças, já que, por diversas vezes, as catadoras têm contato com sangue menstrual, fezes e urina humana.

FIGURA 13 – Papel higiênico usado



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Já havia ficado em alguns lugares da esteira, separando sacolinha plástica, embalagem de óleo, de produtos de limpeza e de caixa de leite. Até o momento, a sacolinha havia sido a pior de separar, porque ela podia estar suja com resto de alimentos ou com papel higiênico usado. Tive que vencer duas barreiras para trabalhar na cooperativa, o nojo e o cansaço.

A esteira também é um lugar de compartilhar histórias: o horror diante da menina que foi morta por um adolescente, ou das pessoas em situação de rua que foram envenenadas. Além dos noticiários, há as novelas: a protagonista que engravidou, mas o namorado não quer o bebê. E, também, as pessoas próximas, casos de parentes e conhecidos, a vizinha que mandou o marido embora de casa, ou a briga que teve com o filho.

Quadro religioso, aquarela, óculos de sol quebrado, óculos de natação, fita de rádio do Roberto Carlos, adesivos de coração, caderno de aluna do colegial, globo terrestre, telefone com fio, flores de plástico, cama de cachorro, bolsinha de crochê, brinco de prata, cabo USB e DVD de música sertaneja.

Oitavo dia (10/10/2019)

Passaram pela esteira fezes de cachorro, junto com restos de alimentos e larvas (figura 14). Uma avisa a outra para não colocar a mão, mas, hora ou outra, tocamos em algo nojento.

FIGURA 14 – Larvas



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

As trabalhadoras reclamam da falta de conscientização da população, que mistura os resíduos orgânicos com os recicláveis. Uma delas me diz: “Nós trabalha no lixo, mas não é porco”. Será que as pessoas pensam em quem vai fazer a separação, que essas mulheres podem se ferir, enjoar, se contaminar? Essa questão nos remete à invisibilidade e ao desprezo público.

Percebemos que os trabalhadores da Cooperfran são invisíveis tanto para a sociedade, a população francana, que não separa o material corretamente, como, também, para o poder público, no caso a Prefeitura Municipal de Franca. Essa alocou a cooperativa em um local escondido/afastado e, desde a sua formação, não investe na estrutura ou em maquinário. A localização colabora para os catadores não serem vistos, consequentemente nem lembrados; assim, podemos traçar um paralelo entre a geografia e o “lugar social” do indivíduo.

As cooperativas têm de ser um meio de o trabalhador ter acesso aos meios de produção, e não ser mais um meio de exploração da classe trabalhadora. Na atual conjuntura, valorizam-se as questões ambientais, discute-se, na mídia, a importância de preservar o meio ambiente. No entanto, discrimina-se quem trabalha para sua preservação, desvalorizando o trabalho dos catadores, não reconhecendo sua identidade, tornando-os invisíveis.

E mais coisas passavam pela esteira: Bíblia, gaveta, resto de sanduíche, livro didático, pilha, embalagem de sabonete, garrafa plástica, papel branco, caixinha de remédio, papel colorido, garrafa de vidro, resto de pão, papelão, cortina e estofado de carro.

Nono dia (11/10/2019)

O “shopping da esteira” também é local de identidade. As peças que cada catadora escolhe demonstram um pouco de si. Uma delas, mais nova, adora pegar sandália de salto e maquiagem. Passam revistas e propagandas; elas olham os produtos. Passa uma roupa e uma delas diz: “Está muito fora de moda, ninguém veste isso mais”.

Hoje, os homens foram para a esteira, porque muitos trabalhadores faltaram. Um catador vigia o outro; eles comentam quando a pessoa sai muito do serviço, ou quando atrasa. Só ganha a cesta básica quem não tem faltas. Uma das catadoras tem um filho, ainda bebê, e não conseguiu creche para ele. Por causa de suas faltas, ficou sem cesta básica no último mês. Outro cooperado deu seus alimentos para ela. As mulheres são mais

prejudicadas, porque elas acabam sendo as únicas responsáveis pelos filhos e afazeres domésticos, mesmo quando são casadas.

Livro *Cinquenta tons de cinza*, jornal, bosta de cachorro, pão com manteiga embolorado, meias rasgadas, calça de abrigo, tesoura, carrinho de brinquedo, enfeite de Natal, isopor, sacolinha azul, sacolinha verde, sacolinha branca, caixa de leite com vidro e garrafa de óleo amassada.

Décimo dia (14/10/2020)

Hoje, as catadoras comeram palmito que passou pela esteira. Na mesma hora, uma delas passou mal com disenteria. “O João entrou dizendo que estava com dor de barriga. Percebi que foi por ele ter comido melancia deturpada. Hoje jogaram um caminhão de melancia perto do rio” (JESUS, 2014c, p. 246).

Mudei de lugar na linha de produção; saí do meio e fui para o começo. Na hora do intervalo, as mulheres da frente me ofereceram banana e manga. Elas disseram: “Pode comer, não é da esteira”. Não são todas as cooperadas que comem alimentos vindos da coleta seletiva, apenas as mais velhas.

Um dos cooperados me contou que aconteceu um acidente de trabalho com ele, um cabo de madeira escapou da prensa e voou no seu olho, deixando-o com problema de visão. Atualmente, ele faz tratamento no Hospital das Clínicas em Ribeirão Preto e usa um colírio de cem reais.

Sacolinha com resto de carne, estrelinhas que brilham no escuro, mosquitos, suco de uva, tapete de couro de vaca, muda de jabuticabeira, bacia verde, boia de criança, vela, gravador, bandeira de time de futebol, buquê de noiva, embalagem de produto de limpeza, pote de maionese e mala de viagem.

Décimo primeiro dia (15/10/2020)

O teto do barracão não consegue cobrir todo o material, sendo que, quando chove, este tem seu preço desvalorizado no mercado e fica mais difícil o seu manuseio na esteira de reciclagem. As laterais da linha de produção são abertas, provocando frio e, às vezes, molhando as catadoras (figura 15). O vento espalha o material reciclável, provocando poeira. Em dias de sol, a telha de Eternit deixa o ambiente muito quente. As catadoras sofrem com a adversidade do tempo.

FIGURA 15 – Laterais da esteira



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Não sei como Carolina Maria de Jesus tinha disposição para ler e escrever. Como ela conseguiu escrever vários livros? Eu chego à minha casa exausta, não consigo fazer nada. Queria passar pela esteira deitada, ir junto com o material não reciclável e ser enterrada no aterro sanitário.

Omo, Veja, Coca-Cola, Guaraná, Pepsi, Nestlé, Skol, Brahma, Dove, Lux, Magnum, Rexona, Seda, Surf, Longa Vida e muitas outras. Olhando tantas marcas que passam pela linha de produção, penso que elas deveriam ser responsáveis pelas embalagens que produzem, contribuir financeiramente com as cooperativas de reciclagem, não apenas com projetos de responsabilidade social, que investem mais em marketing, em vez de com práticas sociais e ambientais.

Pamela Oliveira (2019, p. 77) nos mostra que “a Coca-Cola, com seu ‘incentivo ao cooperativismo’ disfarçado de responsabilidade social, economiza muito dinheiro colocando cooperativas e associações de catadores e catadoras para operacionalizar parte da sua cadeia produtiva”, gerando mais lucro para a empresa, através do trabalho informal. Na figura 16, conseguimos fotografar a grande quantidade de garrafas Coca-Cola que passam pela esteira de reciclagem:

FIGURA 16 – Garrafas de Coca-Cola



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Por isso, a relevância da pesquisa está em chamar a atenção para a necessidade de criação de novas políticas públicas, que atendam às reais demanda dos catadores de materiais recicláveis. Chamando a atenção do Estado para a responsabilidade da causa, mas também das empresas privadas que devem se responsabilizar de maneira real sobre as embalagens que produzem.

Décimo segundo dia (16/10/2019)

“Quando certa manhã Gregor Samsa acordou de sonhos intranquilos, encontrou-se em sua cama metamorfoseado num inseto monstruoso” (FRANZ KAFKA, 2018, p. 9). Na cooperativa, há um buraco no chão de cinco metros de profundidade, em que se depositam os resíduos sólidos antes de passarem pela esteira de separação. Quanto mais próximo do fundo, menos material há; mais baratas e ratos passam pela linha de produção (figura 17). Fui ao banheiro, caíram três baratas que estavam dentro das minhas calças. Tirei o casaco, o avental e o uniforme: ao todo havia 10 baratas andando pelo meu corpo.

FIGURA 17 – Pouco material reciclável



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Quando trabalhamos com material reciclável, viramos baratas, invisíveis, escondidas junto ao lixo. Os cooperados não gostam de ir junto com o caminhão ajudar na coleta seletiva que passa pelas ruas. Preferem ficar na cooperativa, onde ninguém vê. O que me fez indagar: por que não gostam de sair da Cooperfran? São maltratados na rua? Uma das catadoras me disse que, para pegar o ônibus, ela troca de roupa, ou todos ficam olhando e reparando.

Ao trabalhar com serviços desvalorizados na sociedade capitalista, os cooperados não têm seu trabalho nem sua identidade reconhecida. O lixo simboliza “tudo aquilo que se joga fora”, “algo sujo”, “descartável” e, por ser o meio de sobrevivência dos catadores, estes sofrem preconceitos. “A visão de que o lixo significa o dispensável, a imundice, a sujeidade, o que não se quer mais, o que deixa um local feio, malcheiroso e contaminado é transferido como adjetivos para as pessoas que trabalham nessa ocupação [...]” (MENDES, 2009, p. 17).

Um autor que também aborda essa questão é Fernando Costa (2004, p. 126). Ao estudar sobre o trabalho dos garis, mostra como os serviços de baixa qualificação refletem uma invisibilidade pública, no qual o sujeito não é visto: “[...] os garis, depois das faxinas públicas, são recolhidos como flanela suja, aquela que não deve ficar na sala de estar quando as visitas chegam”.

Para demonstrar essa questão, o autor se vestiu com o uniforme de gari e relatou que se tornou invisível, sendo que professores, alunos e funcionários da universidade na

qual estudava não o reconheceram. O uniforme fornece uma única identidade aos sujeitos, representando um “lugar social”, no qual o sujeito, por debaixo do uniforme, desaparece. É o que ele chama de se sentir invisível, é a sensação de não existir enquanto pessoa, a substituição do se sentir “ser” para se sentir “coisa”, comparando com uma espécie de morte do sujeito.

Por isso, cria o termo “invisibilidade pública”, como se o sujeito fosse invisível e, paralelamente, como se todos o reparassem e o julgassem: “A invisibilidade pública, condição não natural a que um homem pode ser submetido, forma-se entre “cegos superiores” e “subalternos invisíveis” [...]” (COSTA, 2004, p. 157).

Fios de cobre, desenho de criança, produto químico, modem, plástico branco, plástico colorido, plástico transparente, teclado, comida podre, comida fedida, comida embolorada, comida estragada, prancheta, curativos usados, caixa de camisinhas nunca usadas.

Décimo terceiro dia (17/10/2019)

Apesar de o trabalho demandar muito esforço físico e ser sujo, é um espaço de amizade, trocas e risadas. Felicidade é uma categoria que apareceu durante a observação participante. Elas cantam, batucam, conversam, brincam umas com as outras, fazem piadas. Apesar de se dividirem em grupos, haver brigas entre as turmas, há muita solidariedade.

As dores aparecem todo fim de tarde. É o dia inteiro de pé, curvada sobre uma esteira baixa. Uma delas foi embora chorando por causa de dor nos pés. Outra, ao cortar o calo com a lâmina de barbear, foi parar no médico. Praticamente todas as cooperadas reclamam de dor nas costas e pernas. Elas tomam relaxante muscular para aguentar o trabalho. Eu tenho entendido o motivo do nome “cata-dor”. Estou toda dolorida e muito cansada. As mulheres falam: “estou igual arroz de terceira, toda quebrada”.

Voltamos ao trabalho: microfone quebrado, potinho de detergente, almofada de penas, remédio para dor de cabeça, pedaço de lâmpada, revista de mulher pelada, saquinho pardo, rosquinhas, bosta de vaca, saquinho plástico com vômito, abelhas, toalha de banho, carne moída com larvas, carteira vazia e garrafa de pinga.

Décimo quarto dia (18/10/2019)

Dentadura, máquina fotográfica antiga, tinta guache, sapo vivo, lixo industrial, resto de couro, plástico duro, plástico mole, feto de rato (figura 18), cimento de construção, terra vermelha, livro de física, tijolo, livro sem capa e apostila de concurso.

FIGURA 18 – Feto de rato



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Um dos catadores me contou que conheceu outra usina de reciclagem e que a cooperativa era maravilhosa, porque tinha café da manhã, almoço e lanche da tarde. A fome aparece nos diálogos, sendo que a melhoria que se espera na cooperativa é ter refeições. Outra cooperada também me relatou que preferia trabalhar na indústria de calçado, “porque lá servem café da manhã, eu ficava limpa e tinha os direitos certinho.”

Um dos trabalhadores cortou o dedo com vidro, que é um acidente de trabalho recorrente na cooperativa, outro catador ajudou fazendo o curativo. Este disse, brincando: “já posso fazer Medicina”. Um moço jovem, que teve de começar a trabalhar novo e não conseguiu continuar estudando. Teve seus sonhos impossibilitados e “arrastados pela esteira”.

Décimo quinto dia (21/10/2019)

O trator que junta o material reciclável quebrou. Periodicamente quebra algum maquinário. Fui para a esteira final, que fica acoplada com a prensa, onde se faz a última triagem. Nesse dia, apareceu uma cobra pequena no local.

FIGURA 19 – Cobra



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Algumas mulheres não sabem ver as horas no relógio; elas me perguntam o horário. Uma delas me relatou que trabalhava como doméstica, mas, por não saber anotar recados ou ler receitas, não conseguiu manter o emprego. Outra me contou a dificuldade que teve no posto de saúde, porque não conseguia ler o painel de senhas. Se a cooperativa fosse da Prefeitura Municipal de Franca, provavelmente não seriam essas pessoas que ocupariam as vagas, porque não passariam em um concurso público. A Cooperfran oferece oportunidades para quem não tem chance no mercado de trabalho: aposentados, analfabetos, portadores de deficiência física.

A esteira é um lugar pelo qual passam segredos e intimidades: o boletim escolar do Rafael, o cartão postal da Júlia para a prima, a fatura negativa do cartão de crédito do Marcos, as cartas apaixonadas da Brenda para o Lucas, o caderno de receitas da Laura, o diário da Ana, as fotos rasgadas da ex-namorada do Paulo, a certidão de nascimento da Cristina, a conta de luz do Matheus, o caderno de caligrafia do Bruno, o número do telefone do “Wilson – eletricista” em um pedaço de papel, anotações em um post-it de autoria desconhecida, a prova de filosofia da Marta, o poema da Paula para sua mãe, o desenho do Lucas.

Décimo sexto dia (22/10/2019)

Outra questão que apareceu durante a observação participante foi a divisão de gênero, na qual as mulheres trabalham na esteira (tendo poucos homens) e a maioria dos

homens faz os trabalhos considerados pesados, como manobrar guincho, dirigir trator, na alocação de fardos e na prensa. Ioli Wirth (2013), em seu estudo, mostra que, apesar de o trabalho na esteira ser considerado leve, as catadoras acabam cumprindo uma atividade monótona, repetitiva e estressante, que é separar os tipos de materiais, exigindo da cooperada habilidades manuais e agilidade para acompanhar o ritmo da máquina. A autora também mostra a naturalização da divisão de tarefas entre homens e mulheres nas cooperativas de reciclagem.

Os trabalhos considerados pesados, que demandam grande força física concentrada e nos quais se utiliza maquinário, como a alimentação das mesas de triagem, a prensagem, o manejo dos fardos no estoque e o carregamento de caminhão, são considerados masculinos nos dois empreendimentos. O trabalho da triagem, descrito como uma função que demanda atenção, capricho, habilidades manuais finas como tato e agilidade é, e sempre foi, majoritariamente feminino nas duas cooperativas. (WIRTH, 2013, p. 169).

O fato de os homens serem responsáveis pelo maquinário se justifica por demandar maior força física, assim, Ioli Wirth (2013) nos traz reflexões sobre os homens serem estimulados a se desenvolver fisicamente, além do fato de a tecnologia não ser projetada para as mulheres. “O equipamento mecânico geralmente é produzido e montado de um modo que o torna muito grande e pesado para ser utilizado por uma mulher [...]” (WAJCMAN, 1998, p. 255 apud WIRTH, 2013, p. 170). Tanto que, ao pedir autorização para trabalhar no guincho, tive a solicitação negada; afirmaram que eu era pequena e poderia me machucar.

Pedaço de colchão, xixi de rato, repolho podre, suco de caixinha, esmalte vermelho, lápis de cor, balas meladas, faca, caixa de leite vazia, escova de dente, pedaço de unha, garrafa pet, caixa de sapato, pneu e planta com espinho.

Décimo sétimo dia (23/10/2019)

Para além da divisão de gênero, reparei que há uma divisão racial do trabalho. Homens negros ocupam as funções que demandam força física, como carregamento de fardos e de vidros. Já os homens brancos ficam no guincho, caminhão ou trator. Com algumas exceções, de homens brancos e negros, trabalhando junto das mulheres na esteira. A cooperativa reproduz uma divisão de tarefas baseada em preceitos racistas e machistas, como ocorre em nossa sociabilidade atual.

Acabei me tornando a porta-voz do grupo. Sempre me mostram o lixo hospitalar que passa pela linha de produção (figura 20). Fiquei sabendo que uma das catadoras teve

de tomar coquetel antirretroviral e vacinas preventivas por ter tido contato com uma seringa na esteira. Quando há muitas baratas, os cooperados reclamam para mim. Um deles me disse: “Isso aqui a Rede Globo não mostra, olha esse tanto de barata”. Sempre apareciam seringas no trabalho.

FIGURA 20 – Seringa



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Cera depilatória, camisinha usada, espeto de ferro, pombo morto, prova de matemática, pedaço de pizza, bolsa de marca, batom, pão de ontem, pijama rasgado, pôster do Fábio Assunção, chave de fenda, agrotóxico, lençol rasgado e um par de chinelos.

Décimo oitavo dia (24/10/2019)

Fiquei na esteira final. Apareceram três ratos. Estavam dentro do saco com material separado, e tudo ficou com cheiro de urina. A luva não segura líquido; ao tocarmos nos resíduos, percebemos que estavam molhados. Um dos ratos caiu dentro da prensa; os outros dois o cachorro matou. Nesse mesmo dia, a prensa estragou (figura 21). É o segundo maquinário que estraga esse mês. Em um momento de desabafo, um cooperado me falou: “aqui na cooperativa é onde a criança chora e a mãe não vê”.

FIGURA 21 – Prensa



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Parece que o tempo não passa, fico toda hora olhando o relógio. Não dá tempo de ir ao banheiro e a garrafinha de água fica empoeirada na esteira. É um trabalho monótono, repetitivo e chato. É uma indústria de subsistência; as catadoras tiram o mínimo para sobreviver e manter viva sua família. “Trabalha para se comer. Come-se para trabalhar” (COSTA, 2004, p. 97).

Cartas, calça jeans, televisão quebrada, prova de história, plástico bolha, luvas de hospital (figura 22), bosta de rato, pedaço de uma antena, salsinha, revista de fofoca, barata voadora, guarda-chuva, macarrão instantâneo, guardanapo sujo e pedaço de madeira.

FIGURA 22 – Luva de hospital



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2019).

Décimo nono dia (25/10/2019)

Sempre dou carona para as catadoras. Elas moram nos bairros próximos da cooperativa. Vão e voltam do trabalho a pé. Nesse dia, o carro não queria ligar. Uma falou que eram os pecados delas que estavam pesados. Falei: “Vocês não têm pecados, já pagaram todos na esteira”. Elas riram. Minha admiração pelas cooperadas aumentou nesse mês de observação participante na Cooperfran.

O local é rodeado por cachorros, urubus, baratas e ratos. Um dos trabalhadores já foi picado por um escorpião. Atualmente, essa questão tem melhorado. Vemos alguns sinais de mudança, como a parceria desenvolvida com Associação Brasileira da Indústria de Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos (Abihpec), que tem realizado ação de divulgação da coleta seletiva nos bairros da cidade. Porém, mesmo com esse trabalho, ainda persistem problemas na mistura de materiais não recicláveis.

Material inflamável, biscoitos vencidos, notebook quebrado, bosta de cavalo, prego enferrujado, lagarto, laranjas podres, envelope, vestido de noiva, CD de funk, máquina de escrever, celular, computador dos anos noventa e peneira.

Vigésimo dia (28/10/2019)

As cooperadas ficam em frente a uma esteira fordista velha e ruidosa, que dita seu tempo e movimento. A produção é por quantidade de material que a catadora consegue separar, ou seja, quanto mais trabalha, mais ganha. Conseqüentemente, elas se tornam donas da sua própria exploração. O trabalho se torna arcaico nas condições precárias em que se desenvolve, com o risco à saúde, com exposição a doenças e acidentes. Outro agravante é que o trabalho na cooperativa se torna análogo à escravidão, sem direitos trabalhistas, inclusive décimo terceiro.

Aconteceu uma coisa diferente no meu último dia. Eu estava trabalhando em frente a uma catadora. Passou uma caneta pela esteira, ela pegou e me deu, sem falar nada. Achei muito simbólico, porque ela não sabe ler, nem escrever. Para mim, foi uma maneira silenciosa de dizer: escreva a nossa história.

Compreendi que a Cooperfran é construída das memórias, das identidades, das vidas que ocupam aquele espaço. As catadoras apresentam histórias de vida individuais; entretanto têm em comum o processo de invisibilidade de sua identidade.

No próximo capítulo, contamos a história da escritora Carolina Maria de Jesus e de algumas catadoras de materiais recicláveis da cooperativa Cooperfran.

1. Identidade reciclável: identidade, história de vida e memórias

*Quando eu era menina. Tinha pensar esquisito.
Via doces na vitrina. Desejava ser mosquito.*

Carolina Maria de Jesus, 1996, p. 211

Perguntas como “Quem sou eu? De onde vim? Para onde vou?” sempre estiveram presentes na vida do indivíduo. Esses questionamentos também aparecem como norteadores na história de Carolina Maria de Jesus e das catadoras de materiais recicláveis da cooperativa Cooperfran.

Construímos nossa identidade a partir da nossa história; assim, o indivíduo não é isolado, é um ser social, que está inserido nas relações sociais e de produção. Só construímos esse mundo interno, que é o “eu”, a partir do externo, interiorizando nossas vivências, os símbolos e significados que são socialmente construídos. O que somos não é apenas abstrato e subjetivo, mas é também concreto e real.

O humano está em movimento, em constante vir a ser. Por meio da prática, nós nos construímos e reconstruímos: “[...] ser processo, ou para utilizar uma palavra mais sugestiva se bem que polêmica, ser metamorfose” (CIAMPA, 1984, p. 70). Somos autores e personagens da nossa história. A partir do momento em que se cria e transforma o mundo, é que se constrói a si próprio e produz sentido para a realidade que se vive.

A identidade, na cultura ocidental, foi construída pela diferença, separando o “eu” e o “outro”. “Outro significa, ao mesmo tempo, o semelhante e o dessemelhante; semelhante pelos traços humanos ou culturais; dessemelhante pela singularidade individual ou pelas diferenças étnicas” (MORIN, 2005a, p. 77). Por essas diferenças, apagamos a memória e o direito de ser do “outro”.

Nesse sentido, cada indivíduo “[...] vive e experimenta-se como sujeito, essa unicidade singular é a coisa humana mais universalmente partilhada. Ser sujeito faz de nós seres únicos, mas essa unicidade é o aspecto mais em comum” (MORIN, 2005a, p. 75).

O autor ainda corrobora, dizendo que o ser humano “[...] é uma pequena partícula de vida, um momento efêmero, uma formiga, mas, ao mesmo tempo, carrega a plenitude da realidade viva – a existência, o ser, atividade – e, assim, contém o todo da vida sem deixar de ser uma unidade elementar da vida” (MORIN, 2005a, p. 73).

Essa contradição aparece tanto na vida das entrevistadas, quanto na história de Carolina Maria de Jesus. “[...] O paradoxo fundamental do indivíduo humano: a não-identidade na identidade” (MORIN, 2005a, p. 86). Esse preceito nos ajuda a perceber as Carolinas como subjetivas e objetivas; assim, as identidades são uma relação contraditória entre o uno e o múltiplo.

Desse modo, “Carolina existe como negação de si própria, ao mesmo tempo em que está sendo apenas ela [...] Carolina depende para existir, de algo externo a ela, de uma identidade que ela não é, que a difere, mas que, entretanto, fornece condições para que ela exista” (SANTOS, 2015, p. 68).

Nesse contexto, as Carolinas têm escolhas, mas muitas vezes estas são limitadas pela estrutura social em que vivem. Tanto a Carolina Maria de Jesus quanto as entrevistadas tiveram de se submeter ao trabalho com materiais recicláveis, mesmo sendo penoso. Carolina, expulsa da casa em que morava, teve que se mudar para a favela do Canindé, ainda que se ressentindo de ter de morar naquele local.

Além dessas imposições sociais, essas mulheres também sofrem muitas restrições pela questão do gênero e da etnia-raça. A autora Carolina Maria de Jesus, por exemplo, rompeu com o lugar imposto à mulher negra pela sociedade ao se tornar escritora. Um meio de anular sua relevância é não considerar suas obras como literatura, diminuindo seu valor e não a legitimando como escritora. Falas como “[...] lá vem a catadora de papel metida a escritora, ai da literatura brasileira se qualquer analfabeto se mete a escrever” (SANTOS, 2009, p. 46) são utilizadas como meio de subjugar e apagar quem foi Carolina.

As autoras mulheres já são minoria, sendo pouquíssimo reconhecidas na literatura; quando se trata de escritoras negras, a situação se agrava. As mulheres favorecidas nesse espaço, como Cecília Meireles, Clarice Lispector, Lygia Fagundes Telles, se destacavam por obras ficcionais e, muitas vezes, de caráter elitista. A obra de Carolina traz relatos de sua própria realidade. Nunca foi bem-vista, porque denuncia a desigualdade social que há no país. “A literatura memorialista e autobiográfica de Carolina desempenha o papel de nos levar a refletir sobre questões idenitárias, de preconceito étnico, gênero e classe, que refletem ainda hoje a realidade de muitas mulheres, todas Carolinas” (SANTOS, 2015, p. 65).

Desse modo, as Carolinas estão inseridas dentro de uma realidade histórica. Portanto, para se pensar em suas identidades, ações e escolhas, há de se refletir sobre as circunstâncias particulares que determinaram suas vidas, que muitas vezes as limitaram e as oprimiram. Mesmo Carolina Maria de Jesus tendo se tornado escritora, publicando seu

livro em diversos países, ainda que sua obra tenha ganhado bastante destaque nos últimos anos, ela ainda é alvo de preconceitos, mesmo na contemporaneidade.

Para pensarmos a construção da identidade tanto de Carolina como das catadoras, precisamos refletir sobre três períodos principais. O primeiro, a renascença, centralizada na razão, concebendo a identidade vinculada à essência. Depois, com o surgimento das ideias marxistas, refletindo sobre a sociedade e construindo uma concepção de identidade vinculada ao outro. E, por último, uma visão pós-moderna, da negação de uma identidade permanente e única (HALL, 2011).

Para Stuart Hall (2011), a identidade se constitui por meio de processos inconscientes ao longo do tempo, não de forma inata. Assim, o ser humano tem uma essência que se modifica com a interação exterior; ou seja, o “eu” é formado nas relações sociais, projetando diferentes identidades contraditórias e não uma fixa/coerente.

Nesse contexto, a identidade se caracteriza como reciclável, “no admirável mundo novo das oportunidades fugazes e das seguranças frágeis, as identidades ao estilo antigo, rígidas inegociáveis, simplesmente não funcionam” (BAUMAN, 2005, p. 33). O autor ainda complementa dizendo:

A resposta à questão relativa à sua identidade não é mais “um engenheiro da Fiat (ou da Pirelli)”, ou um “servidor público”, ou um “mineiro” ou um “gerente da loja Benetton”, mas, como num recente comercial descrevendo uma pessoa que usaria o prestigioso logotipo nele anunciado, alguém que “adora filme de terror, bebe tequila, usa saíote escocês, é fã do Dundde United F.C., da música dos anos 1980, da decoração dos anos de 1970, viciado nos Simpsons, cria girassóis, a cor favorita é cinza-escuro, fala com as plantas. (BAUMAN, 2007, p. 114).

Para o autor, todas as características descritas acima podem ser compradas. Usamos os bens de consumo para nos reconhecer; tornamo-nos meras extensões daquilo que compramos. O que forma a identidade, nesse sentido, são os produtos a que se tem acesso por meio de lojas.

Partimos do pressuposto de que a identidade é formada a partir do trabalho, do gênero e da etnia-raça. Mas isso não exclui a ideia de que o que consumimos nos influencia, visto que o trabalho dita o consumo. A Carolina e as entrevistadas constroem suas identidades em cima daquilo que não têm, da falta de alimento, da fome, da pobreza, da miséria, das roupas e dos alimentos achados no lixo.

Zygmunt Bauman (2005, p. 46) também reafirma essa questão, ao dizer que os pobres “[...] tiveram o seu ‘bios’ (ou seja, vida de um sujeito socialmente reconhecido)

reduzidos a ‘zoe’ (a vida puramente animal, com todas as ramificações reconhecidamente humanas podadas ou anuladas)”. Carolina ilustra essa afirmação: “Um operário perguntou-me: – É verdade que você come o que encontra no lixo? – O custo de vida nos obriga a não ter nojo de nada. Temos que imitar os animais” (JESUS, 2014c, p. 112).

A partir das teorias anteriores, percebemos que a vida das catadoras estiveram sempre em constante transformação; elas se fizeram e se refizeram durante as adversidades impostas pela vida. Só se construíram enquanto Carolinas na medida em que se inseriram no mundo e tiveram relações com as pessoas.

Desse modo, o pertencimento algum grupo e os adjetivos representam nossas características. Nós “[...] vamos nos diferenciando e nos igualando conforme os vários grupos sociais de que fazemos parte: brasileiros igual a outros brasileiros, diferente dos estrangeiros [...]” (CIAMPA, 1984, p. 63).

A própria Carolina Maria de Jesus é feita de adjetivos e características; ela representa diversos papéis sociais diante da vida. Mostra-se como mãe solteira, que cuida da casa, dos afazeres, dos três filhos; como catadora de materiais recicláveis, que cata papel, anda pelas ruas de São Paulo; como mulher negra, que sofre racismo e machismo em seu cotidiano; como escritora, que vende milhares de livros; como amante, tendo diversos namorados ao longo da vida. Esses papéis “[...] ora se conservam, ora se sucedem, ora coexistem, ora se alternam” (CIAMPA, 2005, p. 156).

Nós endossamos diferentes papéis sociais na família, na escola, no trabalho, com os amigos etc. Para Edgar Morin (2005a, p. 91), um submisso funcionário pode ser um tirano dentro de casa, e um chefe autoritário pode ser muito amável diante da esposa. Por isso, o autor afirma que “a mimese é um dos fenômenos mais importantes da vida animal (insetos imitam folhas de árvores; camaleões) e também da humana [...] Começa com a menina que brinca de boneca, ou seja, de mamãe, como menino que brinca de guerra” (MORIN, 2005a, p. 91).

Segundo Antônio Ciampa (2005), a partir desses vários papéis sociais que interpretamos, configuramos uma identidade particular. Desse modo, Carolina se distingue por ser negra, mulher, favelada, catadora, mãe e escritora. São todos esses pontos que a fazem autora/personagem de sua história, dando profundidade e personalidade para a sua vida e narrativa.

[...] Carolina não dá voz apenas à catadora ou à escritora. Em seu diário, podemos ver várias identidades de Carolina, dentre elas a Carolina-mãe solteira que luta para criar os filhos; a Carolina-sedutora que tem a liberdade

de escolher se quer ou não um homem e quando o quer; a Carolina-mulher negra que enfrenta os preconceitos e, por vezes, também demonstra racismo; a Carolina-alienígena na favela porque não se enxerga pertencente àquele lugar; a Carolina-quase policial porque “põe ordem” na favela chamando a Rádio Patrulha cada vez que há uma briga; a Carolina-intelectual que não só escreve, mas também lê muito, ouve tangos e valsas e sabe discutir política. Enfim, são várias as facetas de Carolina e a autora as constrói de forma a legitimar cada um desses lados. (QUERIDO, 2012, p. 886-887).

Assim, ampliando a teoria de desempenharmos vários papéis, somos, ao mesmo tempo, personagens e escritores de nossa história. “Todos nós – eu, você e as pessoas que convivemos – somos as personagens de uma história que nós mesmos criamos, fazendo nos autores e personagens ao mesmo tempo” (CIAMPA, 1984, p. 60).

Joel Rufino dos Santos (2015, p. 87) complementa essa questão dizendo que Carolina “era catadora de papel, e pensando-se os sentidos culturais da palavra ‘papel’, que é onde se escreve, mas também como colocado na teoria de Ciampa (2005), função que o indivíduo desempenha na vida social”.

Por isso, o autor afirma que a vida da escritora era feita de papéis: “o papel é um devir: meio para encontrar comida e suporte para sua escritura, condição para sua emancipação. O papel é o que a anima, que dá forças, juntos aos filhos, para seguir. Carolina tem ‘fome’ de papel: cata e escreve” (SANTOS, 2005, p. 88).

Suas palavras foram usadas tanto para denunciar a pobreza quanto, também, como uma forma de libertação e resistência. Os livros sempre estiveram presentes em sua vida. Mas não foi só o amor pela leitura que a fez escritora, foi também a forma como via o mundo, o sentido e o significado que atribuía à realidade. Carolina escrevia todos os dias, mostrando, em seu diário, como os favelados “repartiam” a miséria no Canindé.

Portanto, podemos dizer que as Carolinas são marcadas pela igualdade e diferença, pela unidade e multiplicidade. Pensar a totalidade é refletir tudo o que somos. Assim, acreditamos que tanto a autora quanto as entrevistadas não possuem uma identidade fixa, mas várias identidades, com qualidades e defeitos, formando um ser humanamente contraditório.

Para entendermos as identidades das Carolinas, foi necessário retomar as suas histórias de vida. “Identidade é história” (CIAMPA, 2005, p. 163). Por isso, trabalhamos uma categoria fundamental: a memória. Quando temos uma história de dor, ressentimo-nos e não compartilhamos, mas só por meio da linguagem, da palavra, que nos constituímos enquanto humanos.

Ao contrário do que se pensa, a memória é atual, vivida no presente. É preciso esforço e trabalho, não no sentido de reviver, mas de reconstituir. “Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem experimentada na infância, porque nós somos os mesmos e porque nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas ideias, nossos juízos de realidade e valor” (BOSI, 1994, p. 55).

Um dos aspectos mais instigantes do tema é o da construção social da memória. Quando um grupo trabalha intensamente em conjunto há uma tendência de criar esquemas coerentes de narração e de interpretação dos fatos, verdadeiros “universos do discurso”, “universos de significados”, que dão ao material de base uma forma histórica própria, uma versão consagrada dos acontecimentos. O ponto de vista do grupo constrói e procura fixar a sua imagem para a história. Este é, como se pode supor o momento áureo da ideologia com todos os seus estereótipos e mitos (BOSI, 1994, p. 67).

Desse modo, a memória não está separada do real, “a memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com escola, com a igreja, com a profissão; enfim, como os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo” (BOSI, 1994, p. 54). Vemos essa questão nas obras de Carolina: tanto nos diários, como nos livros de memórias, ela retratava a realidade da qual fazia parte. Para escrever sobre sua vida, recorria aos outros. As lembranças são coletivas, mesmo que de forma inconsciente.

Portanto, podemos concluir que toda memória é coletiva/política, construção de uma dada sociabilidade. O indivíduo isolado lembra, mas ele não está sozinho, carrega consigo os outros na forma de histórias dentro de si. “Os outros moram em nós; nós moramos nos outros” (MORIN, 2005a, p. 95). A seguir, relatamos as memórias das catadoras.

A história de Carolina

Para contar a história de Carolina Maria de Jesus, foi preciso recorrer a várias fontes, compostas de diversas memórias. A palestra “O ‘fenômeno’ Carolina Maria de Jesus”, realizada no ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”, no dia 10 de julho de 2017, em São Paulo, promovido pelo Serviço Social do Comércio (Sesc), nos trouxe recordações de Vera Eunice (filha de Carolina Maria de Jesus) e Audálio Dantas (jornalista que editou seu primeiro livro). Para a construção desse capítulo, também utilizamos o livro *Diário de Bitita*, com lembranças da própria autora

sobre sua vida, e o livro *Cinderela negra*, do pesquisador estadunidense Robert Levine e do brasileiro José Carlos Sebe Bom Meihy, com relatos de parentes e amigos.

A escritora nasceu 14 de março de 1914, em Sacramento, uma cidade pequena de Minas Gerais. Sua mãe, Maria Carolina, conhecida como Cota, era casada e tinha um filho. Em uma das festas da cidade, conheceu e se apaixonou por um homem que fazia repentes (improviso de músicas, versos e poemas). A autora nasce desse romance extraconjugal de sua mãe. Com o seu nascimento, Cota a criou sozinha com o ajuda de seu pai, o avô de Carolina (JESUS, 2014a).

Carolina Maria de Jesus (2014a) não conheceu seu pai. Sua mãe dizia que ele tocava violão e não gostava de trabalhar. Em seu livro de memórias, a escritora fala pouco sobre seus pais, porém descreve com carinho seu avô, ex-escravizado, alto e calmo. Pela sua boa conversa, era conhecido como Sócrates africano.

A autora descreve como era a casa em que morava com a mãe e o avô na infância, “[...] a nossa casinha era recoberta de sapé. As paredes eram de adobe cobertas com capim. Todos os anos tinha que trocar o capim, porque apodrecia, e tinha que trocá-lo antes das chuvas. [...] o chão não era soalhado, era terra dura, condensada de tanto pisar” (JESUS, 2014a, p. 13).

Carolina Maria de Jesus (2014a, p. 74) dizia que, desde pequena, era esperta, falava muito, escutava e se intrometia em conversas de adultos. Por causa dessas questões, as pessoas diziam que era uma criança chata. Um fato marcante de sua infância aconteceu quando sua mãe a encontrou inconsciente. Ela foi levada ao médico espírita Eurípedes Barsanulfo. A escritora tinha sido alcoolizada pela esposa do avô para adormecer. Nesse dia, o médico fez uma projeção, “a tua filha é poetisa; pobre Sacramento, do teu seio sai uma poetisa”. Carolina contou para conhecidos e vizinhos que era poetisa, mas ninguém sabia o que aquilo significava, nem mesmo ela.

Carolina estudava na cidade, por incentivo de uma senhora espírita, que mantinha a instituição: “Minha mãe era pobre. Dona Maria Leite insistiu com mamãe para enviar-me à escola. Eu fui apenas para averiguar o que era escola” (JESUS, 2014a, p. 126). Na visita guiada em Sacramento (MG), conseguimos registrar a escola que Carolina estudou.

FIGURA 23 – Escola



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2017).

Robert Levine e José Carlos Meihy (2015, p. 23) contam que a escritora, inicialmente, não se interessava pelos estudos; queria ir embora para mamar e apanhava para ir à escola. “Mais tarde a escritora declarava que sua grande inspiração não havia sido a escola, e sim seu avô, a quem chamava entusiasticamente de Sócrates africano”.

Apesar dessa afirmação dos pesquisadores, no seu livro de memórias Carolina Maria de Jesus (2014a, p. 127) fala da importância da escola. Relata que foi na escola a primeira vez que ouviu seu nome, pensando que Bitita, seu apelido, era seu verdadeiro nome. “A senhora está ficando mocinha, tem que aprender a ler e escrever, e não vai ter tempo disponível para mamar porque necessita preparar as lições. Eu gosto de ser obedecida. Está ouvindo-me, dona Carolina Maria de Jesus!” (JESUS, 2014a, p. 127).

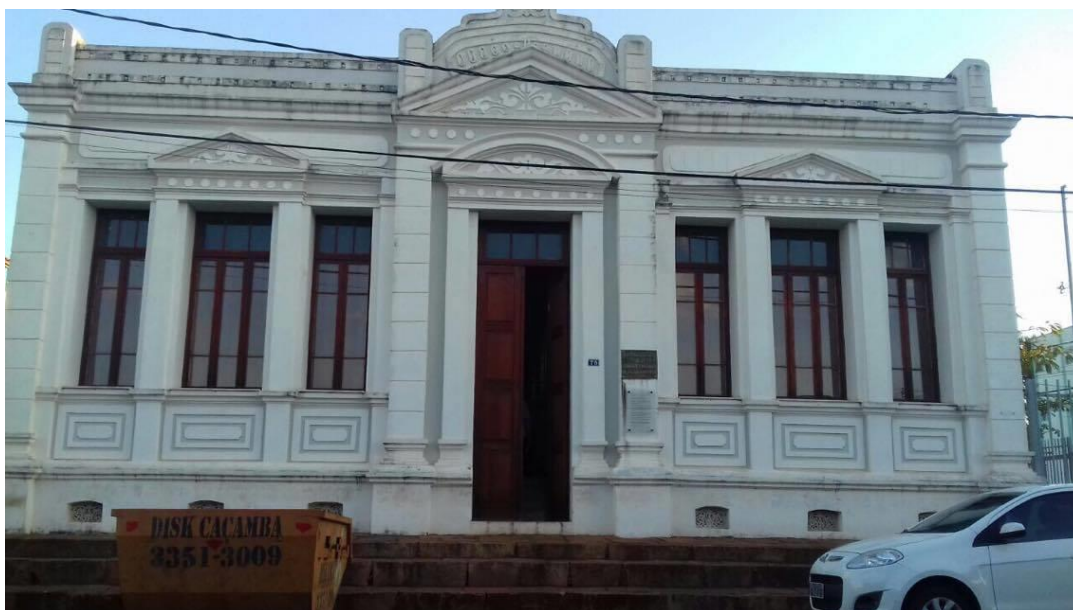
A escritora estudou até a metade do segundo ano. Após sua mãe se mudar para uma fazenda, teve que deixar a escola. Mas tomou gosto pela leitura. Essa característica marcou tanto a sua história que Carolina foi presa, na juventude, por ler. Cota, ao tentar impedir sua prisão, também é presa, ficando ambas cinco dias sem comer, em cárcere. “O sargento mandou um soldado preto nos espancar. Ele nos espancava com um cacete de borracha. Minha mãe queria proteger-me, colocou o braço na frente recebendo as pancadas. O braço quebrou, ela desmaiou [...]” (JESUS, 2014a, p. 182).

Carolina foi presa por ler um suposto livro de São Cipriano. As pessoas da cidade a acusavam de estudar feitiçaria, mas, na realidade, ela lia um dicionário. “Quando minha

mãe soube, avisou-me: – É melhor você parar de ler esses livros, já estão falando que é livro de São Cipriano, que você é feiticeira” (JESUS, 2014a, p. 180).

Na fotografia, mostramos a cadeia em que Carolina ficou presa em Sacramento (MG). Atualmente é um Arquivo Público, que contém escritos da autora. Em carta aberta à cidade, Vera afirma: “Eu, enquanto filha da escritora, tenho maior convicção de que esse patrimônio literário deve ficar em sua cidade natal” (LIMA, 2016, p. 18).

FIGURA 24 – Cadeia



Fonte: Foto tirada por Bárbara Oliveira Rosa (2017).

Após esse acontecimento, ela vai embora de Sacramento. Mora em outras cidades, como Jardinópolis, Ribeirão Preto, Franca, Uberaba. Em Ribeirão Preto, pediu ajuda para uma tia, que lhe negou.

Nesse período de sua vida, Carolina teve de pedir esmolas e viveu na rua, já que não conseguia trabalhar, porque tinha umas feridas nas pernas. “Toquei a companhia de uma casa. Apareceu uma senhora, e eu pedi: – A senhora pode me dar auxílio? [...] – Você é novinha pedindo esmola. Não tem vergonha? É por isso que ninguém gosta de negros, vocês são indolentes, imprestáveis. Vai trabalhar nojenta” (JESUS, p. 2014a, p. 167).

Foi andando até Jardinópolis, onde procurou o hospital Santa Casa para tratar as pernas. Em seguida, foi para a cidade de Franca. Curada, voltou a trabalhar, arrumou emprego como empregada doméstica. Porém, foi acusada de ladra injustamente. O dono da casa esqueceu o número do cofre e perguntou para Carolina se ela havia prestado

atenção no que o homem do banco dissera quando fora lá. Ao lembrar e conseguirem abrir o cofre, ela foi despedida. “– A senhora ouviu o homem ler o segredo do cofre? – Ouvi, sim senhor. – Será que a senhora pode escrever o que foi que ouviu? Fiquei vaidosa. – Oh, posso sim! [...] – Dona Carolina, a senhora pode ir-se embora. Vá arrumar suas roupas e pode sair” (JESUS, 2014a, p. 187).

Depois, estabeleceu-se por um tempo como cozinheira no hospital Santa Casa de Franca, mas as freiras restringiam seus passeios. “Para ser sincera, comecei a sentir falta das diversões, então decidi sair” (JESUS, 2014a, p. 203). Mudou-se para São Paulo e trabalhou como empregada doméstica na casa do doutor Euryclides de Jesus Zerbini, primeiro médico-cirurgião cardíaco. Ele permitia que Carolina utilizasse a biblioteca da casa. Porém, foi despedida após engravidar do seu primeiro filho, João José.

Nesse período, ganhou umas madeiras do monsenhor da igreja Nossa Senhora do Brasil e carregou até a favela do Canindé (aproximadamente 8,2 km de distância), onde ela mesma fez seu barraco. Depois de pronto, dormiu em cima de uma tábua de quarenta centímetros, que tinha sobrado. A seguir, vemos o mapa de 1950 com a distância que ela percorreu:

MAPA 1 – Trajeto Paróquia Nossa Senhora do Brasil até a favela do Canindé (1950)



Fonte: Prefeitura de São Paulo [(2019?)].

A autora foi para favela do Canindé principalmente por ser próxima do depósito de lixo. “O lixo desde então passou a ser seu ganha pão, metáfora perfeita da circunstância

socioeconômica brasileira da imensa fatia que nunca teve propriedade” (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 35). A seguir vemos uma foto da catadora na favela do Canindé:

FIGURA 25 – Favela do Canindé



Fonte: Revista Figas (2018).

Os autores recuperam a fala de sua filha Vera Eunice: “Ela catava tudo que ia encontrando pela rua, o dia inteiro: papel, garrafa, plástico, lata, estopa e onde ela fosse a gente tinha que ir junto. Comigo no colo, mais o João e o José, andávamos a manhã inteira pela cidade: não era mole, não!” (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 65).

Vera descreve a vida de sua mãe na favela: “[...] ela gostava de valsa vienense, imagina numa favela valsa vienense, não deixava os filhos ir para casa de ninguém, era ela e os filhos dentro de casa, namorava bastante, namorava gente assim culta, não pegava gente ali da favela, meu pai era espanhol” (informação verbal).⁷

Assim, a discussão de Vera mostra que Carolina não tinha só miséria e tristeza em sua vida; tinha momentos felizes, com os filhos, cantando, ouvindo valsa vienense. “[...] [O] ser humano vive não só de pão, não vive só de mito, vive de poesia. Vive de música, de contemplações, de flores, de sorriso” (MORIN, 2005a, p. 137).

Os pesquisadores Robert Levine e Carlos Meihy (2015) relatam um pouco dessa relação que a autora tinha com os moradores da favela. Ela era como uma síndica: “Se eu

⁷ Fala de Vera Eunice de Jesus em palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”.

guardasse todo dinheiro que já gastei telefonando para a Radio Patrulha, eu podia comprar um quilo de carne!” (JESUS, 2014c, p. 112).

Carolina aconselhava os vizinhos e alguns a respeitavam por saber ler e escrever. “Ela era vista pelos parceiros, dentro da favela como uma pessoa estável em que valia a pena acreditar, mas nem por isso era apreciada [...] quando havia briga na favela, era Carolina quem chamava a polícia” (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 27).

Audálio conheceu a escritora em um parquinho infantil da favela. Ao ver uma mulher brigando com os adultos que usavam o parque. A frase “Vou por vocês no meu livro” chamou sua atenção. Ele indagou sobre o livro, e Carolina lhe mostrou seus 35 cadernos. Levou cinco deles para a redação do jornal *Folha da Noite*, no qual era jornalista, e fez uma reportagem sobre a escritora. Depois de um ano, em 1960, o repórter editou e escolheu o título do livro, *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, que foi publicado pela editora Francisco Alves (LEVINE; MEIHY, 2015).

FIGURA 26 – Audálio, Carolina e Vera

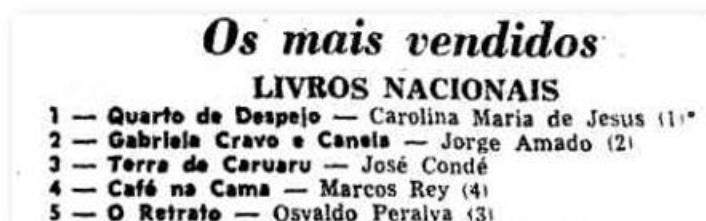


Fonte: Foto apresentada em palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus” (2017).

Audálio afirma que *Quarto de despejo: diário de uma favelada* esgotou em uma semana, vendendo 10 mil exemplares da primeira edição e, em poucos meses, 100 mil cópias. A obra foi publicada em 20 países (14 idiomas), ultrapassando, em um só dia, a

venda de clássicos como Jorge Amado, sendo o livro mais lido na década 1960 (informação verbal).⁸

FIGURA 27 – Livros mais vendidos 1960



Os mais vendidos		
LIVROS NACIONAIS		
1	— Quarto de Despejo —	Carolina Maria de Jesus (1) ^o
2	— Gabriela Cravo e Canela —	Jorge Amado (2) ^o
3	— Terra de Caruaru —	José Condé
4	— Café na Cama —	Marcos Rey (4) ^o
5	— O Retrato —	Osvaldo Peralva (3) ^o

Fonte: Jornal Estado de São Paulo, 18/12/1960 (ENTINI, 2016).

Durante esse tempo, teve várias acusações em torno do repórter, que teria usado o nome da Carolina para fazer sucesso e ganhar dinheiro. Em sua defesa, o jornalista nega tal afirmação. Porém, Robert Levine e José Carlos Meihy (2015, p. 31) afirmam que a editora ganhava 10% e Audálio, 5% de cada livro: “[...] ela não possuía documentação própria, não lhe seria possível possuir uma conta bancária em seu próprio nome. Dantas se dispôs a fazê-lo, o que logicamente estabelecia uma relação de dependência e constrangimentos”.

Vera Eunice, na palestra, afirma ter ficado ressentida com Audálio Dantas. Ela acreditava que, após a publicação do livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*, ele a tiraria do Canindé, e não foi que aconteceu (informação verbal).⁹

Os favelados ficaram com raiva, porque viam seus nomes escritos no livro e, sem saber ler, achavam que Carolina estava falando mal deles. “Um homem se referiu a ela como ‘puta preta’, e em coro bradavam que ela havia se enriquecido escrevendo sobre os favelados e que, portanto, deveria repartir o dinheiro com eles” (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 31).

Carolina e sua família saíram apedrejados da favela. Um acionista do Açúcar União os levou para morar no porão de sua casa. Depois, eles moraram no fundo de uma casa de móveis, até comprarem a casa em Santana. “[...] [A]o se mudar, jamais poderia supor que a casa comprada ainda estava habitada pelos antigos inquilinos. Quando

8 Fala de Audálio Dantas na palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”.

9 Fala de Vera Eunice de Jesus na palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”.

chegou, a família Monteiro não tinha para onde ir. Carolina e seus filhos, sem outra alternativa imediata compartilharam o ‘palácio’ [...]” (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 32).

Carolina, depois do sucesso do seu livro, passou a ajudar muitas pessoas, que faziam filas em frente à casa da autora. “Muita gente passou a achar que eu fiquei rica. Procurava-me como se fosse dona de uma fortuna. Queriam-me propor negócios malucos. Queriam pedir empréstimos, pedir auxílios descabidos. [...] Pedem e depois não pagam” (JESUS, 1961, p. 196).

Carolina não conseguiu vender seus livros ao longo do tempo, porque, em 1964, ocorreu o golpe militar, que ocasionou uma repressão das obras literárias, especialmente dos livros com crítica social, como os da autora (SANTOS, 2009). Robert Levine e José Carlos Meihy (2015) complementam essa questão, dizendo que os próprios editores evitavam publicar, receosos de prejuízos.

O que é notável na saga de Carolina é que apenas quinze anos depois de sua morte, três décadas depois de sua publicação e do barulho feito em torno de Quarto de Despejo, uma nova geração pouco ou nada sabe da escritora negra. Seus livros desapareceram das livrarias depois do golpe militar e agora voltam timidamente. É nesse sentido, quase que incompreensível como houve um apagamento de sua memória no Brasil, particularmente nos níveis escolares, fato que contrasta com sua reputação em academias do exterior onde sempre integra a lista de cursos sobre mulheres, raça e pobreza no terceiro mundo. (LEVINE; MEIHY, 2015, p. 57)

Cansada e frustrada, Carolina se muda para um sítio em Parelheiros. A partir desse período, o jornalista se afasta da autora. Vera afirma que a casa era de terra batida, não tinha eletricidade; o dinheiro acabou e eles vivenciaram outro tipo de fome, comendo apenas o que produziam (informação verbal).¹⁰ A escritora ilustra essa passagem de sua vida com um poema:

Vejam, tenho os cabelos grisalhos
Já passei tantos trabalhos
Meu Deus, que fatalidade
Perdi a minha única habitação
Perdi a minha única habitação!
Desliguei-me da sociedade
Vim residir nesse porão (JESUS, 1996, p. 50).

Nesse período, Carolina dizia que, se não conseguisse comida, ia se jogar do viaduto. Ela voltou a catar papel e ficou doente, até falecer de uma crise de asma. Apesar

10 Fala de Vera Eunice de Jesus na palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”.

de a imprensa alegar que a autora ganhou milhões de dólares, sua filha desmente, dizendo que eles não tinham como pagar o enterro (informação verbal).¹¹

Atualmente, Vera Eunice, a caçula, mora no sítio, é professora do primário e propaga a vida de sua mãe em cursos. Os outros irmãos, João José e José Carlos, são falecidos. O jornalista Audálio Dantas faleceu em 2018, um ano após a palestra. Vera termina a apresentação dizendo que Carolina escrevia com carvão, a noite toda, à luz de vela, com os papéis que achava na rua, que ela dava bronca em versos (informação verbal).¹²

A história de Dhou

Dhou é um nome fictício, a fim de resguardar e proteger a identidade da participante. A escolha do nome foi feita pela própria entrevistada, que não quis um nome existente e criou um nome para si, rompendo com preceitos gênero e usando a criatividade.¹³

Dhou nasceu em Ouro Verde de Minas, uma cidade pequena de Minas Gerais, em 1975. Seus pais trabalhavam na “roça”. Como a entrevistada mesma diz: “A cidade era pequena, a gente trabalhava muito na roça”.

Em passagens do livro *Diário de Bitita*, de Carolina Maria de Jesus, vimos que tanto sua mãe como seu avô tinham trabalhos nas fazendas de café. “Os trabalhadores negros sacramentanos tinham, a rigor, um labor diário muito desumano, [...] na chamada ‘roça’, na grossa maioria das vezes, não pagava o prato de comida, nem de longe o teto para o descanso merecido” (FARIAS, 2017, p. 11).

Dhou conta que tinha 10 irmãos e que, a partir dos seis anos, eles começavam a trabalhar com os pais. “Todo mundo foi pro cabo da inchada muito cedo. Era ‘aguenta levantar o cabo da inchada’, tinha que ir. Eu comecei a trabalhar com oito anos. Trabalhei na roça a vida toda praticamente.”

Além de Carolina e Dhou serem mineiras, com pais trabalhadores rurais, a descrição da casa também se assemelha. Carolina (2014a, p. 13) dizia que “[...] o chão [de sua casa] não era soalhado, era terra dura, condensada de tanto pisar”. Dhou relata:

11 Fala de Vera Eunice de Jesus na palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”.

12 Fala de Vera Eunice de Jesus na palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”.

13 A entrevista foi realizada no dia 2 de março de 2020.

“Nossa casa era uma casa de chão. Chão batido, antigamente era chão, né? E tijolo à vista, aqueles tijolos grandão de antigamente. E chão era batido, não era cimento, era de chão”.

Frente a essa realidade de pobreza, a catadora desabafa: “Não tem muita coisa para lembrar da infância não. A gente passou a infância trabalhando, né? Eu não tive infância”. A infância foi substituída pelo trabalho; a situação de pobreza que vivenciou com sua família a impossibilitou de brincar.

A fome aparece tanto no desejo de Carolina de ser mosquito para comer os doces que via na vitrine, como também na fala da Dhou: “Coitado da gente, não sabia o que era comer um doce. Coisa da cidade, picolé, pirulito, já passei tanta vontade de chupar um picolé na minha vida. Hoje em dia, os meninos têm, até joga fora. Vontade de ter aquilo e não tinha dinheiro para comprar”.

O trabalho infantil e as dificuldades financeiras fizeram a catadora cursar até a quinta série. Além disso, outros empecilhos apareceram, como a distância da escola. “Nossa, era uma escolinha tão ruim. Tão ruim. Tão longe. Nós andava cinco quilômetros para estudar. Todo dia, cinco pra ir e cinco para voltar.”

O trabalho aparece em toda a história de Dhou. Na infância, ela trabalhava na lavoura de café com os pais. Durante a adolescência, até a vida adulta, trabalhou como empregada doméstica. Morava no serviço e enviava o dinheiro que recebia para sua família.

Até mesmo por ser muito nova, 13 anos, a catadora cria uma relação maternal com a dona da casa, que era médica. “Ela foi como se fosse uma segunda mãe. Ela me ensinou a dar injeção. Ela me ensinou a dar ponto. O pessoal fala ‘você parece enfermeira’, aí eu falo que eu fui criada com uma médica. Fiquei muitos anos da minha vida com ela.”

Diante dessa realidade, sua adolescência também foi restrita: “Eu passava o dia todo dentro de uma casa, limpando, lavando, cozinhando. Então, não tive adolescência. Passei minha adolescência trabalhando.” O trabalho dita as relações e a vida de Dhou.

Com 17 anos, ela se casa, tem dois filhos, uma menina e um menino. Ficam 18 anos casados. Mas a Carolina dentro de Dhou fala mais alto, e ela se divorcia. “Eu sempre fui muito independente toda vida, desde pequena. Nunca dependi de nada e de ninguém. Casei nesse ritmo, continuei nesse ritmo. Mas chegou uma hora que minha independência falou mais alto.”

Dhou trabalhou como empregada doméstica, mesmo depois de casada. Na procura de um salário maior, começou a trabalhar na cooperativa de catadores. Sobre o futuro, os sonhos de Dhou se parecem com os de Carolina: “Quero um pouco de sossego. Meu sonho

é morar numa roça pequenininha, onde eu possa criar umas galinhas, um porquinho, uma horta. Viver em paz”.

A história de Marcia

Marcia¹⁴ nasceu em Ouro Verde de Minas, uma cidade pequena de Minas Gerais, em 1982. Seu pai faleceu quando ela era pequena. Por isso, vivia apenas com sua mãe e seus sete irmãos, sendo a caçula. Sua mãe trabalhava de lavadeira e faxineira. Ela relata: “Era uma casa bem simples, passávamos muita dificuldades por causa da cidade ser pequena e não ter muito emprego”.

A história de Marcia e Dhou tem muitos pontos em comum: as duas vieram da mesma cidade e moravam na zona rural. Apenas quando seu pai falece que Marcia e sua família se mudam para a cidade. A casa das duas entrevistadas é relatada como simples, e o município, com poucas oportunidades de trabalho.

A morte do seu pai é relatada como um acontecimento que marcou sua infância: “Aconteceu a perda do meu pai, assim, isso me marcou muito, porque, na época, eu era pequena, mas eu lembro, porque a minha mãe ficou sozinha, e... a falta, sabe?”. Ele morreu devido a uma úlcera, agravada pelo não tratamento da doença.

Marcia tinha apenas quatro anos; foi um momento de muita dor e sofrimento em sua história. “Às vezes me dá uns flashes da fisionomia dele, sabe? Eu lembro muito as brincadeiras, mas o rosto dele, com o passar do tempo, acho que eu fui esquecendo como era, sabe? Mas lembro assim, bem vagamente.”

Com a morte do marido, a mãe de Marcia ficou sendo a única responsável economicamente pelo lar. Ela mantinha a casa fazendo faxina e lavando roupas, como já dito anteriormente. Marcia relata que esse foi um período de dificuldade financeira, em que sua mãe trabalhou em troca de alimentos. “Tipo assim, ela lavava a roupa, fazia faxina e, em vez de pagar com dinheiro, pagava em comida, muitas vezes ela trocava em cesta básica, pra não deixar a gente passar fome, entendeu? Foi muito difícil, mas minha mãe conseguiu, minha mãe foi uma guerreira.”

Essa questão de trabalhar em troca de comida parece comum em cidades mineiras, principalmente com pessoas negras e pardas: “[...] a região mineira, sobretudo a que compreende o chamado Triângulo Mineiro, mesmo em cidades como Sacramento, guarda

14 Marcia é um nome fictício, a fim de resguardar e proteger a identidade da participante. A escolha do nome foi feita pela própria entrevistada. A entrevista foi realizada no dia 3 de março de 2020.

consigo forte resquício do regime escravista, ainda nos dias atuais” (FARIAS, 2017, p. 61).

Depois de um período nessa situação, sua mãe foi informada que tinha direito à pensão do marido. “Tinha as pessoas mais informadas que sabia que ela tinha direito a uma pensão, que ela tinha como ir atrás de uma pensão, pelo fato da gente ser tudo pequeno. Aí umas pessoas da cidade instruiu ela, até ajudou muito, pra ela correr atrás de uma pensão.”

Nessa parte da história, a catadora diz a seguinte frase: “Aí foi o que deu pra continuar seguindo a vida”. Sua mãe não tinha mais só os “pagamentos” em alimentos, mas também a garantia do dinheiro mensal da pensão. Essa fala mostra a importância do dinheiro na sociedade capitalista para sobreviver, para se manter vivo.

A catadora demonstra uma admiração enorme pela mãe. Além disso, em alguns momentos, se diz parecida com ela. “Minha mãe, caramba, fazia qualquer coisa para defender a gente, sabe? Porque, na época, como a gente era tudo pequeno, todo mundo achava que a gente era fraco, pelo fato da gente não ter um pai para defender, então a minha mãe se tornava uma leoa.”

Como Carolina, que não deixava ninguém da favela repreender seus filhos, a mãe de Marcia também não. “Ela encarava homem para defender a gente. Tipo assim, os maridos das vizinhas, algum amigo da família, então eles se sentiam no direito de mandar na gente, porque a gente não tinha pai, só tinha mãe, aí nessa hora que a minha mãe surtava, ficava louca.”

Marcia, a princípio, teve dificuldade de interagir com outras crianças na escola: “Como a gente morava na roça, não tinha contato com gente e era um lugar muito distante da cidade, pra me adaptar à escola foi muito complicado. Minha mãe até brincava que a gente parecia bicho do mato”.

Marcia abandona os estudos na adolescência, quando fica grávida, mas termina, anos depois, o colegial com o supletivo. O fato de a catadora ser a caçula contribuiu para não precisar trabalhar na infância, tendo seu primeiro emprego na adolescência.

A personalidade de Marcia me pareceu muito com a de Carolina. O jeito que a escritora lidava com os problemas na favela assemelha-se à maneira em que a catadora reage em algumas situações na cooperativa. “Sempre tive a personalidade bem forte, já sofri muito por causa disso, sabe? Já briguei, já discuti. Dependendo do que falar, minha filha, a resposta é na hora [risos].”

Marcia foi mãe na adolescência. “Minha adolescência foi complicada, né? Eu fui mãe muito nova, eu quase não tive adolescência, porque, quando foi o período pra eu curtir a adolescência, foi quando eu tava curtindo ser mãe, entendeu?”

Ela assumiu a responsabilidade de ter um filho sozinha, o que a privou de sair e ter amigas: “Não tinha como sair e deixar a criança em casa, porque a minha mãe me obrigou a assumir a responsabilidade por ter engravidado muito nova. Ela falava: engravidou, agora você vai assumir”.

Além do racismo estrutural, a maternidade também reflete na questão do trabalho. “Eu parei [de trabalhar] por causa do meu filho, porque, por mais que eu precisava do dinheiro, era complicado, sabe? Pra deixar ele com as pessoas, que eu não tinha condições de pagar pra pessoa ficar com ele.” Desempregada, com filho criança, trabalhou como manicure, atendendo em sua própria casa.

Depois de alguns anos, casou-se, teve seu segundo filho e, junto de seu marido, mudou-se para o Rio de Janeiro. Ele trabalhava como caseiro, e ela, como empregada doméstica. Porém, seu filho mais velho não se adaptou e voltou a morar com a avó. “Eu levei de volta pra morar com a minha mãe, aí nesse período ele acabou crescendo lá com a minha mãe. Quando eu morei no Rio de Janeiro, ele morou um ano lá comigo, aí não se adaptou, ele era acostumado com a minha mãe, ele direto sentia falta dela.”

Ao se divorciar, voltou para Ouro Verde, onde trabalhou algum tempo como vendedora. Mudou-se para a cidade de Franca depois de se casar novamente. Seu marido trabalhava como mecânico, e ela conseguiu emprego na cooperativa.

Após uma série de abusos nessa relação, ela se divorcia. “Ele era muito ruim pros meus filhos. Ele humilhava meus filhos. Eu não aguentei, me humilhava, acusava de adultério, por mais que eu respeitava ele. Ele nunca chegou a me agredir, fisicamente não, mas verbalmente, vixi, todos os dias.”

Carolina falava que não invejava as mulheres casadas da favela, porque a vida delas era marcada pela violência e maus-tratos. Marcia reafirma essa questão, dizendo que, após o divórcio, está mais feliz. “Hoje a gente vive numa tranquilidade, nossa, minha vida transformou depois que eu separei. A paz que eu queria viver com ele eu não consegui, e estou vivendo agora com meus filhos, lá em casa.”

A história de Cida

Cida¹⁵ nasceu em São Tomás de Aquino, uma cidade pequena de Minas Gerais, em 1955. Nossa protagonista, também mineira, tinha pais que trabalhavam na área rural e era a segunda filha de onze irmãos. A história se repete, como vemos com os relatos de Dhou e Marcia.

A história de Cida, como das outras entrevistadas, é marcada pela pobreza. Ela descreve sua casa com um único cômodo, onde moravam quatorze pessoas. “Minha mãe criou nós assim, num cômodo só, porque a gente era muito pobre, não tinha tanta condições.”

A mãe da catadora morreu devido a um acidente de trabalho: “Aí, minha mãe morreu de acidente de pau de arara. Ela apanhava café, aí o caminhão virou e ela machucou muito por dentro”. Já o pai de Cida morreu quando ela era mais velha. Ele tinha problema de alcoolismo, como vemos em seu relato: “Ele bebeu a vida inteira, depois ele foi ficando doente, acabou morrendo, assim, de tanta bebida”.

Além disso, a irmã mais velha de Cida teve paralisia infantil. “A minha irmã mais velha, ela começou andar já estava com oito anos, porque ela teve paralisia infantil. Antigamente, era assim, não tinha vacina. Você sabe que eu tive sorte de eu não ter dado paralisia.”

Cida começou a trabalhar com sete anos de idade, cuidando de outra criança. “Aí eu pajeava essa menininha, levava comida na roça, levava merenda, desde os sete anos que eu batalho, você entendeu?” O trabalho permanece durante todas as fases de sua vida: “Já criei tudo os filhos, já tô com 65 anos e eu ainda tô trabalhando até hoje, com as graças de Deus”.

Como Dhou, que começou a trabalhar com sete anos de idade, Cida também sente que teve a infância usurpada: “Brincar eu não brinquei, eu já tive que começar a batalhar muito cedo, então, brincar eu não brinquei não. Não tive tempo pra brincar, como diz o ditado, eu não tive infância, que toda vida eu trabalhei pra ajudar minha mãe”.

A mãe de Cida é lembrada com carinho, uma mulher que vivia cercada por crianças e, mesmo pobre, ajudava os outros. “Lá em casa era uma meninada, menino loirinho, menino pretinho, menino branquinho. Quando minha mãe ia buscar lenha, minha mãe buscava lenha na cabeça, sabe? Pra poder fazer comida pra nós e aquela meninada ia tudo com a minha mãe.”

15 Cida é um nome fictício, a fim de resguardar e proteger a identidade da participante. A escolha do nome foi feita pela própria entrevistada. A entrevista foi realizada no dia 4 de março de 2020.

A fome, como nas obras de Carolina, reaparece na fala de Cida: “Nós foi criado assim, na humildade, muita pobreza, às vezes tinha dia que não tinha um pão, nós comia um mingau de fubá. Minha mãe pegava aquele fubá, torrava, fazia o mingau de açúcar e dava pra nós. Até os meninos do vizinho comia também”.

A fome, que aparece na fala dos filhos da Carolina, se repete na fala dos irmãos de Cida. “Às vezes, a minha mãe pegava mamão lá no pé, o mamão verde, ela fazia aquele mamão afogadinho pra gente comer. Eu lembro que eu tenho um irmão meu, ele falava assim pra minha mãe: ‘Não, mamãe, eu tá com fome pra comer arroz e feijão, não quero mamão’”.

Sua mãe trocava espiga de milho por fubá quando ia à cidade, “comprava um arrozinho, um feijãozinho, fazia uma polenta”. Cida teve a infância marcada pela fome. A situação só melhorou a partir do momento em que os filhos foram crescendo e começaram a trabalhar. “Os filhos vai crescendo, aí todo mundo vai trabalhando, aí vai melhorando um pouquinho, aí a gente não passava tanta necessidade.”

Cida relata que o trabalho infantil era mal remunerado, “ganhava um dinheirinho, era pouquinho, eu nem lembro quanto que era na época, ganhava um dinheirinho, ganhava alguma troquinha de roupa”. Durante a história de Carolina, o período em que trabalhou como doméstica e babá, na infância, durou “[...] seis meses sem receber qualquer agrado ou salário” (FARIAS, 2017, p. 60). O trabalho análogo à escravidão também aparece nos outros relatos.

Naquele tempo, pessoas pobres não tinham dinheiro para comprar sapato. Tanto Carolina como seus filhos andavam descalços, fato também relatado por Cida: “Naquela época a gente era tão pobre, mas tão pobre, que a gente não tinha nem calçado pra calçar, entrava bicho de pé no pé da gente, já ouviu falar em bicho de pé? Que dá aquela coceira gostosa e aquilo dói”.

A questão da água e energia elétrica inexistentes na favela do Canindé também era a realidade de quem morava na zona rural. Tanto que Cida buscava água em outras residências: “Às vezes, eu buscava lata d’água, porque a casa que nós morava não tinha água, tinha que buscar nas casas dos outros, ia ajudar encher as lata d’água, acender o fogo, fazer uma janta pra minha mãe”. Como aparece nos relatos de Carolina: “Deixei o leite, fui buscar água. As mulheres já estavam na torneira. As latas em fila” (JESUS, 2014c, p. 17). A falta de energia elétrica também aparece quando fala do pai: “De noite, o meu pai pegava a lamparina e ia lumiar o pé da gente pra tirar aqueles bichos de pé, aí ele passava querosene, pra não inflamar”.

Diferentemente das demais, Cida não foi alfabetizada. “Eu sei assinar só o primeiro nome, não sei nem assinar o nome inteiro. Chegava lá, eu tava tão cansada do dia-a-dia que a professora falava ‘Cida’, eu tava dormindo em cima da mesa, da carteira.”

Na adolescência, mudou-se para Franca, onde trabalhou na área da limpeza em uma fábrica de calçado. Logo depois, casou-se, teve quatro filhos, três meninos e uma menina. Cida trabalhou de empregada doméstica, cuidadora de criança e idoso. Os empregos não são diferentes dos exercidos por Dhou, Marcia e Carolina.

Mesmo depois de aposentada, Cida continua trabalhando, já que é a mantenedora da casa. Ela mora com dois filhos e uma neta. “Você vê, a gente é aposentado, mas o dinheiro da aposentadoria não dá, é pouco; é uma prestação de casa pra pagar, é um negócio aqui, é o outro negócio ali, às vezes a gente tem que ajudar até os filhos.”

A história de Emanuely

Emanuely¹⁶, diferentemente das outras mulheres, nasceu em Franca, município do estado de São Paulo, em 1974, começando sua vida em uma realidade urbana. Sua mãe morava e trabalhava na roça, voltando para casa só no final de semana. Seu pai trabalhava em uma fábrica de calçado, e sua irmã mais velha cuidava dela e dos oito irmãos. “Minha mãe trabalhava na roça, aí minha irmã mais velha que cuidava da gente, aí a gente ficava muito solto, sabe? Porque ela não dava conta direito.”

O bairro em que passou a infância, Jardim Santa Rita, era pouco habitado. “Era campinho, lá não tinha aquelas casas, entendeu? Era tudo terreno vazio, a gente ficava no meio do mato brincando.” Ela relata que, nas casas vizinhas, moravam as suas cinco tias. “Era assim: tinha a casa da minha mãe com a do meu pai na frente e de mais cinco irmãs, aí tinha pé de ameixa, pé de abacate, pé de manga, sabe? Era tudo na mesma chácara, tinha cinco casas, terreno.”

Com 10 anos, ela e uma amiga catavam ferro velho para vender – conta esse fato como uma brincadeira de criança: “Eu tinha o que, uns 10 anos, pegava o carrinho pra catar o ferro velho. A gente tava catando ferro velho, pra vender e comprar pipa. Uma amiga minha, ela pegava o carrinho, pra catar no ferro velho, pra comprar pirulito e essas coisas na rua”.

Ela lembra que seu pai era muito rígido, bravo e batia nos filhos. “Lembro de uma vez que meu irmão mexeu nas coisas da minha tia, sabe o que ele fez? Vestiu o meu irmão

16 Emanuely é um nome fictício, a fim de resguardar e proteger a identidade da participante. A escolha do nome foi feita pela própria entrevistada. A entrevista foi realizada no dia 5 de março de 2020.

de mulher, pra você ver, passou maquiagem da minha tia. Ele pôs meu irmão de mulher e pôs no milho, ficou um tempão ajoelhado.”

A repressão também aparece quando ela conta da relação do pai com as irmãs. “Quando elas [as tias] era mais nova, não podia usar calça jeans, não deixava, era só saia, porque naquela época mulher não podia por calça, era só homem, sabe? Elas contando as histórias que ele danava, ficava bravo.”

Com 13 anos, assim como as outras entrevistadas, Emanuely trabalhou como babá. “Ficava o dia inteiro. A menina tinha oito meses. Era fralda de pano nessa época, sabe? Não esqueço que tinha que dobrar a fralda e passar direitinho, pra na hora de trocar sair no jeito, sabe?”

Outra coisa em comum com as outras histórias: ela parou de estudar para trabalhar. “Eu parei de estudar para trabalhar, parei depois de dois anos de estudar, aí eu fui trabalhar.” Ela se lembra desses dois anos de estudo com boas recordações da sua professora: “A primeira professora minha era amiga da minha mãe, e eu tenho contato com ela até hoje. Hoje minha mãe trabalha com ela. Ela ajudou muito a gente, sabe? Porque naquela época a gente não tinha material, ela que ajudava”.

Depois, dos 14 aos 17 anos, trabalhou em uma fábrica de calçado. “Eu comecei a trabalhar nova. Todo mundo da minha casa foi trabalhar novo. De 14, 13 anos.” A entrevistada complementa, contando sobre a dificuldade financeira que vivia: “Passava muita dificuldade. Mistura no almoço não tinha, presente de Natal, essas coisas. Roupas também não tinha, não tinha sapato, essas coisas, era muito filhos pra dar conta”.

Do mesmo modo que Carolina queria ser mosquito para comer doces, Dhou sente vontade de chupar picolé, Marcia e Cida falam da fome, Emanuely conta do seu desejo de beber refrigerante: “Antigamente, você não tinha aquele dinheiro pra comprar, entendeu? Hoje se compra um refrigerante, antigamente se ficava olhando os outros. Era aquela vontade. Era só no Natal, ou numa época especial, você não tinha no dia a dia”.

A situação financeira só melhora à medida que os filhos trabalham ou saem de casa: “Aí eu fui trabalhando também. Igual minhas irmãs, foi casando nova também, aí já foi saindo, sabe? E foi melhorando assim a situação”. Aos 17 anos, casou-se e, após o matrimônio, parou de trabalhar. Aos 19, engravidou de sua primeira filha.

Depois de alguns anos de casada, seu marido foi se mostrando um homem violento. “Quando eu casei, quando eu conheci ele, ele não era da polícia. Depois que ele entrou, ele ficou diferente, ele foi mudando. Depois de oito anos de casamento ele foi mudando, em personalidade, violência, sabe?” Ele não a deixava sair de casa e, além do

ciúme e controle exacerbado, começou as agressões: “Ele desconfiava de tudo, eu ficava três a quatro meses sem ver minha mãe, que ele não deixava, ciúmes, ciumeira, roupa do jeito dele, calcinha do jeito dele, começou a me bater. Aí começou a me bater, duas, três vezes. Peguei as meninas e fui pra casa da minha mãe”.

Depois disso, teve que reconstruir sua vida. Não tinha trabalhado mais desde o casamento e, após a separação, ainda ficou quatro meses sem emprego. Foi o período mais difícil que viveu. Com as duas filhas pequenas, teve de pedir ajuda para parentes e vizinhos. “Não dava para pagar o aluguel e ficou tudo na casa, geladeira, mesa, tudo. Levei só minhas roupas, deixei tudo lá como garantia. As coisas que eu tenho agora, eu fui comprando tudo usado, geladeira, a cama das meninas, sofá, fogão.”

A fome vivida na infância reaparece: “Nossa, pedia, leite, maçã. Não ter dinheiro pra comprar uma caixa de fósforo, que era 10 centavos... difícil”. Durante esse período, suas filhas tiveram de morar com o pai agressor. Só depois que Emanuely conseguiu o emprego na cooperativa de catadores é que as meninas puderam voltar a morar com ela. “Entrei na cooperativa, porque eu estava precisando muito de serviço, precisava trabalhar, graças a Deus que estou aqui até hoje. Aqui é meu porto seguro, eu sei que meu sustento não vai faltar, entendeu?”

O sonho de Carolina era sair da favela, ter sua casa de alvenaria. A aspiração da entrevistada se assemelha: “Ter minha casa própria, nossa, isso iria melhorar muito minha vida, eu conseguir comprar minha casa”.

A história de Maria

Maria¹⁷ nasceu em uma fazenda, em Capinópolis, uma pequena cidade de Minas Gerais, em 1959. Quando pedi para ela contar sua história de vida, ela disse: “Mas a minha vida do passado? Eu choro”.

Quando Maria nasceu, sua mãe a entregou; aparentemente, ela teve depressão pós-parto. “Minha mãe queria me matar, queria me jogar para morrer no córrego. Nessa época é muita chuva e o córrego enchia de água. Se não fosse meu avô, hoje não era viva mais não, ela tinha problema.”

A mãe adotiva cuidou de Maria até adoecer de problemas mentais. A partir desse momento, a entrevistada teve de morar com a irmã da mãe adotiva, período em que passou por violências: “O filho dela começou a judiar de mim, me cortou de canivete”.

¹⁷ Maria é um nome fictício, a fim de resguardar e proteger a identidade da participante. A escolha do nome foi feita pela própria entrevistada. A entrevista foi realizada no dia 6 de março de 2020.

Sua mãe biológica foi visitá-la, e vendo a situação de maus-tratos, buscou-a para morar com ela. “Aí como que eu tava sendo judiada, a minha mãe legítima foi lá me visitar, chegou lá eu tava toda machucada, eu era pequenininha. Aí ela não quis me entregar para minha mãe legítima, aí minha mãe pegou e foi na polícia.”

Ela viveu pouco tempo com sua mãe biológica, porque, assim que esta se casou, Maria teve de morar com sua avó. Sofrendo novamente violências físicas, ela foge de casa: “Ela [a avó] começou a judiar de mim também, assentava colherzada de ferro na minha cabeça, eu peguei e saí de casa. Aí eu acabei de criar sozinha no mundo. Aí fui pro circo”.

Quando ela foge da casa da avó, não tinha nem 10 anos de idade. Mostra-me algumas de suas cicatrizes: “Eu tenho sinal, ela pegava o pedaço de pau grosso assim para sentar em mim, ela era branquinha, igual você assim, só que ela tinha rosto redondo, batendo aqui”.

Na entrevista, ainda relata que sua avó fazia uma diferenciação entre ela e seus irmãos: “Minha avó não deixava brincar, não, tinha que trabalhar. Para mim ela era brava, minha mãe nunca me bateu, ela nunca sentou um tapa na minha cara, mas pro meus irmãos minha avó não era assim, tratava, cuidava muito bem”.

Além disso, também tinha diferença de tarefas: “Me xingava de tudo quanto é nome [sua avó], eu limpava, varria a casa, buscava a água, os meus irmãos não fazia nada. Eu tinha que ir no paiol descascar milho pros porco, varrer o quintal, lavar a louça”. Maria relata que, com cinco anos, já fazia essas atividades.

Com a fuga de casa, a escola também é abandonada. Mas ela lembra que, mesmo na escola, o medo da sua avó estava presente: “Estudei lá na roça, lá na fazenda, eu gostava, minha professora era tão boa, eu lembro, gostava muito da minha professora. Eu não gostava de brincar com ninguém, sei lá, tinha medo de eu chegar em casa e apanhar da minha vó, ficava mais afastada”.

Com o circo, Maria viajou para diversos municípios de Goiás. Ela conta que se perdeu e não conseguiu voltar mais para casa. “Não tinha condição de eu voltar para minha terra, eu tinha perdido, porque eu sou analfabeta, eu não sei ler, eu não tinha condições, eu tava sem dinheiro também.” Ela estava sozinha, viajando com o circo, quando vivenciou uma violência sexual: “O cara me estuprou, eu era menina ainda, tava com 10 anos”.

Depois de sair do circo, com 15 anos, chega na cidade de Franca, onde passa a morar com outras mulheres, em uma situação precária. Nesse período, ela relata que teve

seu rosto cortado por uma das mulheres que moravam com ela: “Minha vida foi sofrida, eu sofri muito, tenho o rosto cortado, tenho aqui cortado, foi a mulher que cortou meu rosto, cortou minha cara, mulher que mexe com droga, elas morava comigo, de inveja que eu era moça, menina nova, então elas fizeram isso comigo”.

Na cidade de Franca, Maria trabalhou como empregada doméstica, babá, camareira, faxineira – serviços também descritos nas histórias anteriores. A questão do trabalho infantil e mal-remunerado também se repete: “Já trabalhei de babá, não foi aqui em Franca não, foi lá em Capinópolis. Era menina ainda, não tinha nem peito, não tinha nada, eu carregava, olhava menina, ainda limpava a casa pra patroa, ganhava, naquela época, 15 real por mês, 15 real”.

Em Franca, a situação não mudou muito, porque trabalhava de empregada doméstica, mas não ganhava o mínimo para se manter: “Eu tava pagando aluguel de um comodozinho pequenininho, eu pagava R\$80,00 por mês, ela me dava só R\$40,00, e, sendo que eu pagava R\$80,00 de aluguel de um comodozinho pequenininho, R\$40,00 não dava”.

Depois, arrumou outro serviço, em outra casa, onde recebia um salário mínimo. Saiu desse emprego, mais velha, por causa do desgaste físico; não conseguia mais realizar as tarefas domésticas. Desempregada, procurou trabalho em fábricas de calçado. Sem retorno, encontrou uma vaga na cooperativa de catadores. “Fui entregando currículo, fui entregar nas fábrica, as fábrica não chamou. Aí eu vim aqui, no outro dia me deram o serviço, aqui eu consegui e tô até hoje.”

Maria passou sua vida sem documentos, nunca teve registro em carteira, nem cédula de identidade. “Saí pro mundo e não peguei meus documentos, meus documentos ficou com a minha mãe, quando eu fui lá, minha mãe já tinha sumido com os meus documentos e hoje tá meu nome só, Maria Aparecida.” Sem o nome do pai, buscou no cartório pelos nomes da mãe e da avó. “Veio o registro da minha cidade, aí eu tirei os documentos, o RG e o CIC tudo, foi tudo aqui. Tá tudo bem, tem o nome da minha mãe e o nome da minha avó, Maria Aparecida, e só.”

Atualmente, Maria não tem contato com ninguém de sua família: nem irmãos, nem mãe, nem avó. Sobre seu pai, disse que nunca o conheceu. “Não, a mãe não deixou eu conhecer meu pai, porque ela não gostava do meu pai, meu pai bateu nela, por isso que ela ficou com raiva de mim.” A entrevistada teve um único filho, com o qual também não tem vínculo afetivo; não quis falar sobre o assunto e encerrou o tema com uma única

frase: “Eu tenho um filho, mas eu nem sei, nem quero saber... Ele quase me matou, não vou falar não”.

A história de Beatriz

Beatriz¹⁸ nasceu em Custódia, uma pequena cidade de Pernambuco, em 1961. Como Dhou, nossa entrevistada tem marcado, em sua infância, o trabalho rural: “Não tinha serviço nenhum, é mais serviço de roça. Eu já trabalhei muito na roça, quebrando milho, catando feijão, capinando milho, feijão, era serviço de roça, a gente era agricultor mesmo”. Outra questão, presente também nos outros relatos, é o trabalho infantil: “A gente já com oito, nove anos já ficava na roça, com a enxadinha, capinando”.

Ela, seus pais e seus 12 irmãos moravam em uma pequena casa, sem banheiro. “Meu pai mesmo construiu, a gente ajudou ele construir, foi pegando vara de meleira e fazendo, fez o barro e jogou assim, igual casa de João de barro, o chão não tinha nada, era de barro mesmo, a gente socou o barro e morava lá. O telhado era de palha de coco.”

Beatriz estudou até a quarta série. O principal motivo do abandono escolar foi que a escola era longe e ela desmaiava no caminho. “Só que era muito longe para a gente estudar, ia de pé. Aí passava mal sempre no caminho, dava muita falta de ar, sabe? Eu ficava com muita falta de ar, porque é longe e eu andava demais, passava mal no caminho, desmaiei duas vezes no caminho.”

Um outro fator relatado pela entrevistada era alimentação escassa: “A gente tinha uma alimentação muito fraca também, porque 13 filhos, e lá no Nordeste é ruim demais de chuva, tinha ano que não chovia, como que tinha dinheiro para comer? Eu era fraquinha de primeiro, agora eu tô forte, graças a Deus”.

A fome aparece na história de Beatriz. Ela conta que comia feijão com farinha e que, na época de seca, a situação se agravava. “Quando não chove, lá não tem serviço, não tem o que comer também, tinha época que a gente não tinha o que comer, porque é um monte de filho. Eu comia feijão, farinha, feijão, farinha, carne era difícil lá, arroz era mistura, quando tinha cozinhava um pouquinho.”

Com 15 anos, casou-se e mudou para cidade de Franca, onde teve quatro filhos. O relato se repete: “Com 14, 15 anos, todo mundo já pegava o rumo e já saía [de casa], casava nova nessa época, acho que devido da vida muito assim, difícil, já namorava, já casava e já ia embora”. Sua adolescência, assim como a infância, é descrita com

18 Beatriz é um nome fictício, a fim de resguardar e proteger a identidade da participante. A escolha do nome foi feita pela própria entrevistada. A entrevista foi realizada no dia 9 de março de 2020.

privações: “Não tinha dinheiro para nada, para sair, eu nunca saí não”. Desde que se mudou para Franca, começou a trabalhar em fábricas de calçado.

Depois de algum tempo, divorciou-se do marido, devido a agressões físicas: “Separei, porque ele judiava muito de mim, ele é bem mais velho do que eu. Só que ele me batia muito, me batia, me mordida, mordida tudo assim no meu rosto. Aí eu separei dele, ele queria me matar, eu separei, é o pai dos meus meninos, é... sofri muito com ele”. Agora, ela está no segundo casamento, sobre o qual relata que o marido tem problema de alcoolismo: “Estou com o segundo [marido], é tranquilo, ele é sossegado, só bebe muito, mas a gente não tem ninguém perfeito, né, minha filha?”. Por fim, desabafa: “O casamento é muito difícil, a vida inteira sofrendo”.

Junto a essa realidade de violência, seu filho começou a ser usuário de psicoativo: “Aí os meninos foi pra droga de ver tanto sofrimento, saíram de casa, foram para a droga, é sofrido”. Nesse período de sua vida, Beatriz sofre um acidente vascular cerebral. “Me deu AVC uma vez, porque meu filho tava nas drogas e eu ia atrás... sofrendo muito, graças a Deus, ele foi morador de rua muito tempo, hoje em dia ele é pastor, graças a Deus.”

Quando Beatriz vivenciou essa questão com o filho, ela se mudou para a área rural, pensando que o afastaria das drogas e o protegeria. Assim, o trabalho na cooperativa foi a melhor opção pela localidade. “Eu vim morar na roça e eu não tinha serviço na roça, só meu marido trabalhava, aí aqui ficava bem mais perto, aí eu procurei serviço aqui, consegui e tô até hoje.”

O outro filho tem 23 anos e mora sozinho. Já os outros dois irmãos faleceram: uma filha morreu com cinco anos, de leucemia, e outro se suicidou. “Eu já sofri muito já por causa dos filhos, muito... porque é assim mesmo a vida da gente, é assim mesmo, a gente não esquece, causa tristeza.”

A partir dessas sete histórias de vida, que ora são únicas, ora se misturam, aprofundamos algumas categorias apresentadas durante os relatos orais.

2. Identidade submissa: os preconceitos de gênero

*Sempre a gente despertava com um grito de socorro.
Era mulheres apanhando dos esposos.*

Carolina Maria de Jesus, 2014b, p. 25

As Carolinas são porta-vozes dos que foram mortos e silenciados. Trazem, em suas histórias, resquícios da escravização, do patriarcado,¹⁹ das injustiças sociais. De tal modo, há uma hierarquia social na nossa sociedade capitalista, machista e racista que concede privilégios a um grupo sobre outros, estruturando-se da seguinte forma: homens brancos; mulheres brancas; homens negros; mulheres negras.

Para pensarmos a identidade feminina, temos que esclarecer o que é gênero. “O estado de ser masculino ou feminino; papéis e atividades socialmente construídos que estão ligados à masculinidade ou à feminilidade; percepção profundamente internalizada de um indivíduo de que é do sexo masculino ou feminino” (MACCANN et al., 2019, p. 339).

É necessário perceber que gênero não é sinônimo de mulher, ou apenas uma diferenciação sexual. É uma representação social, um conceito construído coletivamente no imaginário das pessoas, do que é ser homem e do que é ser mulher, e que, conseqüentemente, influencia na relação entre sexos (SAFIOTTI, 2004).

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, as imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter-relacionadas. Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes. (SAFIOTTI, 2004, p. 116).

Por isso, para Joan Scott (1995, p. 86), o gênero é um saber, um conhecimento sobre as diferenças sexuais. O gênero estaria imbricado as relações de poder; há um domínio ideológico para manutenção de uma hierarquia, para reproduzir preconceitos contra as mulheres, como se estas fossem inferiores, subordinadas aos homens: “[...]”

19 Patriarcado – “Sistema social no qual é atribuída aos homens maior parte ou todo o poder, privilégio e valor, e as mulheres são em grande maioria ou completamente excluídas deste poder; sistema em que o pai ou homem mais velho é o chefe da família e a descendência é considerada através da linhagem masculina” (MACCANN et al., 2019, p. 340).

gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e é uma forma primária de dar significado às relações de poder”.

Outra pensadora que contribuiu com os estudos de gênero é Simone de Beauvoir. Ela afirma que os homens sempre escreveram e estudaram sobre a natureza humana, por isso adotaram o masculino como o correto, o padrão: “o homem é definido como ser humano e a mulher como fêmea: todas as vezes que ela se conduz como ser humano, afirma-se que ela imita o macho” (1949, p. 72).

Por isso, para a autora, o homem é caracterizado como o sujeito, enquanto a mulher é o outro. “Se quero definir-me, sou obrigada inicialmente a declarar: ‘Sou uma mulher’. Essa verdade constitui o fundo sobre o qual se erguerá qualquer outra afirmação. Um homem não começa nunca por se apresentar como um indivíduo de determinado sexo [...]” (BEAUVOIR, 1949, p. 9).

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino. (BEAUVOIR, 1967, p. 9).

Assim, os discursos, os valores, os sonhos masculinos são as normativas sociais. “Os estereótipos de gênero são tão profundamente incutidos em nós que é comum os seguirmos mesmo quando vão contra nossos verdadeiros desejos, nossas necessidades, nossa felicidade” (ADICHE, 2017, p. 28).

As mulheres passam a depender do homem, inclusive para firmar sua identidade. O gênero passa a ser naturalizado, “e as próprias mulheres, em sua imensa maioria, têm de si próprias uma imagem cujo componente básico é um destino social profundamente determinado pelo sexo” (SAFIOTTI, 2013, p. 95).

A partir dos relatos orais, trazemos algumas questões, abordadas pelas entrevistadas, sobre a desigualdade de gênero:

A menina que queria ser menino

Carolina Maria de Jesus, quando era criança, só via nomes masculinos nos livros de história; por isso, perguntou para sua mãe se podia transformá-la em homem. “– Se você passar por debaixo do arco-íris você vira homem. Quando o arco-íris surgia eu ia correndo na sua direção. Mas o arco-íris estava sempre distanciando. [...] Eu cançava e sentava. Depois começava a chorar” (JESUS, 2014, p. 54).

Esse ponto aparece nos relatos das catadoras de outra forma. Quando crianças, elas se identificavam mais com as brincadeiras estereotipadas como de menino: “Eu só tinha amigo homem, eu gostava de jogar bola junto com eles. Eu sempre gostei da coisa mais difícil, então, eu não tinha amiga mulher. Jogar bola, nadar no rio na hora do recreio, jogar pilota [bolinhas de barro], jogava na cabeça dos meninos na escola” (DHOU).

Outra entrevistada completa, afirmando a mesma questão: “Soltar pipa, bola, coisa de homem, sabe? Eu gostava de coisa de homem, bolinha de gude, pipa, bola. Eu não era de brincar de casinha. Nunca gostei não...” (EMANUELLY).

Uma das catadoras até apanhava da mãe por causa disso: “Eu gostava de brincadeira de menino, bolinha de gude, subir em árvore, futebol, eu apanhava por causa disso, tinha um monte de menino na rua e só eu de menina no meio, aí ela [a mãe] me catava pela orelha, e aí você já viu, né?” (MARCIA).

Essa entrevistada sofreu estigma por suas brincadeiras não se enquadrarem no que era imposto: “Minha mãe até falava que parecia que eu tinha instinto masculino, porque brincadeira de menina parecia que não enquadrava em mim, né? Às vezes, ela tentava, ‘Vem brincar de casinha’, aquelas coisas de menina, mas eu não gostava” (MARCIA).

Desde que nascemos, recebemos orientações de qual é o papel da mulher e do homem na sociedade. Como se fosse um roteiro ao qual temos que nos adequar. As brincadeiras de infância ditas de meninas, como brincar de casinha, cuidar de boneca, cozinhar, subjuga que essa será nossa função no futuro: ser mãe e realizar as atividades domésticas. Quando as catadoras preferem correr, pular, nadar, vemos que há uma resistência a esse padrão.

O trabalho não pago

Além das brincadeiras, houve também uma divisão de tarefas na infância, em que as atividades realizadas pelas filhas eram diferentes das praticadas pelos filhos.

Meus irmãos homens não faziam nada, achavam que serviço de casa era pra mulher, e meus filhos são quase iguais, sabe? Era mais as mulheres que trabalhava em casa. Eles não era muito de fazer os serviços de casa, eles não eram de colaborar não, lavar louça. (MARCIA).

Outra catadora corrobora: “[...] eu limpava, varria a casa, buscava a água, os meus irmãos não fazia nada. Eu tinha que ir no paiol descascar milho pros porco, varrer o quintal, lavar a louça” (MARIA).

Há uma cultura, nas famílias das catadoras compostas por muitos filhos, de que as irmãs mais velhas devem cuidar dos irmãos mais novos: “Minha irmã mais velha que cuidava da gente, aí a gente ficava muito solto, sabe? Porque ela não dava conta direito” (EMANUELLY). Essa fala também aparece em outra entrevista: “Quem cuidava era as minhas duas irmãs mais velhas, que, na verdade, elas são gêmeas, então como elas eram as mais velhas, a minha mãe saía para trabalhar e a casa ficava com elas, cuidar dos mais novos, entendeu?” (MARCIA).

Tanto as brincadeiras como a divisão de tarefas, em que os afazeres da casa e cuidados dos irmãos são de responsabilidade da filha, mostram como nossa sociedade se constrói em cima de preceitos sexistas. O sexismo usa de estereótipos para produzir uma discriminação sistêmica contra as mulheres. Essa crença de que os comportamentos são inatos e determinados pelo fato de o indivíduo ser mulher ou homem provoca uma disparidade de gênero (MACCANN et al., 2019).

Vemos essa questão também refletida nas obras de Carolina: mesmo nos livros de ficção, o serviço doméstico é relacionado às personagens mulheres. Em seu conto “Onde estaes a felicidade?”, a autora mostra, na fala de Felicidade, todos os afazeres que estão implícitos em sua relação com o marido: “Eu tenho dó do José! Cômido! Quem e que vae fazer a comida para elê? Quem e que vae lavar as roupas d’êlê? Quem é que vae fazer-lhe chá quando êle adoecer?” (JESUS, 2014b., p. 19). No seu romance *Pedaço da fome*, também aparecem diálogos parecidos relacionados à protagonista feminina, “Maria Clara dirigiu para cosinha e foi lavar os pratos e serviu a sobremesa” (JESUS, 1963b, p. 99).

Mas não apenas na ficção: no seu diário, também aparecem referências do espaço doméstico por meio de metáforas: “Eu classifico São Paulo assim: o Palácio é a sala de visita, a Prefeitura é a sala de jantar, a cidade é o jardim. E a favela é o quintal onde jogam os lixos” (JESUS, 2014c, p. 32). A escritora ainda complementa: “Eu estou tão alegre! Parece que a minha vida estava suja e agora estão lavando” (JESUS, 2014c, p. 173).

Além disso, Carolina relata também a sobrecarga da dupla jornada de trabalho: “Fui no depósito receber o dinheiro do papel. 55 cruzeiros. Retornei depressa, comprei leite e pão. Preparei Toddy para as crianças, arrumei os leitos, puis feijão no fogo, varri o barraco” (JESUS, 2014c, p. 18).

Essa dupla jornada também aparece na fala de uma entrevistada, que trabalha na cooperativa e é responsável pelos afazeres domésticos: “O fato da gente ser mulher, nós temos que ser mais responsáveis que os homens. Igual no meu caso, eu sou pai, eu sou mãe, eu sou vó, eu sou tudo. Eu sou cinco em um. A mulher tem que cumprir jornada

dupla. Pra fora e dentro de casa, você entendeu?” (DHO). Ainda na mesma entrevista, ela mostra essa desigualdade de tarefas no seu relacionamento anterior:

Eu tô te falando isso porque eu já passei muito por isso, eu trabalhei muito na roça junto com meu marido, tudo que ele fazia eu fazia também. Eu chegava de tarde, eu tinha menino pra olhar, janta para fazer, casa para limpar, roupa pra lavar. E ele chegava de tarde junto comigo, trabalhava no mesmo serviço, tomava banho e ia pro bar beber. Eu ficava com tudo isso. Além de cumprir a tarefa fora de casa, ficava com tudo isso. Então, falar o quê? Por isso, eu prefiro fica só. (DHO).

Outra entrevistada complementa: “Eu chego lá em casa, eu vou limpar a casa, fazer comida, tomar banho, descansar para o outro dia, para continuar mais um dia de trabalho” (BEATRIZ). Portanto, o trabalho doméstico seria esse “trabalho não remunerado realizado em casa, principalmente por mulheres. O desempenho deste trabalho essencial é muitas vezes considerado chave para desigualdade das mulheres” (MACCANN et al., 2019, p. 341).

Chega de Fiu Fiu

Para além do trabalho doméstico, dupla jornada e estereótipos do que é ser mulher, as catadoras sofrem com outras questões, como assédio, violência doméstica e sexual. Uma das entrevistadas relata ter vivenciado assédio sexual no ambiente de trabalho:

Eu sofri assédio. Um homem, meu superior, veio me oferecer um carro zero para ficar com ele. Você acredita? Falei ‘Tô trabalhando, eu vou comprar o meu’. ‘Te dou o que você quiser para você fica comigo.’ Sai fora. Na frente de testemunhas ainda, a outra moça do meu lado. Na cara dura, não foi uma, nem duas vezes não. Tive bosta para sair dele. (DHO).

Existe uma cultura em nossa sociedade que normaliza e banaliza o assédio, tanto que o assediador promove o ato em frente de outra mulher e no ambiente de trabalho.

Mulheres quebradas

A questão da violência doméstica também foi relatada: “Ele desconfiava de tudo, eu ficava três a quatro meses sem ver minha mãe, que ele não deixava, ciúmes, ciumeira, roupa do jeito dele, calcinha do jeito dele, começou a me bater. Aí começou a me bater, duas, três vezes. Peguei as meninas e fui pra casa da minha mãe” (EMANUELLY).

Já outra entrevistada diz: “Separei, porque ele judiava muito de mim, ele é bem mais velho do que eu. Só que ele me batia muito, me batia, me mordida, mordida tudo assim no meu rosto. Aí eu separei dele, ele queria me matar, eu separei, é o pai dos meus meninos, é... Sofri muito com ele” (BEATRIZ).

A violência doméstica também permeia as obras de Carolina Maria de Jesus. Ela relata o fato de as mulheres apanharem na favela do Canindé: “Sempre a gente despertava com um grito de socorro. Era mulheres apanhando dos esposos” (ESUS, 2014b, p. 27).

Muitas vezes, Carolina se envolvia nos conflitos, brigando com os maridos agressores e chamando a polícia. “Todas as crianças da favela sabem como é o corpo de uma mulher. Porque quando os casais que se embriagam brigam, a mulher, para não apanhar sai nua para a rua” (JESUS, 2014c, p. 45).

Fiz café e fui buscar água. Ouvi um grito fui ver o que era. Era a Odete brigando com seu companheiro. Ela dizia: - Dona Carolina, vai chamar a policia! Eu lhe aconselhava para ficar quieta: - Odete, você está grávida! Eles estavam se atracados. Eu já estou na favela há 11 anos e tenho nojo de presenciar essas cenas. A Odete estava semi-nua com os seios a mostra. Eles brigam sem saber porque é que estão brigando. As vizinhas conto-me que a Odete jogou água fervendo no rosto de seu companheiro. (JESUS, 2014c, p. 77-78).

Na música “Maria da Vila Matilde”, interpretada por Elza Soares, o eu lírico ameaça jogar água fervendo no companheiro agressor; é uma forma de resistência das mulheres que sofrem violência doméstica. Como vemos nos versos:

Cadê meu celular? Eu vou ligar prum oito zero
Vou entregar teu nome e explicar meu endereço
Aqui você não entra mais
Eu digo que não te conheço
E joga água fervendo se você se aventurar (GERMANO).

Carolina afirmava não ter se casado porque não queria depender economicamente de marido e apanhar. A escritora diz ser mais feliz que as mulheres casadas da favela. “[...] [E]las pede socorro eu tranquilamente no meu barracão ouço valsas vienenses. Enquanto os esposos quebra as tabuas do barracão eu e meus filhos dormimos socegados. Não invejo as mulheres casadas da favela que levam vidas de escravas indianas” (JESUS, 2014c, p. 16-17).

A violência doméstica tem sido uma realidade no nosso país. Em 2006, consolida a Lei Maria da Penha, uma garantia do direito à vida sem violência, em virtude dessa

mulher que foi vítima de duas tentativas de homicídio: primeiro o marido lhe deu um tiro, depois tentou eletrocutá-la. Maria da Penha ficou paraplégica e demorou 15 anos para conseguir processá-lo. A lei mais recente, a respeito da proteção das mulheres, é a do feminicídio,²⁰ aprovada em 2015 (MACCANN et al., 2019).

Rompendo com o silêncio

Maya Angelou (1996), escritora e poetisa dos Estados Unidos, conta, no seu livro de memórias, que foi estuprada pelo padrasto na casa da família quando tinha apenas oito anos. Após ser hospitalizada, ela conta para seu irmão. O agressor é julgado e preso por um dia. Depois de uma semana, aparece morto. Maya se sente responsável pela morte do violentador e, a partir desse momento, para de falar. Volta a morar com sua avó e emudece por cinco anos. Uma vizinha, senhora Flowers, lê poemas para a menina e afirma que quem ama poesia deve declamar. A partir de então, a garota volta a falar, declamando poemas.

Esse trauma de infância provoca a mudez de Maya, e a escritora demora anos para “retomar sua voz”, para contar essa história de sofrimento. Com Maria não é diferente. Em meio a silêncios, ela fala, de maneira rápida: “O cara me estuprou, eu era menina ainda, tava com 10 anos”. Ambos os abusos são descritos permeados de silêncio, do não querer compartilhar, o modo rápido como a entrevistada responde mostra que assim como Maya é um assunto de dor, que ela prefere evitar na entrevista.

No próximo capítulo, abordamos a questão do racismo, apresentado tanto nas entrevistas das catadoras da Cooperfran como nas obras de Carolina Maria de Jesus.

20 Feminicídio – “Assassinato de mulheres entendido a partir de um viés de desigualdade de gênero, como situações de violência sexual, doméstica ou de crimes de ódio. No Brasil, é um agravante de homicídios desde 2015” (MACCANN et al., 2019, p. 338).

3. Identidade atribuída: os preconceitos de etnia-raça

O Preconceito racial é próprio dos medíocres.

Carolina Maria de Jesus, 1963a, p. 24

Outra questão que submete as Carolinas a mais preconceitos é a etnia-raça. Não tem como abordar a vida dessas mulheres sem falar do racismo que sofrem. Optamos pelo termo “etnia-raça” na medida em que entendemos que esses conceitos se autocompletam e são inseparáveis.

O termo “raça”, utilizado em uma visão restrita de conotação biologicista, tornou-se ultrapassado. Atualmente, do ponto de vista biológico-genético, não existe a ideia de “raças”, mas de apenas uma única espécie, a humana, originária do *Homo sapiens*. A fundamentação científica, junto com os movimentos sociais negros e antirracistas, desmistificaram tal conceito, ressignificando-o como uma construção sócio-histórica.

Por isso, para Jacques D’Adesky (2001), raça remete a uma origem comum, uma continuidade de descendência, a hereditariedade das características fisiológicas, psicológicas e sociais.

Taís Freitas (2017, p. 25) corrobora com essa questão, afirmando que “[...] raça é categoria que aponta uma construção histórico-social com significações concretas na estrutura da sociedade brasileira e que contribuiu para a instituição, manutenção e reprodução de diferenças e privilégios”.

Além desses novos significados para o termo “raça”, também passou a se utilizar o conceito de etnia para se referir a povos. Para Kabengele Munanga (2003, p. 12), “[...] etnia é um conjunto de indivíduos que, histórica ou mitologicamente, têm um ancestral comum, têm uma língua em comum, uma mesma religião ou cosmovisão; uma mesma cultura e moram geograficamente num mesmo território”.

Nilma Gomes (2005, p. 50) completa, afirmando que a questão da etnia é “[...] enfatizar que os grupos humanos não eram marcados por características biológicas herdadas dos seus pais, mães e ancestrais mais, sim, por processos históricos e culturais”.

Frente a esses conceitos, utilizamos “etnia-raça” ou “étnico-raciais”, acreditando que ambas as categorias são essenciais para análise das desigualdades que afligem as pessoas negras em nosso país.

Segundo Dagoberto Fonseca (2018, p. 23), foi preciso construir uma ponte epistemológica unindo os dois termos através do hífen: “com a miscigenação biológica e a conseqüente mestiçagem cultural não era possível falar em raça e etnia como se elas fossem antagônicas e que não permitissem o diálogo”.

O autor ainda complementa dizendo que: “O que queremos dizer com isso é que o conceito de raça e de etnia separados só faz sentido se os distintos grupos humanos classificados assim por cor não estivessem se miscigenando e não constituíssem um quadro de profunda mestiçagem” (FONSECA, 2018, p. 23-24).

Deste modo, o conceito de étnico-racial, à época, propiciou que somente o usando poderíamos considerar o fato de que negros poderiam migrar e se apropriar do universo culturalmente branco em nossa sociedade, se aproximando da branquitude do outro e buscando ser capaz de fazer da branquitude do outro uma estratégia de valorização individual de si a partir dessa bricolagem com o outro, o seu hospedeiro. Como o camaleão que muda de cor, camuflando, e se metamorfoseando no branco, um mimetismo que promove a anulação de sua cultura e demais traços e sinais diacríticos. De outro lado, também podemos assistir o movimento ao contrário de brancos que mergulharam na cultura afro-brasileira, em especial, nas religiões de matriz africana como o Candomblé e a Umbanda, bem como das rodas de samba, do pagode, bem como não abriam mão de comer a feijoada de Ogum nos terreiros sem os talheres como se fazia na velha tradição das casas de santo. Outro exercício mimético e não sincrético que está presente no Brasil desenvolvido por brancos que querem a cultura religiosa, mas renegam a cor, o racismo que não os alcança e a não ocasional pobreza ou miséria que assolam os negros economicamente falando. O mimetismo os aproxima, porém não torna os iguanas iguais. (FONSECA, 2018, p. 25).

Acreditamos que os conceitos não são neutros. Por isso, não utilizamos apenas o termo “raça”, tendo em vista que sua criação euro-ocidental é reducionista, carregando consigo problemas conceituais e epistêmicos. A partir dos relatos orais, trazemos algumas questões abordadas pelas entrevistadas, sobre a desigualdade de etnia-raça.

Racismo nosso de cada dia

Para Djamilia Ribeiro (2018, p. 39), “racismo é um sistema de opressão que visa negar direitos a um grupo, que cria uma ideologia de opressão a ele”. Por isso, para a autora, devemos combater ideias racistas, e não as entender como opinião, ponto de vista, imaginário. Racismo é crime e não deve ser justificado.

Carlos Moore (2007, p. 23) complementa essa questão, dizendo que há uma banalização e trivialização do racismo, que essa insensibilidade tem um caráter ideológico: “O racismo retira a sensibilidade dos seres humanos para perceber o sofrimento alheio, conduzindo-os inevitavelmente à sua trivialização e banalização”.

Segundo Grada Kilomba (2019),

o racismo cotidiano refere-se a todo vocabulário, discursos, imagens, gestos, ações e olhares que colocam o sujeito negro e a pessoas de cor não só como “Outra/o” [...] mas também como Outridade, isto é, como a personificação dos aspectos reprimidos na sociedade branca.

O sujeito negro é percebido como outro, através das seguintes formas:

Infantilização: O sujeito negro torna-se a personificação do dependente – o menino, a menina, a criança, a/o serva/o assexuada/o – o que não poderia sobreviver sem o senhor.

Primitivização: O sujeito negro torna-se a personificação do incivilizado – a/o selvagem, a/o atrasada/o, a/o básica/o ou a/o natural –, aquele que está mais próximo da natureza.

Incivilização: O sujeito negro torna-se a personificação do outro violento e ameaçador – a/o criminoso, a/o suspeito, a/o perigosa/o –, aquele que está fora da lei.

Animalização: O sujeito negro torna-se personificação do animal – a/o selvagem, a/o primata, a/o macaco, a figura do “King Kong” –, outra forma de humanidade.

Erotização: O sujeito negro torna-se a personificação da sexualizado, com um apetite sexual violento: a prostituta, o estuprador, a/o erótica/o e a/o exótica/o. (GRADA KILOMBA, 2019, p. 79).

Vemos essa questão quando uma catadora conta que sofreu racismo no mercado: “Fui no mercado, tava eu, meu ex marido e minha filha mais velha, eu tava ali pegando, tinha um rapaz ali que trabalhava lá, arrumando as caixas, ele olhou e disse assim pra mim: ‘Faz trabalho de preto não, faz de branco’” (EMANUELLY).

O preconceito racial também aparece em toda a obra de Carolina: “Sentei ao sol para escrever. A filha da Silvia, uma menina de seis anos, passava e dizia: - Está escrevendo, negra fidida! A mãe ouvia e não reprendia. São as mães que instigam” (JESUS, 2014c, p. 26).

Em uma das entrevistas, a catadora também relata um fato semelhante: “Teve uma vez, que eu ouvi uma criança falando assim: ‘Ah, eu não vou brincar com aquele coleguinha negro, senão ele vai passar cobreiro pra mim, eu vou ficar negro igual ele, eu não quero, eu quero ser branca’. Nossa, eu achei isso um absurdo, e a mãe tava perto” (MARCIA).

De modo muito didático e literário, Carolina traz a questão da desigualdade racial, dos preconceitos que as pessoas negras sofrem por meio de uma metáfora com os feijões. Como vemos a seguir em seu poema:

Os Feijões

Será que entre os feijões

Existem o preconceito
Será que o feijão branco,
Não gosta do feijão prêto?
Será que o feijão preto é revoltado?
Com seu predomador
Pregebe que é subjulgado
O feijão branco será um ditador.

Será que existem rivalidades?
Cada um no seu lugar
O feijão branco é da alta sociedade.
Na sua casa o feijão preto não pode entrar
Será que existem desigualdades
Que deixa o feijão preto lamentar
Nas grandes universidades
O feijão preto não pode ingressar
Será que existem as seleções
Prêto pra cá e branco pra lá
E nas grandes reuniões
O feijão prêto é vedado entrar?
Crêio que no núcleo dos feijões
Não existem as segregações.
(JESUS APUD FERNANDEZ, 2018, p. 386-387).

Além dos feijões, em outra passagem, a autora traz outra analogia. Agora, em vez dos feijões, ela fala das nuvens no céu, evidenciando a desigualdade de cor vivida pelas pessoas negras no país:

O céu está belíssimo. As nuvens estão vagueando-se. Umhas negras, outras côr de cinza e outras claras. Em todos os recantos existe a fusão de cores. Será que as nuvens brancas pensam que são superior as nuvens negras? Se as nuvens chegassem até a terra iam ficar horrorizadas com as divergências de classe. Aqui na terra é assim: o preto quando quer predominar é morto. Podemos citar Patrice Lumumba.²¹ (JESUS, 1961, p. 148).

O racismo não se restringe a esse tópicô, para além dos atos racistas, temos um racismo “invisível” que é percebido quando analisamos que a maioria das catadoras da cooperativa são mulheres negras.

Não tem graça

Segundo Dagoberto Fonseca (2012, p. 32), as piadas reforçam a visão estereotipada em relação ao negro, discriminam, marginalizam e criminalizam: “Elas [as piadas] fomentam e até justificam a continuidade dos processos de discriminação e de exclusão dos negros”.

²¹ Patrice Lumumba foi um líder anticolonial e político congolês.

O autor completa, afirmando que a piada é um discurso informal, que fomenta preconceitos, mas também denuncia: “[...] a fragilidade da democracia etnoracial e social brasileira e, ainda, torna transparente a tentativa padronizadora perpetrada pelo branqueamento” (FONSECA, 2012, p. 12).

Essas “piadas” e “brincadeiras”, que na realidade são atos racistas, aparecem desde a infância: “Principalmente crianças negras [sofriam preconceito], e aí alguns colegas tinham mania de chamar de macaco, gorila. Tem muitas crianças que falam: ‘Ah, porque meu coleguinha é negro, eu não posso me misturar’” (MARCIA). Ao chamar de “macaco” ou “gorila”, retiramos sua humanidade e animalizamos o sujeito.

Outra autora completa: “Me chamava de negrinha, macaca, cabelo ruim. Negrinha do cabelo de Pixaim. Sabe o fogão de lenha, a fumaça vai formando um picumã, tipo fuligem, e ficava parecendo um cabelinho enrolado grudado no teto, nas telhas, e eles chamavam de cabelo de picumã” (DHOU).

Vidas negras importam

Kabengele Munanga (2005, p. 18) diz que o preconceito racial não é fruto da ignorância das pessoas, mas, sim, algo estrutural. Quando relacionamos o racismo com ignorância, “[pomos] o peso mais nos ombros dos indivíduos do que nos da sociedade”. Como a catadora afirma, em sua entrevista, já nascemos em uma sociedade racista:

A criança já nasce num mundo com preconceito, já começa em casa mesmo. Vou falar da minha casa, eu tenho um filho preto e uma filha branca, quando eles briga, ela não chama ele de macaco. Eu falo: “Do mesmo buraco que ele saiu, você também saiu. O seu pode ser só a capa, mas, por dentro, você é mais preta que ele”. Então, quando eles discutem, ela acaba falando “Vai pentear esse cabelo ruim”. Por maldade eu acho que é, mas acaba saindo espontâneo. Não sei te explicar. (DHOU).

Isso que Dhou não sabe explicar, que também aparece na história de Emanuely, quando ela ouve um comentário racista no mercado, é a naturalização do racismo. A nossa sociedade normaliza esses atos preconceituosos contra as pessoas negras. Na mesma entrevista, Dhou mostra que o problema é coletivo/social, por meio da invisibilidade que indivíduos negros sofrem na televisão:

Já vi tanta coisa na televisão, nos últimos tempos, que eu acho ridículo. Nas novelas, nos filmes, por exemplo, os desenhos de criança. Tenho um neto lá em casa, de três anos, ele gosta de todo tipo de desenho que você imaginar. Não tem um negrinho nos desenhos. Nenhum. A história da menina que falou para outra, que ela não podia ser princesa, porque não tinha princesa negra.

Isso passou até no jornal. As duas brincando, e a branca falou: “Você não pode ser princesa, porque não tem princesa negra”. Começa por aí. Você já viu alguma princesa negra nas histórias? Nos desenhos animados? Para e presta atenção para você ver, não tem. Não tem princesa, não tem fada. Galinha Pintadinha não podia ser pintada de preto? Então, a criança cresce achando que não tem [negros], cresce achando que não é normal. (DHO).

Em pesquisas sobre o papel dos negros nas telenovelas e teledramaturgias brasileiras, também se percebe uma alteração: anteriormente, os negros interpretavam apenas papéis secundários (escravos e empregados); atualmente, representam personagens bem-sucedidos profissionalmente. No entanto, parte da população negra questiona que essa não é a realidade de uma pessoa negra no Brasil. Mesmo com tais mudanças, ainda hoje, tem-se o fortalecimento do discurso negativo sobre o negro nos meios de comunicação, reforçando muitas vezes preconceitos (MARTINS, 2013).

O racismo não é apenas uma construção histórica da nossa sociedade; é também uma escolha das pessoas, que têm acesso à informação e, ainda assim, praticam atos racistas. Por isso, não podemos tirar a responsabilidade do sujeito que comete atos racistas. Para Grada Kilomba (2019), o racismo não é falta de conhecimento, mas o desejo de possuir e controlar as pessoas negras.

No Brasil, além das piadas e da banalização do racismo, contamos também com sua negação, em que se afirma não existir racismo no país. Sobre essa questão, Djamila Ribeiro (2018, p. 34) responde: “A pessoa achar que não existe racismo no Brasil não muda o fato de que, em 2013, negros ganharam 54,7% do salário dos brancos [...] Não muda o fato de que o assassinato de jovens negros no Brasil é 2,5 vezes maior do que de jovens brancos [...]”.

Carolina, em 1955, já tinha uma visão crítica sobre o racismo, tanto que mostra como o Estado consente o massacre da população negra periférica. “[...] [U]m guarda civil que espancou um preto e amarrou numa árvore. O guarda civil é branco. E há certos brancos que transforma preto em bode expiatório. Quem sabe se guarda civil ignora que já foi extinta a escravidão e ainda estamos no regime da chibata?” (CAROLINA MARIA DE JESUS, 2014c, p. 108).

A seguir, os relatos de Carolina e das catadoras abordam o fato de serem mulheres negras, trazendo a questão do gênero e da etnia-raça como fundamentais para a construção de suas identidades.

4. Identidade invisível: os preconceitos múltiplos

Negra é a nossa vida.

Carolina Maria de Jesus, 2014c, p. 43

A partir dos capítulos anteriores, percebemos que a situação do machismo, bem como do racismo, aparece na vida das mulheres negras. Grada Kilomba (2019) é uma autora que aprofunda essa questão, dizendo que a mulher negra é “outro do outro”, a antítese do ser masculino e branco. A autora descreve que a escrava Anastácia usava uma máscara que tampava a sua boca. Além de impedir que ela se alimentasse, também tinha a função de calar.

Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a máscara do silenciamento. Tal máscara foi uma peça muito concreta, um instrumento real que se tornou parte do projeto colonial europeu por mais de trezentos anos. Ela era composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, instalado entre a língua e a mandíbula e fixado por detrás da cabeça por duas cordas, uma em torno do queixo e a outra em torno do nariz e da testa. Oficialmente, a máscara era usada pelos senhores brancos para evitar que africanos/as escravizados/as comessem cana-de-açúcar ou cacau enquanto trabalhavam nas plantações, mas sua principal função era implementar um senso de mudez e de medo, visto que a boca era um lugar tanto de mudez quanto de tortura. Neste sentido, a máscara representa o colonialismo como um todo. Ela simboliza políticas sádicas de conquista e dominação e seus regimes brutais de silenciamento das/os chamadas/os “Outras/os”: Quem pode falar? O que acontece quando falamos? E sobre o que podemos falar? (KILOMBA, 2019, p. 33).

Por isso, faz-se essencial resgatar a história, as identidades, as vozes das mulheres negras. Angela Davis (2013, p. 36) nos mostra que, apesar de os homens negros também terem sido escravizados, as mulheres que eram estupradas: “O estupro era uma arma de dominação, uma arma de repressão, cuja objetivo oculto era aniquilar os desejos das escravas de resistir, e nesse processo, desmoralizar seus companheiros”.

A autora ainda afirma que essas vivências provocadas pela escravidão, “[...] trabalho pesado ao lado de seus companheiros, igualdade no interior da família, resistência, açoitamentos e estupros – as encorajavam a desenvolver certos traços de personalidade que as diferenciavam da maioria das mulheres brancas” (DAVIS, 2013, p. 39).

A entrada das mulheres no mercado de trabalho não foi uma conquista, ou uma mudança para as negras, tendo em vista que estas sempre trabalharam. Desde a escravidão, o trabalho ocupa uma grande parte da vida delas.

Proporcionalmente mais mulheres negras sempre trabalharam fora de casa do que as suas irmãs brancas. O enorme espaço que o trabalho ocupou na vida dessas mulheres negras, segue hoje um modelo estabelecido desde o início da escravatura. Como escravas, o trabalho compulsoriamente ofuscou qualquer outro aspecto da existência feminina. Parece assim, que o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras sob a escravatura começa com a apreciação do papel de trabalhadoras. (DAVIS, 2013, p. 10).

Mesmo depois da escravidão, a população negra “[...] ainda sofria as dores da privação econômica e enfrentava violência terrorista de gangues racistas [...]” (DAVIS, 2013, p. 85). Após a abolição, as mulheres negras se viram obrigadas a trabalhar em serviços domésticos – babás, camareiras, cozinheiras – e viviam em condições tão ruins quanto as da escravidão.

A autora ainda afirma que essas mulheres viviam involuntariamente nas casas em que trabalhavam. “Trabalhando nada menos que catorze horas por dia, ela geralmente tinha permissão de sair por apenas uma tarde a cada duas semanas, para visitar a família. Em suas próprias palavras, ela era ‘escrava de corpo e alma’ de família branca que a empregava” (DAVIS, 2013, p. 99).

As mulheres negras estavam excluídas, inclusive da dita “condição feminina”, sendo exemplo disso, o fato de que o movimento feminista ficou predominante e hegemonicamente composto por teorias de mulheres brancas e ricas. Angela Davis (2013) afirma que as feministas brancas reforçam o racismo em sua própria busca por direitos. Sendo que, enquanto lutava-se pelo direito ao trabalho, as mulheres negras sempre trabalharam. O trabalho foi a única opção de sobrevivência. Ainda hoje, vemos uma diferença salarial e de funções que privilegiam as brancas. Enquanto luta por liberdade sexual, estudos apontam que as mulheres negras sofrem com a solidão (PACHECO, 2013; SOUZA, 2008).

A interseccionalidade²² estrutural mostra como a opressão sofrida pelas mulheres negras é diferente das mulheres brancas. Kimberlé Crenshaw (on-line) divide a interseccionalidade em três tipos: estrutural, mostrando que as formas de opressão

22 Interseccionalidade – “Importante vertente do feminismo moderno que explica como diferentes aspectos da identidade de um indivíduo, como raça, sexo e idade, criam sistemas convergentes de discriminação” (HANNAH MACCANN et al., 2019, p. 339).

sofridas pelas negras são diferente das pelas brancas; a política, abordando o impacto das políticas públicas sobre as mulheres negras; e a representativa, pensando como a cultura popular as representa e como isso afeta as suas vidas. Para a autora, os termos não são aditivos – racismo mais sexismo mais classe social –, essas características se fundem e interferem umas nas outras.

Tanto Angela Davis (2013) como Bell Hooks (2018) afirmam que há uma necessidade de falar de raça e classe dentro do feminismo. Por isso, foi essencial e necessária a criação do feminismo negro,²³ que reivindica os direitos das mulheres negras. “Em obras sobre o feminismo é muito comum não encontrarmos nada falando sobre feminismo negro [...] Para quem é esse feminismo então? É necessário entender de uma vez por todas que existem várias mulheres contidas nesse ser mulher [...]” (RIBEIRO, 2018, p. 53). A problemática também perpassa o movimento negro, que, a princípio, sofreu com o patriarcalismo, pensando apenas no homem negro.

De acordo com Bell Hooks (2014), a palavra “homens” designa apenas homens brancos; “negros”, apenas os homens negros; e “mulheres” se refere apenas às mulheres brancas. Por isso, para autora, as mulheres negras sofrem de uma opressão sexista-racista, na qual elas nem são vistas em nossa sociedade.

Sojourner Truth²⁴ (on-line), no discurso “Eu não sou uma mulher?”, proferido na Convenção dos Direitos da Mulher, em 1891, mostra que a nossa sociedade não considera a mulher negra um ser humano, na mesma medida em que usa o sarcasmo para dizer que tem a mesma força e intelecto que um homem.

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendidos para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?

23 Feminismo negro – “Feminismo influenciado pelas experiências de mulheres negras que sustentam que o sexismo, o racismo e a opressão de classe estão indissolavelmente ligados” (MACCANN et al., 2019, p. 339).

24 Sojourner Truth, nascida escravizada em 1797 nos Estados Unidos, lutou pelo abolicionismo e direitos das mulheres, tornou-se símbolo do feminismo antiescravista (MACCANN et al., 2019).

É preciso discutir o racismo dentro do feminismo, e o machismo dentro do movimento negro. Bell Hooks (2014) afirma que o feminismo que não discute a questão racial promove a invisibilidade da mulher negra, como se tivessem apagado a sua história, trazendo uma desvalorização social e o não reconhecimento. Por isso, as questões de gênero e raça são inseparáveis na identidade humana.

A partir dos relatos orais, trazemos algumas questões, abordadas pelas entrevistadas, sobre os preconceitos por ser mulher negra.

O lugar reservado

A questão do trabalho precarizado e da dupla jornada se agrava, não só pelo fato de ser mulher, mas também por ser negra. Para Marcia Regina de Lima (2001, p. 152): “Os negros estão fortemente concentrados nas ocupações da indústria tradicional e nos serviços gerais, sendo que o acesso à educação é um dos principais fatores de produção dessa desigualdade”.

Entretanto, a autora complementa ainda que, com as mesmas qualificações profissionais, as pessoas negras ficam em desvantagem na busca por empregos no mercado de trabalho, afirmando que o principal fator de desigualdade é a cor da pele.

Assim, no nosso país, “a pobreza tem cor, qualquer brasileiro minimamente informado foi exposto a essa afirmação, mas não é conveniente considerá-la. Assim o jargão repetitivo é que o problema limita-se à classe social” (BENTO, 2017, p. 7).

A autora diz que houve uma monopolização dos postos de trabalho pelos imigrantes europeus, e isso se constituiu principalmente por uma “[...] discriminação racial com o objetivo explícito [...] de excluir o negro, uma vez que os imigrantes que aqui vieram tinham o mesmo nível de preparo que o negro” (BENTO, 2017, p. 30).

As Carolinas se viram forçadas a desenvolver atividades de pouco ou nenhum prestígio social. As raízes e consequências da escravidão se perpetuaram em um racismo estrutural contra as pessoas negras, que as mantem nos piores postos de trabalho. Para Grada Kilomba (2019, p. 77), o racismo estrutural é quando “estruturas oficiais operam de uma maneira que privilegia manifestadamente seus sujeitos brancos, colocando membros de outros grupos racializados em uma desvantagem visível, fora das estruturas dominantes”.

Carolina relata o fato de ter contratado uma empregada doméstica branca. Essa situação foi vista com espanto: “Meu Deus do céu, isto é o fim do mundo! [...] Eu dava

risada e pensava: nós os pretos não revoltamos de ter patrões brancos [...]” (JESUS, 1961, p. 103).

Em outra passagem, percebemos como as mulheres negras são tratadas no trabalho doméstico: “Carolina, você pode pagar empregada. Arranja uma empregada branca, faz ela andar de touquinha, avental e esfregar o chão. Obriga ela a passar palha de aço com as mãos, levar o café a cama e te chamar de *Dona Carolina*. Faz com ela o que elas fazem conosco” (JESUS, 1961, p. 147).

Tom Farias (2017, p. 143-144) corrobora com essa questão, trazendo um verso da autora, no qual ela denuncia como era tratada, quando era empregada doméstica:

Quando eu era empregada
Sofri tanta humilhação
As vezes eu tinha vontade
De dar uma surra no patrão

[...]

Não gostei de trabalhar,
Foi para as donas da pensão,
Quer tudo muito limpo
Mas não quer comprar sabão

Se a gente dá um passo
A diaba está sempre junto
Vive sempre observando,
Se a empregada come muito.

Essa humilhação também foi sentida pelas catadoras quando trabalhavam de empregadas domésticas: “Minha patroa maltratava muito, a gente tava necessitando do dinheiro, eles humilhavam muito. Tinha mania de falar de pobre: ‘Ah, isso aqui não tá do meu agrado e vocês, pobres, têm mania de sujeira’” (MARCIA). Com medo de perder o emprego, a entrevistada aguentava. “Às vezes, sumia alguma vasilha dela, ela levava pra casa de praia, quando eles iam no fim de semana, algum deles quebravam um copo, ela falava que era eu. Por mais que eu falava que não, a culpa acabava ficando em mim” (MARCIA).

Em todas as histórias de vida, apareceu o trabalho doméstico. Junto dos relatos, a situação de humilhação também foi denunciada: “Acabava de fazer almoço, punha a comida para mim no prato e eu para comer lá fora, punha eu pra comer lá fora, e não junto, na mesa deles, comia lá fora” (MARIA). Outra catadora relata:

Os patrões hoje não dão valor pros empregados, os empregados dão o sangue, trabalham e ficam ali, fazem o melhor, até fora do alcance deles, mas, na hora de dar o devido valor, trata que nem cachorro, fala “Vou empregar ela só quando eu precisar, depois que não precisar mais, descarta”. Então, acho que eles deveriam de ter o seu valor sim, por causa que elas dão o sangue pra estarem ali, sai cedo, deixa filho, deixa marido pra trabalhar. Pra depois chegar, no final do dia, não ter seu devido valor, a patroa desrespeitar, humilhar, e eu acho isso errado, então, por causa disso, se fosse pra eu trabalhar [de doméstica], eu não trabalhava. Quando eu trabalhava [de doméstica], você tinha que fazer tudo, e você sabe essas pessoas que não agradece o que você faz, era assim [...]. (CIDA).

Mesmo após a abolição, as mulheres negras são tratadas como escravas, como se já tivessem um lugar reservado na sociedade: em trabalhos precários e subalternos. O requisito “boa aparência” ou “preferencialmente branca” aparecia nos anúncios de jornais, mostrando como o mercado de trabalho exclui os trabalhadores pela cor. Segundo Giovana Xavier (2019), 80% das trabalhadoras domésticas são negras. Quando Carolina foge desse posto, há um espanto: “Nunca vi preta gostar tanto de livros como você” (JESUS, 2014c, p. 26).

Existe uma restrição social, econômica e racial que coloca a mulher negra em serviços subalternos, tolhendo outras possibilidades: “[...] quantas coisas eu quiz fazer. Fui tolhida pelo preconceito. Se eu extinguir quero renascêr. Num país que predomina o preto” (JESUS, 1996, p. 33). Outro verso corrobora com essa questão:

Eu disse: o meu sonho é escrever!
Responde o branco: ela é louca.
O que as negras devem fazer...
É ir pro tanque lavar roupa (JESUS, 1996, p. 43).

Esse espanto também acontece quando as catadoras saem do espaço restrito da cooperativa e ocupam o público, como em reuniões na prefeitura municipal, buscando seus direitos. A entrevistada fala que sente o preconceito:

O fato de você ser catadora e negra, isso já te deixa no patamar bem abaixo do conceito da sociedade. Só por esses dois fatores. Quando vamos na prefeitura, nesses espaços, tem pessoas que não se importa com que você é, nem de onde você veio, com a sua origem e a sua cor. Tem gente que parece que já te olha, não fala nada, mas só de te dar aquela olhada assim, você já percebe, tipo “Que essa negrinha tá caçando aqui”, né? Não fala, lógico que não é bobo de falar, verbalmente assim, não, mas a gente percebe no jeito de olhar das pessoas. Agora falar assim nunca falou não, mas já senti. Eu já senti que tinha, mas ninguém falou nada. (DHOU).

Mais do que verbalizado, o racismo é sentido: ele causa dor, além de restringir possibilidade de escolhas e de vida. O racismo é um dos motivos pelos quais as catadoras não gostam de sair da cooperativa, seja para eventos, reuniões, coleta seletiva nas ruas, divulgação da reciclagem nos bairros etc.

O corpo humilhado

Sueli Carneiro (2003) mostra que há uma imagem negativa em relação às mulheres negras, trazendo uma violência invisível que impõe a hegemonia branca e afeta a identidade negra. Nesse sentido, percebemos que o racismo perpassa o padrão estético: “Eu fui autografar livros na praça onde estava a feira do livro. Várias pessoas aguardavam-me. Ouvi um jovem dizer: – Que negra feia! Eu sorri e disse-lhe: – Eu acho feio os indolentes e os ébrios” (JESUS, 1961, p. 87).

Em outra passagem, aparece o mesmo preconceito racial, ligado ao cabelo: “Recebi visita de uns pretos do interior e outros de São Paulo. Um pretinho veio visitar-me. Uma é pintora e aconselhou-me a alisar os cabelos” (JESUS, 1961, p. 127).

O preconceito por causa do cabelo também aparece em uma das entrevistas. A catadora relata um ato racista que aconteceu na infância: “Eles me chamava de cabelo duro, por causa do meu cabelo. Eu descia o braço. Me chamava de negrinha de cabelo duro. Você acredita que desde daquela época tinha preconceito?” (DHO). O racismo estético também é relatado na vida adulta:

Tem um menino que faz parte do projeto. Na hora que eu entrei na sala, ele falou: “Nossa, que cabelo da hora! Como você tá bonita!” Me deu aquele abraço, aquele beijo. Contento com meu cabelo. Aí teve outra pessoa na reunião que me deu uma olhada assim, que, se ele pudesse, ele falava “Essa negrinha tá se achando com esse cabelo tão feio” [risos]. Aí ele me deu aquela olhada, tipo assim, mas não falou nada. Fuzilou com os olhos. Ali eu vi que meu cabelo incomodou ele, porque o outro achou bonito. Depois eu falei com o menino do projeto, ele disse: “Você reparou?”. Falei: “Pois é, eu vi”. Eles não dizem, mas, para quem sabe entender, não é uma letra, são várias, né? (DHO).

Grada Kilomba (2019, p. 56) fala sobre o corpo negro: “no racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão corpos que não podem permanecer”.

As palavras de resistência

Desse modo, as mulheres negras, ao longo da história do Brasil, têm travado lutas defensivas contra o racismo, o machismo, o patriarcado e a desigualdade social. Carolina é uma mulher que lutou, resistiu, criticou e denunciou. “Enfim, o mundo é como o branco quer. Eu não sou branca, não tenho nada haver com essa desorganização” (JESUS, 2014c, p. 70).

Taís Freitas (2017) afirma que as mulheres negras sempre marcaram presença em todos os momentos históricos desse país. Como exemplo, temos Maria Firmina dos Reis (2018), a primeira romancista brasileira, sendo *Úrsula* o primeiro livro escrito por uma mulher negra no Brasil.

Taís Freitas (2017, p. 50) ressalta ainda o fato de a mulher negra estar presente na educação, na transmissão de saberes, na linguagem amolecida: “as amas foram responsáveis pela educação primária de grande parcela das crianças nascidas no Brasil durante o período que perdurou a escravidão”.

Porém, segundo a autora, esse processo não foi sem conflitos: “questionava-se, sobretudo a influência considerada negativa que essas mulheres exerciam sobre as crianças das quais cuidavam, pelas cantigas e histórias de ninar fortemente marcadas pela tradição cultural africana, por vezes denominada bárbara” (FREITAS, 2017, p. 52).

Lélia Gonzalez (1988) afirma que as canções de ninar eram repletas de palavras africanas e que, portanto, a nossa língua brasileira devia se chamar “pretuguês”, uma mistura da língua portuguesa com a africana.

Em entrevista, no programa de televisão Trilha das Letras, no canal TV Brasil, a escritora Conceição Evaristo conta que a ama de leite contava histórias para fazer os filhos da casa grande adormecerem: “Hoje, nosso texto, a nossa fala, não é para adormecer a casa grande; é, ao contrário, para acordar a casa grande” (informação verbal).²⁵

Carolina se destaca como uma dessas mulheres negras que têm “acordado” as pessoas através de sua literatura. Seu livro *Quarto de despejo* mostra como as mulheres negras ainda vivem, mesmo depois da abolição, em trabalhos precários e têm suas vidas marcadas pela fome.

25 Entrevista com a escritora Conceição Evaristo no Programa de televisão Trilha das Letras, no canal TV Brasil.

5. Identidade literária: pensando a obra de Carolina

Quando escrevia tinha a impressão que meu cérebro normalizava-se.

Carolina Maria de Jesus apud Tom Farias, 2017, p. 120

Por que classificamos a obra de Carolina de Jesus como feminina, negra ou marginal? Os livros escritos por mulheres são denominados como literatura feminina; já os escritos por pessoas negras são designados como literatura negra; os da classe trabalhadora/pobre são literatura marginal. Não importa sobre o que os homens brancos ricos escrevem: nunca é definido como literatura masculina, branca e/ou elitista. Sobre literatura negra, vemos que:

Mesmo entre os escritores que se assumem como negros, alguns deles muito sensíveis à exclusão dos descendentes de escravos na sociedade brasileira, existe resistência quanto a uso de expressões como “escritor negro”, “literatura negra” ou “literatura afro-brasileira”. Para eles, essas expressões particularizadoras acabam por rotular e aprisionar a sua produção literária. Outros, ao contrário, consideram que essas expressões permitem destacar sentidos ocultados pela generalização do termo “literatura”. E tais sentidos dizem respeito aos valores de um segmento social que luta contra sua exclusão imposta pela sociedade. Essas discussões são importantes para que possamos compreender os mecanismos de exclusão legitimados pela sociedade. Por exemplo, quando nos referimos à literatura brasileira, não precisamos usar a expressão “literatura branca”, porém, é fácil perceber que, entre os textos consagrados pelo “cânone literário”, o autor e autora negra aparecem muito pouco, e, quando aparecem, são quase sempre caracterizados pelos modos inferiorizantes como a sociedade os percebe. Assim, os escritores de pele negra, mestiços, ou aqueles que, deliberadamente, assumem as tradições africanas em suas obras, são sempre minoria na tradição literária do país. (FONSECA, 2006, p. 13).

Os ditos clássicos literários são majoritariamente compostos por escritores homens brancos europeus e, quando aparecem personalidades que fogem desse padrão, surgem as críticas.

O apagamento

Luísa Geisler é uma escritora brasileira contemporânea, premiada duas vezes pelo Prêmio Sesc de Literatura. Em novembro de 2019, a autora teve sua participação na Feira do Livro de Nova Hartz cancelada. Seu livro *Enfim, capivaras* seria apresentado a alunos do sexto a nono ano do ensino fundamental. A justificativa para tal cancelamento foi

“linguajar impróprio”. Um dos responsáveis por mobilizar essa restrição foi o vereador Robinson Andrei Bertuol do Partido Social Cristão (PSC) (*O GLOBO*, 2019).

Outra perseguição foi a sofrida pela escritora Angélica Freitas, com o seu livro *Um útero é do tamanho de um punho*. A obra constava como leitura obrigatória para o vestibular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) em 2020. O deputado Jessé Lopes do Partido Social Liberal (PSL) se posicionou contra autora, acusando-a de propagar “ideologia de gênero” em seus poemas (*NEXO JORNAL*, 2019).

Se vemos essas situações acontecerem com escritoras brancas, a situação se torna ainda pior no caso das escritoras negras. A Academia Brasileira de Letras, em 2018, não elegeu Conceição Evaristo para ocupar uma cadeira na instituição, ignorando o apelo popular de mais de 25 mil assinaturas (*EL PAÍS*, 2018).

Carolina Maria de Jesus não ficou imune, como vemos no caso do biógrafo Benjamim Moser, que, ao escrever sobre a vida de Clarice Lispector, descreve Carolina Maria de Jesus como uma “empregada doméstica”, como vemos a seguir:

Numa foto, ela [Clarice] aparece em pé, ao lado de Carolina Maria de Jesus, negra que escreveu um angustiante livro de memórias da pobreza brasileira, *Quarto de despejo*, uma das revelações literárias de 1960. Ao lado da proverbialmente linda Clarice, com roupas sob medida e os grandes óculos escuros que faziam parecer uma estrela de cinema, Carolina parece tensa e fora do lugar, como se alguém tivesse arrastado a empregada doméstica de Clarice para dentro do quadro. (MOSER, 2010 apud XAVIER, 2019, p. 51)

Vera conta que, nesse encontro, Clarice Lispector disse a Carolina: “Você que é a verdadeira escritora, você escreve a realidade” (informação verbal).²⁶ Mesmo depois de sua morte, Carolina ainda é alvo de racismo. A seguir, vemos fotografia desse encontro entre as autoras:

26 Fala de Vera Eunice de Jesus na palestra do ciclo “O legado histórico e literário da obra de Carolina Maria de Jesus”.

FIGURA 28 – Clarice Lispector e Carolina Maria de Jesus



Fonte: Revista Cult [(2017?)].

Outro processo de apagamento ocorreu na Academia Carioca de Letras. Esta promoveu, no dia 17 de abril de 2017, uma homenagem a Carolina Maria de Jesus. No entanto, o professor convidado, Ivan Cavalcanti Proença, disse que a obra de Carolina não pode ser considerada literatura, que diário não é ficção, afirmando que: “É o relato natural e espontâneo de uma pessoa que não tinha condições de existir por completo” (GELEDÉS, 2017).²⁷

A partir disso, para rebater o ponto de vista do professor Ivan Proença, trazemos algumas reflexões. Segundo Ana Cristina César (1999, p. 257), por causa da sociedade patriarcal, as cartas e diários foram os únicos gêneros permitidos às mulheres, restringindo seus escritos ao âmbito privado: “Mulher, na história, começa a escrever por aí, dentro do âmbito particular, do familiar, do estritamente íntimo. Mulher não vai logo escrever para o jornal. Historicamente, séculos passados, quando a mulher começa a escrever numa esfera muito familiar”. Virginia Woolf (2018, p. 103) também já pensava essa questão:

Pois é pouquíssimo o que se sabe sobre as mulheres. A história da Inglaterra é a história da linhagem masculina, não da feminina. Sobre nossos pais sempre sabemos alguma coisa, algum ponto de destaque. Foram soldados, marinheiros, ocuparam cargos ou elaboraram tal lei. Mas de nossas mães, de nossas avós, de nossas bisavós, o que resta? Nada, a não ser uma tradição. Uma

²⁷ Apesar dessas situações, não podemos analisar Carolina como vítima, ela sempre foi protagonista de sua história, não era passiva, analisava os comportamentos das pessoas e combatia o racismo em sua vida.

era bonita, outra era ruiva, outra recebeu um beijo da rainha. Não sabemos nada sobre elas, a não ser o nome, a data de casamento e o número de filhos que tiveram.

Literatura, nesse sentido, também é uma questão política. Podemos iniciar essa discussão com Virginia Woolf (1990, p. 8). Ela relata que “[...] a mulher precisa ter dinheiro e um teto todo dela se pretende mesmo escrever ficção”. A autora dizia que as mulheres, além de não terem independência financeira, têm de escrever em áreas comuns na casa, se distraíndo e se ocupando de outros afazeres, dando, como exemplo, Jane Austen, que escrevia escondida na sala. “De fato, eu me arriscaria supor que Anônimo, que escreveu tantos poemas sem assiná-los, foi muitas vezes uma mulher” (WOOLF, 1990, p. 62).

Ela cria Judith, uma irmã imaginária para William Shakespeare: mesmo criativa e talentosa como o irmão, o que seria esperado dela seria a maternidade. Ela afirma que seria impossível uma mulher escrever naquela época. Como vemos na afirmação a seguir:

[...] um gênio como Shakespeare não nasce entre pessoas trabalhadoras, sem instrução e humildes. Não nasceu na Inglaterra entre os saxões e os bretões. Não nasce hoje nas classes operárias. Como poderia então ter nascido entre mulheres, cuja o trabalho começava, de acordo com professor Trevelyan, quase antes de largarem as bonecas, que eram forçadas a ele por seus pais e presa a ele por todo o poder da lei e dos costumes? Não obstante, alguma espécie de talento deve ter existido entre as mulheres, como deve ter existido entre as classes operárias. (WOOLF, 1990, p. 61).

Alice Walker (2020) traz essa questão, dizendo que a situação se agrava ainda mais quando a mulher é negra. Se Virginia Woolf buscava independência financeira, as mulheres negras precisavam ser livres, porque muitas viviam em regimes escravistas.

Alice Walker é uma mulher negra nascida em 1944, nos Estados Unidos. Quando Alice ficou cega de um olho em um acidente, sua mãe lhe deu uma máquina de escrever. A partir de então, ela escreveu contos, romances, poemas, sempre abordando a questão da vida das mulheres negras. Seu livro mais famoso, *A cor púrpura*, ganhou o prêmio Pulitzer e adaptação para o cinema dirigida por Steven Spielberg, em 1985 (MACCANN et al., 2019).

Em seu ensaio, a autora nos mostra que era crime pessoas negras lerem e escreverem. As artistas negras eram levadas à loucura por não poderem extravasar sua criatividade; elas “morreram com seus dons presos dentro delas” (WALKER, 2020).

Como a criatividade da mulher negra deveria permanecer negra, ano após ano, século após século, quando, na maior parte do tempo em que pessoas negras estiveram na América, uma pessoa negra lendo ou escrevendo era crime? E a liberdade de pintar, esculpir, expandir a mente com ação não existia. Imagine, se você puder imaginar, o que deve ter acontecido se cantar, também, tivesse sido proibido por lei. Ouvir as vozes de Bessie Smith, Billie Holiday, Nina Simone, Roberta Flack e Aretha Franklin, entre outras, e imagine essas vozes abafadas para sempre. E então você poderá começar a entender as vidas das nossas “loucas”, “santificadas” mães e avós. A agonia das vidas das mulheres que podem ter sido poetisas, romancistas, ensaístas e contistas (durante séculos), que morreram com seus dons presos dentro delas. (WALKER, 2020).

A autora traz como exemplo a escrava Phillis Wheatley, mulher negra escravizada que gostava de poesia, mas morreu desnutrida de tanto trabalhar. A mulher negra não era dona si mesma e caso tentasse “[...] usar seu dom para poesia terminaria tão frustrada e impedida por instintos divergentes [adicione “correntes, armas, o chicote, ter seu corpo como posse de outrem, submissão a uma religião alheia”], que ela certamente perderia sua saúde e sua sanidade” (WALKER, 2020).

A autora traz a arte como expressão cotidiana e como uma forma de resistência das mulheres negras, afirmando: “A artista que minha mãe foi e é se desvelou para mim depois de muitos anos [...] minha mãe enfeitava com flores qualquer barraco que nós éramos forçados a morar” (WALKER, 2020). Alice mostra o jardim de sua mãe como uma expressão artística, com cores brilhantes e diversas flores.

Racismo e adoecimento do artista negro

Complementando essa questão, trazemos reflexões de Frantz Fanon (2008). Ele explora o legado psicológico e social do colonialismo, mostrando que a escravidão não se restringiu ao processo econômico, mas também social, coletivo e psicológico. “A inferiorização é o correlato nativo da superiorização europeia. Precisamos ter a coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado” (FANON, 2008, p. 90).

Para o autor, a cultura colonial impõe às pessoas negras uma posição inferior. A partir disso, os sujeitos passam a rejeitar a negritude. Vemos essa questão no livro *O olho mais azul*, de Toni Morrison (2019, p. 56), com a personagem Pecola Breedlove, que almeja olhos azuis: “Se tivesse outra aparência, se fosse bonita, talvez Cholly fosse diferente, e a sra. Breedlove também. Talvez eles dissessem: Ora, vejam que olhos bonitos os da Pecola. Não devemos fazer coisas ruins na frente desses olhos bonitos”. Sendo um dos efeitos máximos do racismo levar as pessoas negras à loucura, vemos no livro que a personagem Pecola adocece por causa do racismo.

Vemos também dois exemplos de artistas negros que viveram internados na Colônia Juliano Moreira, instituição psiquiátrica: Stela do Patrocínio (2001), mulher negra esquizofrênica, que teve suas falas transformadas em poesia no livro *Reino dos bichos e dos animais é o meu nome*, e Athur Bispo do Rosário, homem negro esquizofrênico que produzia artes plásticas através de objetos que retirava do lixo.

A importância de quem escreve

Com isso, retomamos Djamila Ribeiro (2017) para fazer nosso questionamento: importa quem escreve? Tendo em vista que mulheres negras nunca puderam escrever, o fato de elas escreverem é um ato político e cria uma nova tradição literária. Nesse sentido, Carolina faz uma escrita revolucionária, rompe com a tradição hegemônica e transforma o mundo por meio das palavras.

Giovana Xavier (2019) traz as problemáticas de ser um(a) escritor(a) negro/a no nosso país, afirmando que apenas 6% de escritores negros chegam às livrarias. A historiadora também critica a ausência de autoras negras na maior feira literária do Brasil, a Festa Literária Internacional de Paraty (Flip). “O silenciamento do nosso existir em uma feira que se reivindica cosmopolita, mas está mais para Arraiá da Branquitude, insere-se no passado-presente de escravidão, no qual a mulher negra é representada, vista e tratada como um corpo a ser dissecado” (XAVIER, 2019, p. 50).

Em contraposição, a Festa Literária das Periferias (Flup) prioriza debates como o racismo, trazendo também marcas da literatura atual, como o *slam*, “poesia falada que representa um dos principais ícones de trabalho intelectual inovador, sua história também se liga ao acesso de jovens negros às universidades públicas” (XAVIER, 2019, p. 105). Este ano, 2020, a homenageada foi a autora Carolina Maria de Jesus, com programação de palestras on-line, de maio a novembro.

Em todas as edições nos fizeram a pergunta mais óbvia — por que não homenagear Carolina Maria de Jesus? Nenhuma de nossas respostas foi satisfatória, principalmente porque desde 2014 já damos um prêmio com seu nome para as pessoas que tiveram suas vidas alteradas pela literatura ou que mudaram a vida dos outros por intermédio da literatura. Não há nada mais próximo da vocação da Flup do que o desejo de mudar a vida das pessoas pelo livro, pela palavra, pela ideia. Não há nada mais próximo de nossos ideais do que a autora de Quarto de Despejo. A comemoração dos 60 anos de Quarto de Despejo, um marco zero na história de nossa literatura que somente agora o Brasil tenta entender, nos parece o momento inevitável e inadiável para homenagear a primeira mulher negra a fazer sucesso mundial com um livro. Esse é um feito que devia ser celebrado todos os dias, porque desde então ele vem inspirando mulheres como Conceição Evaristo, Ana Maria Gonçalves e

Eliana Alves Cruz a promover um encontro de nossa literatura com o povo brasileiro. O verdadeiro povo brasileiro. (FLUP, 2020).

Em uma parceria com o Ministério Público do Trabalho, o evento Flup decidiu fazer um trabalho conjunto com cooperativas de catadoras de material reciclável, em que foi criado um grupo com 20 catadoras de materiais recicláveis. Estas participam das palestras e realizam encontros virtuais, com a mediação do escritor Eduardo Coelho. A proposta do evento é publicar um livro com suas histórias.

Todas as catadoras que estão participando têm histórias extremamente marcantes. Essa aproximação com a obra de Carolina Maria de Jesus e com as outras mulheres é uma situação que toca na minha alma. Que toca uma essência que eu nem sabia que existia. Ontem mesmo escrevi duas histórias. Hoje não escrevi ainda, mas vou sentar e escrever. Estou inspirada.
Edilaine Gonçalves, 49 anos, de Santo André

Várias coisas que Carolina começou lá atrás hoje já fazemos diferente, no mundo da catação. Ela vivia num tempo mais difícil, sofria mais preconceito, mais machismo, os filhos sofriam mais: hoje não precisamos pegar brinquedo do lixo, com o dinheiro da catação. Conseguimos melhorar. Fico muito emocionada.
Viviane Conceição de Souza, 42 anos, de Guarulhos

É interessante que eu vejo a história dela e sei que muitas catadoras fazem isso: escrevem relatos, diários. Eu imagino que Carolina soubesse que deixava algo para frente. É como colocar uma mensagem na garrafa.
Claudia da Silva, 39 anos, de Ourinhos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Esses espaços e atitudes são ações para uma mudança política. Com isso, o silenciado, o “outro”, passa a ser autor e personagem de sua história, tomando uma posição de protagonista. A Flup tem sido um espaço de rompimento com o silêncio e de criação de um imaginário e de uma memória compostos de resistência e de luta.

Para Toni Morrison (2017) a literatura produz ideologia. A autora dá o exemplo da obra *A cabana do Pai Tomás*, da escritora Harriet Beecher Stowe, em que a escritora branca humaniza, romantiza e torna aceitável a escravidão. Para Toni, ninguém nasce racista e sexista, mas esses preconceitos são apreendidos.

Devia ser universalmente claro, tanto para quem vendia quanto para quem era vendido, que a escravidão era uma condição desumana, apesar de lucrativa. Os vendedores certamente não queriam ser escravizados; os comprados muitas vezes cometiam suicídio para evitar o cativeiro. Sendo assim, como funcionava a escravidão? Uma das maneiras de que as nações dispunham para tornar palatável o caráter degradante da escravidão era a força bruta; outra era a romantização. (MORRISON, 2017, p. 14).

Chimamnda Adiche (2019) complementa essa questão, contando que, quando

criança, lia livros infantis britânicos e achava que os negros africanos não poderiam existir nos livros. Com isso, ela escolheu escrever e rejeitar o silêncio, contando sua própria história. Quando a escritora chega aos Estados Unidos, sua colega de quarto acha estranho Chimamanda falar inglês, usar o fogão e ouvir música *pop*. Com isso, a autora fala do perigo de uma única história, ou seja, estereótipos e mitos que criamos a respeito de um grupo de pessoas.

Grada Kilomba (2019, p. 27) fala desse aspecto político da escrita, de ser uma forma de resistência e de recuperar a história escondida: “Uma história de vozes torturadas, línguas rompidas, idiomas impostos, discursos impedidos e dos muitos lugares que não podíamos entrar, tampouco para permanecer para falar com nossas vozes”.

Nesse sentido, Carolina se torna oposição absoluta ao projeto colonial: ela descoloniza na medida em que escreve sua história. “Eu sou quem descreve minha própria história, e não quem é descrita. Escrever, por tanto emerge como um ato político” (KILOMBA, 2019, p. 28).

Literatura racista

Respondendo à pergunta da Carolina Maria de Jesus (1961, p. 64) – “Será que o preconceito existe até na literatura? O negro não tem direito de pronunciar o clássico?” – neste tópico, abordamos algumas das obras que reforçaram ainda mais o racismo.

A literatura brasileira tem inúmeras demonstrações de racismo. O livro *Caçadas de Pedrinho*, de Monteiro Lobato (2018), além de trazer Tia Anastácia e outras personagens negras de forma estereotipada, também produz ofensas raciais, como “macaca de carvão”, “carne preta” ou “urubu fedorento”.

Na maioria dos textos infantis publicados até a década de 30, a personagem feminina negra é invariavelmente representada como a empregada doméstica, retratada com um lenço na cabeça, um avental cobrindo o corpo gordo: a eterna cozinheira e babá. Como empregada de uma família branca, passa a maior parte do tempo confinada em uma cozinha. Certamente, aqui, podemos nos lembrar da Tia Nastácia, personagem de Monteiro Lobato. Em “Histórias de Tia Nastácia”, a personagem principal ocupa uma posição de inferioridade sócio-cultural. Como contadora de histórias, Tia Nastácia retoma narrativas oral, porém não tem aliados, não há outros personagens que partilhem ou que vejam de modo positivo as expressões culturais trazidas por tia Nastácia em suas narrativas. Seus ouvintes criticam constantemente o valor de verdades de suas histórias e fazem críticas sempre negativas sobre o conteúdo dessas histórias. Já em outros momentos do texto de Monteiro Lobato. Tia Nastácia é descrita como a “negra de estimação”. Algo como a velha frase que ainda hoje ouvimos: “É como se fosse da família”. (JOVINO, 2006, p. 188).

Mas não são só os livros infantis que são alvos de racismo. Temos o caso de José Alencar (2017): no livro *Iracema*, ele romantiza as relações desenvolvidas através da colonização, em vez de falar dos abusos sexuais sofridos pelas índias. O livro *A escrava Isaura*, de Bernardo Guimarães (2011), coloca a personagem escravizada como uma mulher branca.

Se tomarmos como exemplo a obra de cunho abolicionista *A escrava Isaura* (1875), perceberemos que a protagonista, apesar de possuir ascendência negra, não tem suas origens africanas enaltecidas. Isaura não é uma musa negra, mas sim uma afro-brasileira que sofre como escrava, apesar de possuir valores culturais e físicos de uma branca da alta sociedade. Símbolo da diluição do elemento africano, Isaura é valorizada por sua pele clara, e não por suas raízes negras [...]. (DOS SANTOS, 2009, p. 48).

Além desses casos, temos a questão do estereótipo de sensualidade, exacerbando a questão da sexualidade, como a protagonista Gabriela, no livro *Gabriela, cravo e canela*, de Jorge Amado, ou a personagem Rita, descrita como “diabo de saia” na obra *O cortiço*, de Aluísio de Azevedo (2019). Outro clássico é *Macunaíma: o herói sem nenhum caráter*, de Mário de Andrade (1988), como vemos pela crítica à construção do personagem:

Caracteriza-se o negro como um ser preguiçoso que permanece no primeiro estágio da evolução da humanidade. Esse tipo de mito atesta sua incapacidade para ações que requeiram desenvolvimento tecnológico e uso sistemático da razão. Nega-se sua capacidade a fim de excluí-lo da competição engendrada pela ordem social e econômica capitalista. (FONSECA, 2012, p. 66).

Carolina e Conceição: um diálogo

A cena literária tem sido ocupada cada vez mais por mulheres negras; isso é fruto de muita luta e de disputas. Como exemplos de outras escritoras além da Carolina, temos: as norte-americanas Toni Morrison, Alice Walker e Maya Angelou; as brasileiras Conceição Evaristo e Maria Firmina dos Reis; e a nigeriana Chimamanda Ngozi Adichie, pontuando apenas algumas das que já foram citadas no trabalho.

Uma escritora brasileira que dialoga com Carolina Maria de Jesus é Conceição Evaristo. Mulher negra mineira, poetisa, romancista e contista brasileira, mestra em Literatura Brasileira pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e doutora em Literatura Comparada pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Ganhou o terceiro lugar no Prêmio Jabuti 2015, na categoria Contos, com o livro *Olhos d'água*, e o Prêmio Faz Diferença 2016, do jornal *O Globo*, na categoria Prosa. Alguns de seus

livros já estão traduzidos para o francês, inglês e alemão (EVARISTO, 2017).

Conceição feminiza e enegrece as histórias. Sua literatura rompe com estereótipos, suas personagens negras não são submissas, não estão ali apenas para servir café; são mulheres negras reais, que saem do papel de coadjuvantes. A obra de Carolina também foge desses estereótipos: ela nunca se colocou no papel de vítima, mas de protagonista. Desse modo, a literatura possibilita o contato com novas experiências, com uma nova realidade, conecta a pessoa que lê com outras histórias. Por meio da leitura, podemos reconhecer nossos privilégios. “É por intermédio dos livros que adquirimos boas maneiras e formamos nosso caráter” (JESUS, 2014c, p. 195).

Retomando o termo “escrevivência”, a autora nos traz a coletivização da experiência, conectando-a com a ancestralidade, contando as memórias, as histórias e as experiências de mulheres negras.

Gosto muito de ouvir, mas não sei se sou hábil conselheira. Ouço muito. Da voz outra, faço a minha, as histórias também. E no quase gozo da escuta, seco os olhos. Não os meus, mas de quem conta. E quando de mim uma lágrima se faz mais rápida do que o gesto de minha mão a correr sobre o meu próprio rosto, deixo o choro viver. E, depois, confesso a quem me conta, que emocionada estou por uma história que nunca ouvi e nunca imaginei para nenhuma personagem encarnar. Portanto estas histórias não são totalmente minhas, mas quase que me pertencem, na medida em que, às vezes, se (con)fundem com as minhas. Invento? Sim invento, sem o menor pudor. Então as histórias não são inventadas? Mesmo as reais, quando são contadas. [...] afirmo que, ao registrar estas histórias continuo no premeditado ato de traçar uma escrevivência. (EVARISTO, 2016, p. 7).

A literatura de Carolina é escrevivência, com uma potência política: a singularidade de sua vida está presente em muitas outras. Tanto Conceição como Carolina criam uma memória para os silenciados, para aqueles que não foram ouvidos, para seus antepassados. Como vemos nos primeiros versos do poema “Vozes-mulheres”, de Conceição Evaristo (2008, p. 10-11):

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta

no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela.

A minha voz ainda
ecoa versos perplexos
com rimas de sangue
e
fome.

Ambas as autoras falam da fome, da favela, do trabalho doméstico, das pessoas brancas como donas do poder econômico e ideológico. Os temas se repetem nas vozes das escritoras mulheres negras: a desigualdade social, racial e de gênero. O racismo persiste em suas histórias. Desse modo, são escritos de luta. Mesmo com o racismo silenciando as pessoas negras, Carolina e Conceição não se calam; reconstroem, criam e contam suas histórias e suas memórias. “Para mulher negra escrever e publicar é revolucionário” (EVARISTO, 2014 APUD XAVIER, 2019, p. 15).

Carolina e sua escrita

Contrapondo o professor Ivan Cavalcanti Proença, afirmamos que o diário de Carolina é uma criação literária de existência e resistência; poeticamente coloriu a palavra “fome” de amarelo:

Amarela é a fome de Carolina, ela, que via tudo amarelo, volta a ver cores quando consegue comer; amarelo é o governo, representado no servidor público, que não ouve suas reclamações e ainda manda prendê-la; amarelo também é o juizado de menores, que não ensina sequer os meninos a lerem; amarelas são a enfermidade e a pobreza no menino doente, que serve de ganha-pão para a mãe. (QUERIDO, 2012, p. 393).

A escrita é uma forma de vida e resistência da escritora: “Quando eu não tinha nada para o que comer, em vez de xingar eu escrevia. Tem pessoas que, quando estão nervosas, xingam ou pensam na morte como solução. Eu escrevia” (JESUS, 2014c, 195).

A fome aparece insistentemente como personagem na obra de Carolina Maria de Jesus. Em Quarto de Despejo ela se faz presente de forma tão contundente, que chegou a ser classificado por Audálio Dantas como “personagem trágica inarredável. Tão grande e tão marcante que adquire cor na narrativa tragicamente poética de Carolina”. (FONSECA et al., 2006, p. 148).

Por mais que tente diminuir sua obra falando que diário não é literatura, ou falando que a autora cometia erros ortográficos, nada abala a profundidade e a construção poética

de sua escrita. “[...] [N]ão é porque Carolina de Jesus comete erros gramaticais e lexicais que sua obra não apresenta complexidade. Pelo contrário, há muitos níveis de significação e autoficcionalização que devem ser levados em conta em seu trabalho” (QUERIDO, 2012, p. 896).

Carolina teve dificuldades para ser aceita como escritora por ser uma mulher negra. “Eu escrevia peças e apresentava aos diretores de circos. Eles respondia-me: – É uma pena você ser preta” (JESUS, 2014c, p. 64). Também aparecem, no diário, os desafios da publicação: “Fui no correio retirar os cadernos que retornaram dos Estado Unidos [...] Cheguei na favela. Triste como se tivessem mutilado os meus membros. O *The Reader Digest* devolvia os originais. A pior bofetada para quem escreve é a devolução de sua obra” (JESUS, 2014c, p. 154).

Carolina enfrenta todos os preconceitos e silenciamento e consegue ser publicada. “Fiquei alegre olhando o livro e disse: ‘O que sempre invejei nos livros foi o nome do autor’. E li meu nome na capa do livro: ‘Carolina Maria de Jesus’. Fiquei emocionada é preciso gostar de livro para sentir o que eu senti” (JESUS, 2014c, p. 195).

Virginia Woolf (2016), por meio da obra literária *Orlando*, mostra que o personagem, ao se transformar em uma mulher, perde o tempo livre que tinha para apreciar a natureza e escrever seus poemas. Virginia expressa a dificuldade de a mulher escrever por causa das obrigações domésticas. Essa questão está presente em toda a obra de Carolina; mesmo com as dificuldades impostas pelo gênero, pela etnia-raça e pela classe social, que limitavam seu tempo, ela escreve. “Todos os dias eu escrevo, sento no quintal e escrevo” (JESUS, 2014c, p. 22).

Na passagem anterior, percebemos que, além do tempo escasso devido aos afazeres domésticos e do trabalho como catadora, Carolina não tinha um local para escrever, tendo que escrever no quintal. “Procurei um local para eu escrever sossegada. Mas aqui na favela não tem esses estes lugares. No sol sentia calor. Na sombra sentia frio. Eu estava girando com os cadernos na mão quando ouvi vozes alteradas. Fui ver o que era, percebi que era briga” (JESUS, 2014c, p. 101).

O livro sempre esteve presente na vida de Carolina. Mesmo com todas as adversidades, mesmo com o racismo e o machismo roubando seu tempo de criação, a leitura e a escrita foram suas companheiras; ela dormia com o lápis e o papel de baixo do travesseiro, lia dicionários e amava as palavras. “Li um pouco. Não gosto de dormir sem ler. Gosto de manusear um livro. O livro é a melhor invenção do homem” (JESUS, 2014c, p. 24).

Em toda a sua obra, Carolina mostra que a potência de criação é maior que as adversidades, não em um sentido meritocrático por ela ter conseguido, mas de ser possível a criação de novos mundos, de outras narrativas que não a branca. “É potência de vida: relatos de miséria tornados arte” (FONSECA et al., 2006, p. 146). Carolina vai além da denúncia do racismo, sexismo e desigualdade social: ela mostra a potência de vida, que tem criatividade e originalidade.

Um diálogo entre as Carolinas

Uma das entrevistadas leu o livro *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Dhou faz algumas reflexões sobre a vida de Carolina:

Carolina catava porque ela tinha uma família para sustentar. Você entendeu? Essa é a diferença do catador homem para catadora mulher. Não é preconceito não. Olha aí nas ruas, quando tem uma mulher, ou ela tem um cachorro, ou ela tem um menino. Ela tem um motivo para tá ali todo dia. Ela não tá ali por causa de bebida, de vício de droga. Ela tá ali porque ela tem uma responsabilidade. As mulheres são muito mais responsáveis do que os homens. Se ela foi para rua. Ela não foi para rua pra beber pinga. Ela foi pra rua porque ela tinha uma obrigação. Teve algo muito forte para tá levando ela para rua. Para poder tá sustentando a sua família. (DHOU).

A partir desse relato, percebemos a importância do trabalho na vida das mulheres que são mães e que sustentam seus filhos sozinhas. Como ela mesma diz, a obrigação e responsabilidade sobre os filhos recaem nas mulheres, o que as sobrecarregam como se os filhos fossem apenas seus. Reféns dessa situação, as mulheres se submetem a trabalhos penosos a fim de sustentar seus filhos e a si mesmas.

Assim, Dhou se diferencia de Carolina: “A história da Carolina não é a nossa história, porque nenhuma aqui precisou ir para rua para sustentar os filhos, entendeu?”. A catadora percebe que elas não estão sozinhas: “Aqui é diferente, a gente é um grupo. A gente junta faz uma cesta básica, se alguém precisa de um remédio a gente junta, o caso da Carolina é totalmente individual e sozinha”.

No próximo capítulo, abordamos a questão do trabalho na vida das catadoras de materiais recicláveis e de Carolina Maria de Jesus.

6. Identidade subalterna: os preconceitos de classe social

A fome é a pior das enfermidades.

Carolina Maria de Jesus, 2014c, p. 54

Para pensar na identidade das Carolinas, é preciso se pensar que um dos fatores fundantes de nossa identidade é o trabalho, o agir, a prática; “[...] é pelo agir, pelo fazer, que alguém se torna algo: ao pescar, pescador; ao desobedecer, desobediente; ao trabalhar; trabalhador” (CIAMPA, 1984, p. 64).

Portanto, o papel que desenvolvemos na divisão sociotécnica do trabalho é fundamental para dizermos o que somos. Por meio do trabalho que nós realizamos, reproduzimos e nos identificamos perante outro.

O trabalho é uma prioridade ontológica da vida; a espécie se converte em gênero humano. É somente a partir dele que o sujeito transforma a natureza, satisfaz suas necessidades e, ao mesmo tempo, cria novas. O ser humano nesse processo se modifica de forma objetiva e subjetiva, realiza suas potencialidades afetivas, imaginativas, criativas e cognitivas (MARX, 1983, t. 1, v. 1).

Porém, no modo de produção capitalista, o trabalho não é um meio de realização, identificação e emancipação humana, mas de exploração e alienação. O capitalismo se constitui por meio da propriedade privada, geração de mais-valia e acumulação de capital. O aspecto fundamental desse sistema é a desigualdade social, que se constitui por meio de um trabalho coletivo e pela apropriação da riqueza de forma privada.

O trabalho fica mais pobre em função da riqueza que produz, cria mercadorias e torna ele mesmo uma mercadoria como outra qualquer. No trabalho alienado, ao invés de se reconhecer como sujeito, o homem se desconhece, ao invés de se realizar, ele se perde. É evidente que o trabalho produz maravilhas para os ricos, mas produz miséria e escassez para o trabalhador. Produz palácios, mas choupanas para o trabalhador. Produz beleza, mas invalidez e deformidade para o trabalhador. Substitui o trabalho por máquinas, mas obriga uma parte dos trabalhadores a um trabalho cruel e os transforma em máquinas. Produz inteligência, mas produz também estupidez e cretinice para os trabalhadores. (MARX, 1993, p. 93).

No sistema capitalista, as relações de subsistência são substituídas por trocas. Consequentemente, as relações humanas são supridas por monetárias, o ser humano passa a ser visualizado como objeto, coisificado, desumanizado, as pessoas são transformadas

em assalariados. “Fez do médico, do jurista, do sacerdote, do poeta, do sábio seus servidores assalariados” (MARX; ENGELS, 2010, p. 46).

Nesse contexto, passaram a existir diversos modos de organização da produção. O primeiro deles foi o modelo taylorista. Uma de suas características principais foi a separação entre execução e planejamento. O trabalhador era visto como mero executor; por isso, Taylor passou a cronometrar os movimentos do trabalho, a fim de produzir mais em menos tempo (PINTO, 2013).

O fordismo se apropriou de muitas características do modelo taylorista, além de acrescentar outras características, como: produção em massa, linha de montagem, padronização das peças, automação das fábricas, recompensa salarial, gestos repetidos e direcionamento do consumo (PINTO, 2013).

A esteira contribuiu para a agilidade. Antes, os trabalhadores andavam em volta do carro Ford; depois, passaram a ficar parados, e o carro a se movimentar. Além disso, outro fator que contribuía para a rapidez da fabricação era a divisão de tarefas, na qual cada trabalhador era responsável apenas por uma parte do processo de fabricação. “O operário torna-se um simples apêndice da máquina e dele só se requer o manejo mais simples, mais monótono, mais fácil de aprender” (MARX; ENGELS, 2010, p. 46).

Porém, os anos 1970 marcaram o início de uma crise estrutural. O desemprego causa uma retração do consumo e a saturação do modelo fordista. Nesse contexto, surge um novo modelo: toyotista. Ele traz características novas, como o aperfeiçoamento das tecnologias dos países europeus, utilizando as técnicas em processos concretos e investindo em equipamentos modernos (PINTO, 2013).

O fordismo priorizava a quantidade e a padronização, já o toyotismo valoriza a qualidade e diversificação dos produtos. No modelo fordista, tínhamos a negação da subjetividade; o trabalhador era mero executor. Já no modo de produção toyotista, há a captura da subjetividade; ao mesmo tempo que executa a tarefa, o sujeito é obrigado a atingir metas, planejar o trabalho e propor soluções (PINTO, 2013).

Outra característica desse modelo é a produção flexível, diminuição dos trabalhadores regulares, aumento de subcontratação e dos trabalhos temporários, “terceirizados”, sem direitos trabalhistas. É nesse contexto informal de trabalho que as catadoras de materiais recicláveis vão encontrar um meio de sobrevivência.

Profissão: catadora

A classe dos catadores surge de uma demanda, de uma necessidade de nosso século. Esta tem um papel fundante na nossa sociabilidade, visto que o lixo é um problema social, político e econômico. O lixo precisa ter um fim para que o próprio modo de produção capitalista continue ativo, para que o consumismo se mantenha.

Nesse contexto, a indústria de remoção do lixo “[...] assume uma posição de destaque na economia da vida líquida. A sobrevivência dessa sociedade e o bem estar de seus membros depende da rapidez com que os produtos são enviados aos depósitos de lixo e da velocidade e eficiência da remoção de detritos” (BAUMAN, 2007, p. 9).

Apesar de essencial para a sociabilidade atual, os catadores de materiais recicláveis possuem um trabalho precarizado, como muitos brasileiros²⁸, eles não têm direitos trabalhistas, trabalham por conta própria, expostos às doenças. “Os coletores de lixo são os heróis não decantados da modernidade. Dia após dia, eles reavivam a linha da fronteira entre normalidade e patologia, saúde e doença, o desejável e repulsivo, aceito e rejeitado” (BAUMAN, 2005, p. 39).

De acordo com os dados do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), as cooperativas e associações de catadores são compostas por 70% de mulheres. Tal predominância se constitui não só porque as mulheres ocupam os trabalhos mais precários e de baixa remuneração, mas também pelo fato de a limpeza ser considerada uma função naturalmente feminina.

Frente a esses dados, confirmamos as condições do trabalho como precárias através dos relatos. Carolina reclama que a catação a deixa suja: “Pedi ao jornalista para me ajudar-me a por o saco nas costas, que o dia que estivesse limpa lhe dava um abraço. Ele sorriu e disse-me: – Então já sei que vou morrer sem receber seu abraço porque você nunca está limpa” (JESUS, 2014c, p. 111). O trabalho molda nosso cheiro, nosso corpo, o jeito de andar e, conseqüentemente, quem somos. “O meu sonho era andar bem limpinha, usar roupas de alto preço, residir numa casa confortavel, mas não é possível. Eu não estou descontente com a profissão que exerço. Já habitue-me andar suja. Já faz oito anos que cato papel” (JESUS, 2014c, p. 22).

Vemos semelhança na fala da entrevistada: “É preciso [trocar de roupa], você não vai suja assim, tem que trocar, a gente trabalha, vem com a camiseta de vir trabalhar, aí eu ponho outra na hora de ir embora, você suja tudo, entendeu? Você tem que trocar pra ir embora, porque suja demais” (EMANUELLY).

28 Em vigor desde 2017, a reforma trabalhista (Lei 13.467, de 2017) alterou os direitos do trabalhador brasileiro, flexibilizando as relações de trabalho.

Carolina saía todos os dias pelas ruas de São Paulo, em busca de papel. Mesmo doente, saía para catação. “Em várias passagens do diário Carolina conta que saía mesmo sem ter comido nada e chegava a passar mal, sentir náuseas e tontura nas ruas” (SANTOS, 2015, p. 78).

O trabalho de catadora é cansativo e adoce: “[...] depois fiquei cansada. Voltei para casa. Estava tão cansada que não podia ficar de pé. Tinha a impressão que ia morrer. Eu pensava: se eu não morrer, nunca mais hei de trabalhar assim. Eu estava com falta de ar” (JESUS, 2014c, p. 111).

Identidade: trabalhadora

Por meio das entrevistas, percebemos que a cooperativa possibilitou o resgate da identidade de trabalhadora, como nos mostra a fala: “Além da gente garantir o próprio sustento, tamo colaborando com o meio ambiente. Trabalho para mim é independência. A independência financeira melhorou cem por cento” (DHOU). Outra entrevistada complementa, dizendo: “Meu trabalho é tudo” (BEATRIZ).

Ser catadora de materiais não foi uma escolha, como percebemos com os dados anteriores. Foi a necessidade, por falta de emprego, idade, falta de estudos ou preconceitos advindos do gênero e etnia-raça que as levaram até esse trabalho. Mas, mesmo não sendo um trabalho escolhido, e, sim, imposto, as catadoras o valorizam. Por mais precário que seja que o trabalho, ele garante a sobrevivência delas e de suas famílias.

Miséria, essa palavra feia

O sistema capitalista não possibilita a Carolina Maria de Jesus vivenciar a sua própria humanidade, ou seja, a trabalhadora no capitalismo é vista desvinculada de sua identidade ou tem uma identidade atribuída. Carolina se ressentida de ser catadora. A necessidade de ter de trabalhar e o fato de o trabalho ser penoso, exploratório, aparecem em toda a sua obra. “Eu cato papel, mas não gosto. Então eu penso: Faz de conta que eu estou sonhando” (JESUS, 2014c, p. 29).

A autora também se ressentida por morar na favela, tanto que seu maior desejo era se mudar, conseguir a tão sonhada casa de alvenaria. “Cheguei na favela: eu não acho geito de dizer que cheguei em casa. Casa é casa. Barracão é barracão. O barraco tanto no interior como no exterior estava sujo. E aquela desordem aborreceu-me. Fitei o quintal, o lixo podre exalava mal cheiro” (JESUS, 2014c, p. 47).

A miséria vivida por Carolina é inerente ao modo de produção capitalista. “A palavra mais feia do dicionário é a palavra miséria” (JESUS, 1963a, p. 27). A autora/personagem era despossuída de propriedade privada, por isso morava em um barraco na favela. Ela sofreu exploração em seu trabalho como catadora de materiais recicláveis; gerava mais-valia e acumulação de capital para outros. A contradição capital/trabalho aparece em toda a sua obra, até mesmo nos seus poemas:

Rico e pobre

Bateu na porta: era a pobreza
Recebi altiva: era a riqueza
– O que vens aqui fazer?
A pobre solução diz:
– Riqueza eu sou infeliz!
Venho pedir-lhe para comer.

Levanta altiva a riqueza
Recole as migalhas da mesa
Dá à pobre e vira-lhe as costas
Que Deus lhe aumente senhora
A rica não deu resposta
E a pobre de alegria chora (JESUS, 1996, p. 179).

Além de sobreviver do dinheiro da venda dos materiais recicláveis, Carolina retira objetos e alimentos do lixo. “Eu saí e fui girar para arrancar dinheiro. Passei no frigorífico, peguei uns ossos. As mulheres vasculham o lixo procurando carne para comer. E elas dizem que é para os cachorros. Até eu digo que é para os cachorros” (JESUS, 2014c, p. 105).

A questão de ser para os cachorros também aparece em uma das entrevistas. Quando questionada se pega comida da esteira, a entrevistada responde: “Pegar eu pego pros cachorros, pra eles comer, levo, se eu acho um, como é que chama?, um saquinho assim, só que tem que ser fechado, de macarrão, arroz fechado, eu levo pra fazer comida para os cachorros” (MARIA).

Em outra passagem, Carolina diz: “O José Carlos chegou com uma sacola de biscoitos que catou no lixo. Quando eu vejo eles comendo coisas do lixo penso: E se tiver veneno? É que as crianças não suporta a fome” (JESUS, 2014c, p. 46).

Vemos a mesma situação atualmente, relatada pelas catadoras. “São tantas coisas assim que a gente pega, até coisa de comer, sabe? Tipo assim, você achou e tá daqui um ano pra vender, às vezes lacradinho, limpinho, a gente leva pra casa, né? Aí não precisa

de comprar. Feijão, pacote de açúcar, óleo, azeite” (MARCIA). Outra cooperada complementa:

Se tiver bom, eu até utilizo [comida], porque às vezes a gente tá até precisando também. Às vezes, tá fechadinho, tá limpinho, não venceu a data. Às vezes, dá para reaproveitar. Às vezes, se eu vejo algum feijão, se tiver bom, tiver bonito, não tiver aquela areia, não venceu a validade, eu acabo levando. Aí, eu chego lá, eles falam: “Mãe, isso não veio da esteira não, né?”. Eu falo: “Não, não é”. Porque se eu falar, não come, é assim... (CIDA).

Carolina também reclama do preço dos alimentos: “Até vocês, feijão e arroz, nos abandona! Vocês que eram os amigos dos marginais, dos favelados, dos indigentes. Vejam só. Até o feijão nos esqueceu. Não está ao alcance dos infelizes que estão no quarto de despejo” (JESUS, 2014c, p. 43).

A fome e a falta de alimentos são recorrentes na obra de Carolina: “Hoje eu fiz arroz e feijão e fritei ovos. Que alegria! Ao escrever isto vão pensar que no Brasil não há o que comer. Nós temos. Só que os preços nos impossibilita de adquirir. Temos bacalhau nas vendas que ficam anos e anos a espera de compradores” (JESUS, 2014c, p. 151). Em versos, desabafa:

Como é sacrificada
A vida do trabalhador,
O salário sobe de escada,
Os preços de elevador (JESUS, 1996, p. 236).

As catadoras, relatam o mesmo desabafo: “Muito cara [a comida], tudo o que você fazia antigamente, e você não faz mais. Com cem reais você não faz nada” (EMANUELLY). A outra diz: “Tá tudo muito caro, o alimento, o combustível, o gás, a roupa, calçado, tudo. Andei cortando coisas supérfluas, produtos de limpeza” (DHOU). Em outra entrevista, a cooperada diz que sua renda é restrita à sobrevivência:

Preço de ouro. Hoje, a gente está comendo o básico do básico. Tudo muito caro. Por mais que a gente trabalhe, tem coisa que a gente não pode comer devido o preço, impostos. Hoje você vai lá, tá um preço, amanhã um absurdo de caro, hoje tá complicado. Estamos comendo o básico, bem básico. Às vezes, falta muita coisa devido o preço estar muito alto, sabe? A gente procura comprar o mais necessário, às vezes procura comprar uma outra comida diferente, só que é tudo muito caro. Aí, se pode deixar pra depois, você acaba nem comprando. Arroz não, porque a gente ganha cesta básica, mas carne, verdura, material de limpeza. Acho que é isso. É o que a gente mais necessita em casa, né? Pra lazer, não anda sobrando muito, como tudo tá muito caro, a gente acaba dando prioridade para o que é mais importante, entendeu? Mas pra lazer? Não tá sobrando não. Dou prioridade pra o que está faltando dentro de casa, comida, coisas de casa que não pode deixar pra depois, acho que é isso.

Às vezes, você tem que deixar uma conta pra pagar no próximo mês e dar prioridade para o que é mais importante, entendeu? Que não pode esperar. Mas tá muito complicado. É muita conta, e tudo é dinheiro, e, como não tem ajuda, você tem que pegar seu pagamento na questão da sobrevivência. Ajuda não tem nenhuma. (MARCIA).

O (mau) olhar

Além de determinações econômicas, existem valores e representações que acabam por marginalizar as pessoas que vivem do lixo. “Saí à noite e fui catar papel. Quando eu passava perto do campo de São Paulo, várias pessoas saíam do campo. Todas brancas, só um preto. E preto começou insultar-me: – Vai catar papel minha tia? Olha o buraco, minha tia” (JESUS, 2014c, p. 14).

Essa situação também perpassa a vida das catadoras da Cooperfran: “Tem pessoas que fala: ‘Ah, você trabalha lá no lixo’, sabe? Tem uns que olha pra gente com o olhar de nojo, ‘Ah, trabalhar mexendo com lixo é sujo’. Mas eu nunca dei muita bola não, entendeu? Pode falar que eu sou lixeira, não me atinge” (MARCIA).

Outra cooperada também complementa essa questão: “Só teve uma pessoa que falou assim: ‘Nossa, como que você aguenta trabalhar no meio do lixo?’ Falou para mim uma vez, me olhando com uma cara assim... Falou: ‘Fosse eu não conseguia trabalhar naquela lixaiada’” (BEATRIZ).

As catadoras de materiais recicláveis sofrem estigmas e preconceitos por trabalhar com serviços desvalorizados na sociedade capitalista, como vemos na fala de Carolina:

No sexto, andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço. Quis saber o que eu estava fazendo no elevador. Expliquei-lhe que a mãe de dois menininhos havia me dado-me uns jornaes. Era este o motivo de minha presença no elevador. Pergunte-lhe se era medico ou deputado. Disse-me que era senador. O homem estava bem vestido. Eu estava descalça. Não estava em condições de andar no elevador. (JESUS, 2014c, p. 111).

Os prédios antigos tinham a divisão de elevador social e de serviço. Outro exemplo do racismo na arquitetura é o quarto de empregada, que, além de ficar nos fundos da casa, escondido, não possuía janelas e/ou era pequeno, mal cabendo uma pessoa, quem dirá uma família.

As catadoras invisíveis e a questão ambiental

As trabalhadoras da cooperativa são invisíveis tanto para o poder público, a Prefeitura Municipal de Franca, que não só alocou a cooperativa em um local escondido e afastado, como, desde a sua formação, não investe na estrutura e nos equipamentos.

O artigo “Educação ambiental nas escolas: representações sociais sobre meio ambiente e reciclagem” reforça essa questão da invisibilidade da catadora. O artigo surge da experiência de estágio no Projeto de Educação Ambiental Lixo Consciente, realizado em doze escolas do município de Franca/SP. Como resultado da pesquisa, percebeu-se que, de 110 redações e desenhos de estudantes de quarta e quinta série analisados, apenas duas redações e um desenho faziam menções aos trabalhadores, garis ou catadores, constatando que a reciclagem aparece desassociada do trabalhador (ROSA; GIOMETTI, 2015).

ILUSTRAÇÃO 1 - Desenho do gari



Fonte: BÁRBARA ROSA; ANALÚCIA GIOMETTI (2015).

A sociedade perpassa uma ideologia que culpa as Carolinas (tanto as mulheres negras da cooperativa quanto Carolina Maria de Jesus) pela sua pobreza e seu emprego precarizado, afirmando que são escolhas pessoais ou falta de esforço.

Tanto que, quando Carolina Maria de Jesus se torna escritora e sai da favela para a casa de alvenaria, sua história vira um exemplo midiático de que a meritocracia funciona, propagando o discurso “Quem quer, consegue”. A ideologia dominante, nessas circunstâncias, serve para justificar e conformar a grande maioria, que não consegue ter acesso à riqueza socialmente produzida, invertendo a situação, como se fosse um problema pessoal, e utilizando falsa expectativa de que é possível todos alcançarem a riqueza.

Essa questão gera não só uma invisibilidade social e do poder público, mas atinge também a invisibilidade dos próprios catadores. Na pesquisa de 2015, foi utilizado o

instrumental de fotografias: câmeras fotográficas foram emprestadas aos catadores da cooperativa Cooperfran, e estes tiraram fotos de seu cotidiano de trabalho. Como resultado, a maioria tirou fotos do material reciclável e da esteira, sendo que apenas uma catadora fotografou as colegas de trabalho (ROSA, 2015).

FIGURA 29 – Catadoras trabalhando



Fonte: BÁRBARA ROSA (2015).

As fotografias foram reveladas e levadas, em duas cartolinas, para realização de um estudo focal. Ao rever as fotografias, um dos catadores relatou: “Nossa, só tem lixo nessas fotos e a gente não aparece?” Essa frase comprovou que os próprios catadores não se enxergam em seu trabalho (ROSA, 2015, p. 63).

Além disso, com a pesquisa de campo, constatamos que o poder público abandonou o social e o ambiental. As políticas de reciclagem e o incentivo à cooperativa são poucos, sendo que a preocupação ainda é mais estética, em esconder o lixo, do que em resolver o problema. As questões sociais e ambientais sempre aparecem nas pautas políticas como posteriores às econômicas.

Frente a essa realidade, as catadoras, especialmente as mulheres negras e marginalizadas, são protagonistas de uma mudança ambiental, são responsáveis por uma melhor qualidade de vida para os moradores de Franca/SP. Seu trabalho gera um o impacto mundial, já que a degradação da natureza afeta todos os humanos.

Por isso, trazemos como proposta de políticas educacionais e ambientais, para o município de Franca, divulgação nos bairros acerca da coleta seletiva de resíduos sólidos, esclarecendo dúvidas. Mas, para além disso, é necessária a construção de usina de compostagem municipal para receber os resíduos orgânicos. Esta pode trabalhar em parceria com a cooperativa de catadores já existente, contribuindo com novas formas de renda.

Além disso, outro projeto que contribuiria para acabar com a mistura de materiais recicláveis e orgânicos junto à coleta seletiva é a criação de composteiras para resíduos orgânicos nas residências, desenvolvendo, na cidade, um projeto de compostagem individual, onde o próprio cidadão tem acesso a informações e faz a compostagem em casa.

A seguir, discutimos sobre como a política afeta a vida da autora Carolina Maria de Jesus e das catadoras de materiais recicláveis.

7. Identidade de papel: os preconceitos da cidadã de segunda classe

*Os políticos sabem que eu sou poetisa.
E que o poeta enfrenta a morte quando vê seu povo oprimido.*

Carolina Maria de Jesus, 2014c, p. 39

As Carolinas apresentam histórias de vida individuais, mas têm em comum o processo de negação de seus direitos sociais, sendo restringido a elas um trabalho regular e direitos básicos (acesso a educação, moradia, saúde etc). Nesse contexto, questionamos: as Carolinas são ou não cidadãs?

Para respondermos tal pergunta, retomamos os principais teóricos que abordam concepções sobre Estado. Nelson Coutinho (1994) cita os contratualistas. Hobbes (1588 – 1679) acreditava que o Estado tinha e ser forte, centrado, com legislações, para romper com a selvageria. Locke (1632 – 1704) acreditava que os seres humanos possuíam direitos inalienáveis, tais como à vida, à liberdade e à propriedade privada, sendo papel do Estado garantir tais direitos. Já Rousseau (1712 – 1778) dizia que o ser humano nasce bom, mas a sociedade o corrompe; por isso, para ele, a vontade geral deveria ser respeitada e aplicada.

O autor ainda completa que, depois da influência dos contratualistas, outros pensadores colaboraram na concepção de Estado, como Adam Smith e a sua teoria da “mão invisível”, na qual o livre mercado e a concorrência deveriam acontecer sem regras, tendo, assim, a omissão do Estado.

Somente com Marx e Engels é que o Estado vai ser visto como classista, que visa à manutenção dos interesses da burguesia e à garantia da propriedade privada. Como vemos na explanação a seguir: “[...] essa escravidão do Estado civil é o fundamento natural em que se apoia o Estado moderno [...] a existência do Estado e a existência da escravidão são inseparáveis” (MARX, 2010, p. 60)

Já Gramsci amplia a visão de Estado, como um espaço contraditório: ao mesmo tempo em que garante direitos, é uma instituição coerciva e opressora. É constituído pela correlação de forças entre as classes sociais e pode ser um espaço de autodefesa dos interesses da classe dominante (COUTINHO, 1994). Podemos visualizar essa teoria com a própria história das políticas sociais, que deixam de ter apenas um caráter punitivo e passam a carregar um caráter contraditório, de resistência da classe trabalhadora.

Questão social e o surgimento da assistência social

Os trabalhadores passaram a lutar contra as condições precárias de vida e trabalho. Evidenciando as expressões da questão social, “[...] os trabalhadores começam a superar a heterogeneidade e aos poucos vão se definindo e assumindo estratégias que configuram uma forma de protesto, a sua recusa a serem destruídos pela máquina, devorados pelo capitalismo” (MARTINELLI, 2005, p. 36-37).

Nesse sentido, a questão social é algo inerente ao modo de produção capitalista, visto que um dos principais fundamentos desse sistema é a desigualdade social, causada pela expropriação da riqueza, por meio da mais-valia. Frente a um contexto de pauperismo, os trabalhadores passam a se organizar, fazer greves e protestos. Com a pressão social da coletividade, o Estado é obrigado a propor novas soluções para amenizar os conflitos. Desse modo, passam a surgir as primeiras políticas públicas, visto que somente a caridade, via Igreja católica, não estava respondendo às necessidades da população.

A primeira política social, a Lei dos Pobres (de 1601, na Inglaterra), punia os desempregados, acusando-os de “vagabundagem”, mediante uma separação: os pobres que tinham licença para mendigar (deficientes) e os demais, que eram encarcerados e punidos com tortura física. Logo depois, surgiram as *workhouses*, onde os pobres eram presos e obrigados a trabalhar até a exaustão. “[...] [O]s modelos visualizavam a assistência como uma forma de controlar a pobreza e ratificar a sujeição e a submissão dos trabalhadores. Apoiavam-se essencialmente em três grandes estratégias: a intimidação, a repressão e a punição” (MARTINELLI, 2005, p. 84). Como se complementa a seguir:

[...] o regime das *workhouses*, isto é, das casas dos pobres, cuja organização interna desencoraja os miseráveis de buscar nelas a fuga contra a morte pela fome. Nas *workhouses*, a assistência é engenhosamente entrelaçada com a vingança da burguesia contra o pobre que apela à sua caridade. Como se vê, a Inglaterra tentou acabar com o pauperismo primeiramente através da assistência das medidas administrativas. Em seguida, ela descobriu, no progressivo aumento do pauperismo, não a necessária consequência da indústria moderna, mas antes o resultado do imposto inglês para os pobres. Ela entendeu a miséria universal unicamente como uma particularidade da legislação inglesa. Aquilo que, no começo, fazia-se derivar de uma falta de assistência, agora se faz derivar de um excesso de assistência. Finalmente, a miséria é considerada como culpa dos pobres e, desse modo, neles punida. (MARX, 2010, p. 54).

Com as lutas sociais aumentando a cada dia, o Estado foi obrigado a fazer a Lei *Speenhamland* (1795, na Inglaterra). Substituindo a Lei dos Pobres, a nova lei complementava os salários com o valor do preço do pão. Desse modo, as políticas públicas deixaram de ter apenas um caráter punitivo/coercivo, e passaram a ser um espaço de luta política. Elas se tornaram respostas das expressões da questão social, sendo, ao mesmo tempo, uma forma de conquista de direitos pelos trabalhadores e uma forma de apaziguar, acalmar as manifestações (MARTINELLI, 2005).

Segundo Josiane Santos (2012), a questão social no Brasil tem suas particularidades, devido ao capitalismo brasileiro, que se destaca ora pelo seu caráter conservador, ora por uma perspectiva modernizadora. A economia se baseia principalmente na exportação de matérias-primas e na importação de produtos industrializados, destacando-se por uma base latifundiária de monocultura extensiva. A indústria brasileira, nesse contexto, surge como excedente da agricultura e visa atender apenas ao mercado interno.

Outro aspecto, abordado pela autora, sobre a formação das expressões da questão social no Brasil é que o trabalho era exercido por negros escravizados no período colonial. A formação da população brasileira se constituiu em cima da escravidão, do tráfico negreiro e da produção de matérias-primas/produtos alimentícios. O colonialismo servia para explorar as riquezas naturais a fim de manter o sistema mercantil da Europa. Além do trabalho nas lavouras agrícolas, as pessoas negras eram responsáveis por outras atividades, como vemos na explanação:

Na obra completa de Debret e o Brasil, de Júlio Bandeira e Pedro Correa do Lago, encontramos fotos de telas de 1817 a 1829, hoje expostas no Museu Castro Maia, no Rio de Janeiro, que retratam cenas urbanas brasileiras. Elas nos mostram o negro escravo no exercício de várias tarefas, dentre elas, a da limpeza da cidade e distribuição da água. Os escravos utilizavam enxada para recolher o lixo da rua. O lixo recolhido era colocado em um cesto de palha e, em seguida, arremessado em uma carroça puxada a burros. Em outra tela, vemos os “aguadeiros”: eram seis escravos organizados em três pares, que tinham como função carregar grande tonel de água e distribuir nas residências. (BASTOS, 2014, p. 9).

Nessa passagem, percebemos que quem recolhia o lixo no Brasil, em 1817, eram as pessoas negras. Quando Carolina escreveu seu diário, em 1955, percebemos a predominância de negros e negras coletando papéis. Atualmente, em 2020, nossa pesquisa de campo também comprova que ainda são as mulheres e os homens negros que estão nessa função, mesmo depois de duzentos anos.

Assim, mesmo com a abolição da escravidão, os papéis sociais que as pessoas negras realizavam pouco foram alterados. Os negros e as negras escravizados foram expulsos das fazendas de monocultura, cedendo lugar à mão de obra imigrante assalariada. As pessoas negras ex-escravizadas não conseguiam empregos, porque eram discriminadas pela cor (RIBEIRO, 2018).

Por outro lado, os imigrantes tiveram apoio do Estado. Mesmo sem nenhuma formação, “receberam oportunidades de trabalho e terras para iniciar suas vidas por aqui. Se hoje usufruem de uma realidade diferente da dos negros foi porque receberam auxílio deste país para isso, o que não ocorreu com a população negra [...]” (RIBEIRO, 2018, p. 64).

O avô de Carolina é um exemplo de um negro ex-escravizado que vivenciou esse período. Após a abolição, as pessoas negras passaram a ocupar os trabalhos informais e temporários. Também constituíram a população que passou a morar na rua. Assim, junto com a abolição, surge uma classe trabalhadora imigrante branca, que ocupa os melhores lugares ocupacionais, conseqüentemente sendo a única beneficiária das políticas sociais do Brasil.

Carolina vivencia esse período, acompanhando o governo ditatorial de Getúlio Vargas, a crise da oligarquia cafeeira em 1929 e a nova política de industrialização/urbanização interna. Segundo Joseane Santos (2012), Getúlio investe nas políticas públicas, criando o Ministério do Trabalho, em 1930, e o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde, em 1932. E, em 1933, cria os Institutos de Aposentadorias e Pensões (Iaps), abrangendo mais categorias profissionais e substituindo a Caps, que apenas atendia ferroviários. Com o governo de Getúlio, passou a haver um êxodo do campo para cidade. “[...] [N]ós os favelados somos homens do campo. Devido os fazendeiros nos explorar ilimitadamente deixamos as fazendas e vamos par a cidade” (JESUS, 1961, p. 91-92).

O período da República Velha foi marcado por uma economia de exportação, e o coronelismo detinha o poder econômico e político. O governo de Getúlio Vargas investiu na indústria, e isso ocasionou o aumento da classe operária. Nesse contexto, surge o serviço social. A princípio, teve forte influência da Igreja católica; baseava-se no humanismo cristão. A profissão, nessa época, correspondia aos interesses da classe dominante. Acreditava-se em uma harmonia entre as classes, pregando a obediência por parte dos trabalhadores e a caridade dos capitalistas. Nesse período, a profissão se

orientava pela encíclica papal “Rerum Novarum”, escrita pelo Papa Leão XII, que visava combater o socialismo e protegia a propriedade privada.

O Serviço Social, então, atendia à classe trabalhadora imigrante branca, ou seja, a população negra ficava sob repressão policial, sem direitos e empregos regulares. “[...] [A] identidade atribuída do Serviço Social [...] levava à produção de uma prática que se expressava fundamentalmente como mecanismo de reprodução das relações sociais de produção capitalista, como uma estratégia para garantir a expansão do capital.” (MARTINELLI, 2005, p. 124).

A autora/personagem Carolina Maria de Jesus também vivenciou o governo de Juscelino, período em que escreveu seu diário. Esse presidente visava a construção de um Estado moderno. Seu plano de metas era realizar 50 anos em cinco, expandindo o crescimento industrial, “com investimentos na produção de aço, alumínio, metais não ferrosos, cimento, celulose, borracha, maquinaria pesada e equipamento elétrico, etc” (SANTOS, 2015, p. 59).

Lara Santos ainda conclui que “[...] as narrativas do diário de Carolina mostraram que para além do desenvolvimento, havia um quadro problemático de pobreza e descaso” (2015, p. 59). Para a autora, três tipos foram protagonistas da industrialização e urbanização rápida: o imigrante estrangeiro, migrante rural e o negro urbano. “[...] [C]omo Carolina, que fazia parte da massa de negros das cidades que foram abandonados à própria sorte após abolição, ocupados nos trabalhos mais pesados e mais precários [...]” (SANTOS, 2015, p. 59-60).

No governo de Juscelino, a profissão do Serviço Social sofre influência da assistente social Mary Richmond. Os assistentes sociais brasileiros passaram a copiar o modelo norte-americano, trabalhando em perspectivas individuais, segundo as quais o sujeito tinha de se adaptar ao meio social. A questão racial, nesse período, ainda é invisibilizada pela profissão, como vemos pela fala da Carolina ao descrever a situação de um homem em condição de rua:

A fome era tanta que ele não pode deixar assar a carne. Esquentou-a e comeu. Para não presenciar aquele quadro, saí pensando: faz de conta que eu não presenciei esta cena. Isso não pode ser real num paiz fértil igual ao meu. Revoltei contra o Serviço Social que diz ter sido criado para reajustar os desajustados, mas não toma conhecimento da existência infaustas dos marginais. [...] No outro dia encontraram o pretinho morto. Os dedos do seu pé abriram. O espaço era de vinte centímetros. Ele aumentou-se como se fosse de borracha. Os dedos do pé parecia leque. Não trazia documentos. Foi sepultado como um Zé qualquer. Ninguém procurou saber seu nome. Marginal não tem nome. (JESUS, 2014c, p. 40).

As ações do governo Juscelino repercutiram negativamente na população. Carolina Maria de Jesus faz uma crítica ao Serviço Social: “Os favelados aos poucos vão se convencendo-se que para viver precisam imitar os corvos. Eu não vejo eficiência no Serviço Social em relação ao favelado” (2014c, p. 41). Em uma passagem do livro, demonstra que, ao buscar auxílio assistencial, acaba sendo presa:

Em julho de 1957 eu fiquei doente e percorri as sedes do Serviço Social. Devido a carregar muito ferro fiquei com dor nos rins. Para não ver os meus filhos passar fome fui pedir auxílio ao propalado Serviço Social. Foi lá que vi as lágrimas deslizar dos olhos dos pobres. Como é pungente ver os dramas que ali se desenrola. A ironia como são tratados os pobres. A única coisa que eles querem saber são os nomes e os endereços dos pobres [...] – Eu vim aqui pedir um auxílio porque estou doente. O senhor mandou me ir na Avenida Brigadeiro Luis Antonio, eu fui. Avenida Brigadeiro mandou-me ir na Santa Casa. E eu gastei o único dinheiro que eu tinha com as conduções. – Prende ela! Não me deixaram sair. E um soldado pois a baioneta no meu peito. Olhei o soldado nos olhos e percebi que ele estava com dó de mim. (JESUS, 2014c, p. 42).

A autora/personagem critica a política do país, além de mostrar a pobreza vinculada a fatores econômicos e políticos: “[...] o meu filho João José disse-me: – Pois é. A senhora disse-me que não ia mais comer as coisas do lixo. Foi a primeira vez que eu vi a minha palavra falhar. Eu disse: – É que eu tinha fé no Kubstchek” (JESUS, 2014c, p. 39). Em seus relatos, podemos ver que os favelados viviam sem água encanada e energia elétrica, as mulheres lavavam as roupas no rio Tietê e, em outras passagens, a escritora fala do fedor do lixo nas redondezas da favela.

Por Carolina fazer denúncias sociais, ela sofre retaliação e passa por um processo de silenciamento. Depois de Juscelino e da renúncia de Jânio Quadros, logo após o lançamento de alguns livros de Carolina, instaura-se a ditadura militar, em 1964. Esse período ficou marcado pela repressão, tanto que as obras de Carolina sumiram das livrarias e ela não conseguiu publicar mais.

O Brasil precisa ser dirigido por alguém que passou fome

Carolina afirmava: “O Brasil precisa ser dirigido por uma pessoa que já passou fome. A fome também é professora. Quem passa fome aprende a pensar no próximo, e nas crianças” (JESUS, 2014c, p. 29). Ainda no livro *Quarto de despejo*, a autora complementa: “De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não soluciona a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários” (JESUS, 2014c, p. 40).

Durante a ditadura militar, o conteúdo de sua obra foi tido como comunista: “Fui na sapataria retirar os papéis. Um sapateiro perguntou-me se o meu livro é comunista. Respondi que é realista. Ele disse-me que não é aconselhável escrever a realidade” (JESUS, 2014c, p. 108). Em uma entrevista, desabafa:

Disseram que sou comunista porque tenho dó dos pobres e dos operários que ganham insuficientes para viver. E não tem um defensor sincero a não ser as greves, meios que recorrem para melhorar suas condições de vida. Mas são tão infelizes que acabam sendo presos e dispensados do trabalho. Conclusão: o operário não tem direito de dizer que passa fome. Quando os homens for super-cultos eles hão de liberar as terras e quem quiser plantar, planta. E não haverá fome no mundo. As terras tem que ser livres igual o sol. (JESUS, 1961, p. 105).

Como vemos na entrevista realizada com Carolina, sua visão de mundo e sua denúncia social incomodavam a ditadura militar. A escritora “escancarava” a pobreza que o governo tanto queria “esconder”, mostrava que essa “modernização conservadora” trazia benefícios só para alguns.

Além disso, em passagens do seu livro, a autora traz a questão da divisão de terras. “P. – E se a senhora fosse governador, o que fazia? R. – Queria dar impulso na lavoura, aproveitar as terras, construir casas com todo conforto e colocar os favelados. Eles trabalham nas lavouras e teriam mais conforto moral e físico” (JESUS, 1961, p. 38). Carolina falava em reforma agrária, mesmo que de forma inocente:

Eu ia contemplando as paisagens majestosas e a quantidade de terras incultivadas. Ficava pensando: com tantas terras abandonadas e o povo passando fome! Essas terras pertencem aos capitalistas. Ninguém pode chegar e plantar algo sem seu consentimento. Eles tem dinheiro para pagar a Dona Lei e suas confusões. O mundo para ser bom é preciso que as terras sejam livres. O homem poderá desfrutar a terra, porque ela é inesgotável. As terras sendo livres todos plantam e a miséria se extingue-se. Um povo bem alimentado é um povo feliz [...] Porque é que o governo não distribui as terras para o povo? Eu penso isto, mas não digo porque se eu disser isto os capitalistas vão dizer: - A Carolina é vermelha. É ignorante e semi-analfabeta. (JESUS, 1961, p. 85).

Ainda sem liberdade

Os preceitos da democracia e do capitalismo são contraditórios; a democracia, de fato, não se efetiva em um espaço em que o capital se apropria dela. “A democracia está perdendo os seus adeptos. No nosso país tudo está enfraquecendo. O dinheiro é fraco. A democracia é fraca e os políticos fraquíssimos. E tudo o que está fraco, morre um dia” (JESUS, 2014c, p. 39).

Nesse sentido, a população negra, quando consegue a abolição da escravatura, não consegue uma emancipação ou uma liberdade plena. Ela não se submete mais ao escravista, mas se submete, agora, ao patrão, em um subemprego que lhe garante a sobrevivência. “E no que diz respeito ao histórico da população negra no Brasil, não é possível ainda falar em emancipação. A abolição da escravatura foi ‘liberdade’ institucional, garantia de alguns direitos civis, políticos e sociais, mas não ‘retirar a mão que agarra’ [...]” (FREITAS, 2017, p. 117).

A emancipação política se constitui no sentido de que “todos são iguais perante a lei”, mas não há oportunidades iguais, visto que ocorrem restrições por causa do gênero e da cor. Apesar de Carolina viver em outros momentos políticos, parece que algumas falas se repetem:

A política atual tá uma bosta, com o perdão da palavra. Não preciso te falar mais nada. Tá uma bosta mesmo. Nossa, esse presidente tá uma porcaria. Presidente ruim, prefeito aqui. Enfim, um monte de merda. Então, fazer o quê? Não tá bom nosso presidente. Cada dia ele tá metendo os pés pelas mãos. E nosso prefeito aqui, coitado... O público não tem ajudado, é o privado que tem dado apoio e recursos para nós. Tanto que precisamos que a prefeitura dê a cessão de espaço, para que a empresa privada comece a reforma na cooperativa, mas até agora nada. (DHOU).

Essa questão se reafirma quando Carolina conta que os políticos só se aproximavam para angariar votos, visitando a favela somente para se eleger, depois sumindo. “Os vizinhos ricos de alvenaria dizem que somos protegidos pelos políticos. É engano. Os políticos só aparece aqui no quarto de despejo, nas épocas eleitorais” (JESUS, 2014c, p. 45).

Esse acontecimento também aparece nos relatos das catadoras: “Eles vêm aqui em época de eleição, sempre, e depois some como sempre, né? Ainda mais se ganhar, aí some mesmo [risos]. Você olha, vê que eles estão com nojo, mas estão ali com a gente. Pergunta como é o serviço, as coisas. Só conversinha, como sempre” (EMANUELLY). Outra entrevistada completa:

Nossa senhora, aparece várias propostas. Mas aí entra num ouvido, sai no outro. A gente nunca dá bola. Porque só vem, fala, fala, fala, passou o ano da política acabou. Esquece. A gente escuta, porque tem educação, mas nem coloco mais fé. Não acredito em promessa de nenhum político. Nenhum. (DHOU).

É consenso, para as trabalhadoras, que a cooperativa precisa de novos maquinários e reforma na estrutura. A fala de uma entrevistada – “A prefeitura podia ajudar mais. Eles tando aqui, dando mais apoio pra gente” (BEATRIZ) – mostra que a prefeitura tem uma postura de omissão quanto à sua responsabilidade perante o lixo e perante os cidadãos que vivem do lixo.

Podemos perceber que a questão social aparece em toda a vida e obra de Carolina Maria de Jesus, bem como nas histórias das catadoras de materiais recicláveis. As políticas públicas e a intervenção do Estado também aparecem de modo pejorativo em suas vidas, não como garantia de direitos sociais, mas como omissão instituída; não uma circunstância inocente, mas intencional, de manutenção do *status quo*, de conservação da situação de pobreza. Vemos essa ausência do Estado na fala a seguir:

Eu nem tenho o que falar. Pra mim, política é nada. Não flui, não retribui. Acho que foi tantas decepções que já aconteceu que a gente acaba não dando muita importância. Muita promessa. Às vezes, você vai lá, confia na pessoa, vai fazer alguma coisa, e a pessoa não faz. É benefício próprio, não pensa naquele que ajudou a colocar ele lá dentro. Aí a gente acaba que se decepcionando. Pra mim, é como se não tivesse política. (MARCIA).

Por fim, Carolina descreve um país de políticos corruptos: “Hoje o Brasil é pobre porque as verbas do País não vai para o Tesouro. Vai para os bolsos dos meus políticos que duplicam dia a dia igual as estrelas do céu” (JESUS, 1961, p. 67). Mais do que isso, ela descreve o descaso dos políticos com as causas sociais: “Um governo que não sana a aflição de seu povo, é um governo ausente” (JESUS, 1963a, p. 25).

Outra catadora completa, afirmando esse descaso: “Eu não gosto de política, acho sujo, se eu pudesse não votava, não muda em nada. Quem sempre se ferra é a gente que é mais pobre, aí sobe a luz, sobe tudo. Não estão nem aí, não estão aí com a gente não” (EMANUELLY).

Política em tempos de pandemia

As condições sociais das catadoras se complicaram ainda mais diante da pandemia de coronavírus (Covid-19). Segundo Marcos Antônio Silva (2020), o coronavírus tem se caracterizado como uma doença não democrática, visto que dados mostram que têm afetado sujeitos mais vulneráveis histórica e socialmente, como as pessoas negras que residem nas favelas.

A política do governo frente à pandemia retoma preceitos eugenistas do século XIX, minimizando a doença, uma vez que ela levará à morte de idosos, pessoas com doenças pré-existentes e, também, de negros e pardos favelados/pobres, visto que estes são mais vulneráveis às doenças, moram em residências precárias e têm atendimento médico de pior qualidade.

A cidade de Franca/SP confirmou 3.268 pacientes infectados e 59 óbitos causados pela doença no mês de outubro (GI, 2020). Diante dessa realidade, a cooperativa foi fechada no dia 24 de março de 2020. Os cooperados ficaram à mercê de caridade e do auxílio emergencial de 600 reais, sendo que não foram todos os que tiveram acesso ao benefício.

Uma das campanhas realizadas foi o “SOS Cooperfran”, na qual 35 artistas francanos doaram 58 obras de arte; 45 delas foram compradas, e o dinheiro foi revertido para a cooperativa. Uma outra iniciativa foi a “Doação Café com Leite”: no dia 20 de maio, as empresas Café Labareda e Leite Jussara doaram café e leite para os catadores. No dia 29 de maio, houve doação de cestas básicas, conseguidas através do dinheiro arrecadado pelo site Vakinha Virtual (figura 30). Além de uma parceria entre o Serviço Social da Indústria (Sesi) e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), que entregou 40 marmitas diárias nos meses de maio e junho. Em maio, junho e julho, houve realização de uma horta através do “Projeto Horta na Cooperfran”.

FIGURA 30 – Vakinha Virtual



Fonte: Foto tirada por catadora (2020).

No dia 10 de agosto de 2020, os catadores de materiais recicláveis tiveram o retorno das atividades. A Prefeitura Municipal de Franca disponibilizou exame para todos, e duas catadoras apresentaram a doença. Os demais e as demais voltaram ao trabalho, afora, também, pelo grupo acima de 60 anos, que permaneceu em casa, mas sem prejuízo de sua retirada mensal.

Conclusões e ponderações: para entender o mundo é preciso engolir uma vida

Percebi que é horrível ter só ar dentro do estômago.

Carolina Maria de Jesus, 2014c, p. 47

Querida Bitita,

Infelizmente, o mundo não mudou. Vemos as mesmas teorias eugenistas do século XIX, reatualizadas. Os negros e as negras, há duzentos anos, desempenham os mesmos trabalhos, são empregados domésticos e responsáveis pelo lixo. Ainda escravizados, alguns com carteiras assinadas, outros nem com isso. As catadoras da Cooperfran vivem expostas a doenças, sem direitos trabalhistas, décimo terceiro etc. O trabalho análogo à escravidão é comum às pessoas negras no Brasil.

Carolina, conhecendo sua história, e, conseqüentemente, você, percebo que a identidade não é algo pronto e acabado; a identidade é movida pela vida, ela é viva. Assim como o trabalho de reciclagem, ela se recicla, se renova. Poderíamos dizer que – em um século marcado pela informalidade, pelo fechamento de postos de trabalho, pelo desemprego –, as catadoras, as Carolinas, encontraram no lixo uma maneira de reinventar a vida. Mas acho que elas não se reinventaram; esse sempre foi o lugar das pessoas negras. Por mais que mudem os modelos econômicos, as pessoas negras permanecem nos trabalhados mais precários.

Percebemos que há um interesse ideológico por trás da identidade, há uma questão política. Quanto menos identidade o sujeito tiver, melhor. Quanto menos identidade com a classe social, com o gênero, com a etnia-raça, com os outros seres humanos, mais fácil de manipular. No nosso século, o indivíduo está sendo impossibilitado de ter uma identidade emancipada e livre. As catadoras apresentam histórias de vidas individuais, mas opressões em comum, como o trabalho infantil, a fome, a pobreza, o não acesso à educação, o racismo, o machismo, a desigualdade social etc.

A fome está atualizada; esse ar no seu estômago preenche o mesmo vazio na boca das catadoras. Ainda hoje, é necessário comer do lixo para sobreviver. O racismo persiste, e continuamos fingindo que ele não existe, mas as pessoas ainda o sentem. O genocídio da população negra é institucionalizado pelo governo. Se eu fosse fazer uma lista de todos os jovens negros que morrem, nesse período de pesquisa, seria enorme. A branquitude

não reconheceu seus privilégios, não se vê como etnia-raça e ainda permanece hegemônica nas mídias, na política e na economia. Vivemos sob dominação imperialista, colonialista e racista.

Como uma mulher branca antirracista, percebo que as pessoas brancas racistas não falam do mesmo racismo que as negras, reduzem o termo a manifestações violentas ou ofensivas, esquecendo que ele está no cotidiano, nas relações sociais, em tudo. A direita, como vemos pelo livro *Não somos racistas*, do jornalista Ali Kamel (2006), aponta que o problema do Brasil não é o preconceito com a etnia-raça, mas a desigualdade social.

A esquerda, no entanto, costura esse mesmo código pelo avesso, quando afirma que a categoria trabalho é mais importante, é central, deixando à margem gênero e etnia-raça, ou que devemos, primeiro, fazer uma revolução social para, depois, pensarmos nessas outras questões. Generalizações tanto da esquerda como do feminismo – “Somos todos trabalhadores”, “Somos todas mulheres” – escondem aspectos racistas.

Por isso, vejo a literatura como um dos caminhos para a criação de uma nova realidade, de um país antirracista. Isso se deve pela potência política que a literatura possui: ela cria memória para os silenciados; através das histórias, lembramos. E isso dificulta a repetição de histórias de sofrimento.

Tanto as Carolinas como você, minha querida Bitita, mostram a importância das histórias e memórias das mulheres negras, a relevância dos estudantes negros cotistas que têm escancarado a escassez de referências negras na universidade. O grande valor do material escrito por teóricas e teóricos negros, que tem nos possibilitado analisar para além das “lentes” masculinas e brancas.

Ainda hoje, existem muitas Carolinas, assim como você: a mesma vida, a mesma morte, são muitas severinas iguais em tudo na vida. Acordando dia após dia “baratas”, invisíveis, sobrevivendo dos restos do sistema capitalista e resistindo em suas palavras, em suas histórias.

Nós, mulheres brancas e negras, que escrevemos apenas diários, cartas e “não fazemos ciência, nem literatura”, somos sentimentais demais para mudar o mundo, porque não fazemos guerra, não massacrados, expolíamos, apenas contamos histórias como Conceição Evaristo, como Maria Firmina dos Reis, como tantas outras que ainda virão a contar e a fazer novas histórias.

Bibliografia

- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- ADICHE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.
- ADORNO, Theodor Ludwig Wiesengrund; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**: fragmentos filosóficos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 1985.
- ALENCAR, José de. **Iracema**. E-galáxia, 2017.
- AMADO, Jorge. **Gabriela, cravo e canela**. São Paulo: Livraria Martins Editora, 1958.
- ANDRADE, Mário de. **Macunaíma**. Editorial CSIC-CSIC Press, 1988.
- ANGELOU, Maya. **Eu sei por que o pássaro canta na gaiola**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1996.
- AZEVEDO, Aluísio. **O cortiço**. São Paulo: Principis, 2019.
- BARBOSA, Rosangela Nair de Carvalho. **A economia solidária como política pública**: uma tendência de geração de renda e ressignificação do trabalho no Brasil. São Paulo: Cortez, 2007.
- BASTOS, Liliana Cabral. Contando histórias em contextos espontâneos e institucionais—uma introdução ao estudo da narrativa. **Caleidoscópico**, v. 3, n. 2, p. 74-87, 2005.
- BASTOS, Valéria Pereira. **Profissão: catador**: um estudo do processo de construção de identidade. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- BAUMAN, Zygmunt. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.
- BAUMAN, Zygmunt. **Vida líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.
- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**: fatos e mitos. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1949.
- BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e branquitude no Brasil. In: **Racismo institucional**, 2017.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1994.

BRASIL. **Lei 7.716, de 5 de janeiro de 1989.** Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília. 5 jan. 1989. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/17716.htm>

BRASIL. Presidência da República. **Lei 12.305, de 2 de agosto de 2010.** Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Brasil, 2010.

BRASIL. Presidência da República. **Lei 13.467, de 13 de julho de 2017.** Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm>

BRUNDTLAND, Gro Harlem; COMUM, Nosso Futuro. **Relatório Brundtland.** Our Common Future: United Nations, 1987.

CARNEIRO, Sueli. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: ASHOKA EMPREENDIMENTOS SOCIAIS; TAKANO CIDADANIA (Orgs.). **Racismos contemporâneos.** Rio de Janeiro: Takano Editora, 2003, p. 49-58.

CÉSAR, Ana Cristina. **Crítica e tradução.** Rio de Janeiro: Editora Geral, 1999.

CHAUÍ, Marilena. Senso Comum e transparência. In: J. Lerner (Org.), **O preconceito.** São Paulo, Imprensa Oficial do Estado, 1996, 1997.

CIAMPA, Antônio da Costa. **A estória do Severino e a história da Severina:** um ensaio de psicologia social. São Paulo: Editora Brasiliense, 2005.

CIAMPA, Antônio da Costa. Identidade. In: LANE, Silvia et al. **Psicologia social: o homem em movimento.** São Paulo: Editora Brasiliense, 1984. p. 58-78.

COSTA, Fernando Braga. **Homens invisíveis:** relatos de uma humilhação social. São Paulo: Globo, 2004.

COUTINHO, Nelson. **Marxismo e política:** a dualidade de poderes e outros ensaios. São Paulo: Cortez, 1994.

CRENSHAW, Kimberlé. **Mapeando as margens:** interseccionalidade, políticas de identidade e violência contra mulheres não-brancas. Disponível em: <[https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violenciacontra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw% E2, 80](https://www.geledes.org.br/mapeando-as-margens-interseccionalidade-politicas-de-identidade-e-violenciacontra-mulheres-nao-brancas-de-kimberle-crenshaw%20E2%80)>. Acesso em: 20 abr. 2020.

D'ADESKY, Jacques. **Pluralismo étnico e multi-culturalismo:** racismo e antiracismo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas, 2001.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe.** São Paulo: Boitempo, 2013.

DIOP, Cheikh Anta. Origem dos antigos egípcios. In: Ki-Zerbo, Joseph. **História geral da África**. v. 2. Brasília: Uneso, 2010.

DOMINGOS, Luis Tomas. A visão africana em relação à natureza. Anais do III Encontro Nacional do GT História das Religiões e das Religiosidades. ANPUH. Questões teórico-metodológicas no estudo das religiões e religiosidades. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v. III, n. 9, 2011.

ENTINI, Carlos Eduardo. Carolina Maria de Jesus, a escritora da favela. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 3 fev. 2016. Disponível em: <<https://acervo.estadao.com.br/noticias/acervo,carolina-maria-de-jesus-a-escritora-da-favela,12001,0.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

EVARISTO, Conceição. **Becos da memória**. Rio de Janeiro: Pallas, 2017.

EVARISTO, Conceição. **Insubmissas lágrimas de mulheres**. Rio de Janeiro: Malê, 2016.

EVARISTO, Conceição. **Poemas da recordação e outros movimentos**. Belo Horizonte: Nandyala, 2008.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. SciELO-EDUFBA, 2008.

FARIAS, Tom. **Carolina**: uma biografia. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

FERNANDEZ, Raffaella Andréa. Negritude obliterada nos poemas e na obra de Carolina Maria de Jesus. **Estudos Linguísticos e Literários**, n. 59, p. 381-393, 2018.

FESTA LITERÁRIA DAS PERIFERIAS (FLUP). Flup 2020 homenageia Carolina Maria de Jesus e Lélia Gonzalez. **FLUP**. Disponível em: <<https://www.flup.net.br/homenageada>>. Acesso em: 03 out. 2020.

FERREIRA, M. M. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, C. F.; VAINFAS, R. **Novos Domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

FONSECA, Dagoberto José. Uma ideia, um ideal, uma missão: as utopias que herdamos de nossos antepassados e dos que virão – filhos e filhas. In: MALOMALO, Bas Ílele; FONSECA, Simone de Loiola Ferreira (Orgs.) **Intelectualidade coletiva negra**: memórias, educação e emancipação [recurso eletrônico] / Dagoberto José Fonseca; Bas Ílele Malomalo; Simone de Loiola Ferreira Fonseca (Orgs.) --Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2018.

FONSECA, Dagoberto José. **Você conhece aquela?:** a piada, o riso e o racismo à brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2012.

FONSECA, Maria Nazareth Soares et al. Autores afro-brasileiros contemporâneos. In: LIMA, Maria Nazaré; NAZARÉ, Maria (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/Brasília: Fundação Cultural Palmares, p. 113-177, 2006.

FORRESTER, Viviane. **O crime ocidental**. São Paulo: Editora Estadual Paulista, 2006.

FREITAS, Taís Pereira de. **Mulheres negras na educação brasileira**. Curitiba: Appris, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. São Paulo: Global, 2003.

GEERTZ, Clifford. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

GELEDÉS. **Professor diz que obra de Carolina Maria de Jesus não é literatura e provoca embate no RJ**. Matéria dia 21 de abril de 2017. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/professor-diz-que-obra-de-carolina-maria-de-jesus-nao-e-literatura-e-provoca-embate-no-rj/>>. Acesso em: 22 ago. 2020.

GELEDÉS. **Negra, ex-catadora e “favelada”**: você conhece a escritora mineira lida em 14 línguas?. Matéria dia 3 de maio de 2005. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/negra-ex-catadora-e-favelada-voce-conhece-escritora-mineira-lida-em-14-linguas/>>.

GOMES, Nilma. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações racistas no Brasil: uma breve discussão. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. **Tempo Brasileiro**, v. 92, n. 93, p. 69-82, 1988.

GOOGLE MAPS. **Trajetos do centro até a Cooperativa de Catadores de Materiais Recicláveis de Franca e Região (Cooperfran) - (8,9 km)**. Google, c2019. Disponível em: <[GUIMARÃES, Bernardo. **A escrava Isaura**. FTD Editora, 2011.](https://www.google.com.br/maps/dir/Centro,+Franca+-+SP/COOPERFRAN+-+Rua+Trist%C3%A3o+de+Almeida+-+Distrito+Industrial+Antonio+Della+-+Torre,+Franca+-+SP/@-20.5379088,-47.4681758,13z/data=!3m1!4m1!4m1!4m1!5m1!1s0x94b0a62536ba808d:0xe0647dc2e10728e2!2m2!1d-47.4012602!2d-20.5366894!1m5!1m1!1s0x94ba083e8381d851:0xc32b12aa286a32c8!2m2!1d-47.464044!2d-20.5444194!3e2>”. Acesso em: 22 jul. 2019.</p></div><div data-bbox=)

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 2011.

HOOKS, Bell. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, v. 3, n. 2, p. 464, 1995.

HOOKS, Bell. **Olhares negros: raça e representação**. São Paulo: Elefante, 2019.

HOOKS, Bell. Vivendo de amor. **O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe**, v. 2, p. 188-198, 2000.

JESUS, Carolina Maria de. **Antologia pessoal**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

JESUS, Carolina Maria de. **Casa de alvenaria**: diário de um ex-favelada. São Paulo: Livraria Francisco Alves, 1961.

JESUS, Carolina Maria de. **Diário de Bitita**. São Paulo: Editora SESI, 2014a.

JESUS, Carolina Maria de. **Onde estaes felicidade?**. São Paulo: Me Parió Revolução, 2014b.

JESUS, Carolina Maria de. **Pedaços da fome**. Editôra Aquila, 1963b.

JESUS, Carolina Maria de. **Provérbios**. São Paulo: [s. n], 1963a.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo**: diário de uma favelada. São Paulo: Ática, 2014c.

JORNAL EL PAÍS. Conceição Evaristo na ABL: um passo para descolonizar o pensamento. **Jornal El País**, 29 ago. 2018. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2018/08/29/opinion/1535572605_988143.html>. Acesso em: 3 out. 2020.

JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO. Obra de Carolina Maria de Jesus enfim será editada e publicada. **Jornal Folha de São Paulo**, 29 ago. 2020. Disponível em: <<https://cultura.estadao.com.br/noticias/literatura,especial-obra-de-carolina-maria-de-jesus-enfim-sera-editada-e-publicada,70003417547>>. Acesso em: 3 out. 2020.

JORNAL NEXO. Os livros que os deputados querem tirar do vestibular da UFSC. **Jornal Nexo**, 23 set. 2019. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/expresso/2019/09/23/O-livro-que-deputados-querem-tirar-do-vestibular-da-UFSC>>. Acesso em: 3 out. 2020.

JORNAL O GLOBO. Contágio desacelera, mas Franca, SP, tem maior número de mortes por Covid-19 em setembro. **Jornal G1**, 1 out. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/ribeirao-preto-franca/noticia/2020/10/01/contagio-desacelera-mas-franca-sp-tem-maior-numero-de-mortes-por-covid-19-em-setembro.ghtml>>. Acesso em: 3 out. 2020.

JORNAL O GLOBO. Escritora gaúcha diz que teve participação em Feira do Livro de Nova Hartz cancelada por 'linguajar inadequado'. **Jornal G1**, 13 nov. 2019. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/11/13/feira-do-livro-de-nova-hartz-cancela-convite-a-escritora-gaucha-e-editora-critica-censura.ghtml>>. Disponível: 03 out. 2020.

JOVINO, Ione da Silva. Literatura infanto-juvenil com personagens negros no Brasil. In: LIMA, Maria Nazaré; NAZARÉ, Maria (Orgs.). **Literatura afro-brasileira**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais/Brasília: Fundação Cultural Palmares, p. 179-217, 2006.

KAFKA, Franz. **A metamorfose**. São Paulo: Principis, 2018.

KAMEL, Ali. **Não somos racistas**: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006.

KILOMBA, Grada. **Plantation memories**: episodes of everyday racism. Münster: Unrast Verlag, 2012. Disponível em: <<https://goo.gl/w3ZbQh>>. Acesso em: 25 set. 2017.

KI-ZERBO, Joseph. **Para quando a África?**. Rio de Janeiro: Pallas, 2006.

LIMA, Márcia Regina de. **Serviços de branco, serviços de preto**: um estudo sobre cor e trabalho no Brasil urbano. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LOBATO, Monteiro. **Caçadas de Pedrinho**. Editora Montecristo, 2018.

MALOMALO, BasÍlele; FONSECA, Simone de Loiola Ferreira (Orgs.). **Intelectualidade coletiva negra**: memórias, educação e emancipação [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

MARTINELLI, M. L. **Serviços Social**: Identidade e Alienação. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MARTINS, Marinildes Pereira. **O negro cristalizado**: a permanência de estereótipos, distorções e preconceitos na teledramaturgia brasileira. 2013. 90 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação e semiótica). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013.

MARX, Karl. **Glossas críticas marginais ao artigo “O rei da Prússia e a reforma social: de um prussiano”**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. Lisboa: Avante, 1993.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. t. 1, v. 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Cultura, arte e literatura**: textos escolhidos. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

MBEMBE, Achille. **Crítica da razão negra**. Lisboa: Editora Antígona, 2014.

MCCANN, Hannah et al. **O livro do feminismo**. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom; LEVINE, Robert, M. **Cinderela negra**: a saga de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. Edições Loyola, 2000.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e vida severina**: auto de Natal pernambucano. ed. especial. Alfaguara, 2016.

MENDES, Rita de Cássia Lopes. **Os catadores e seletores de material reciclável**: o social e o ambiental na lógica do capitalismo. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Estadual Paulista, 2009.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: HUCITEC – ABRASCO, 1994.

MNCR - Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis. Setor de Comunicação, 21 mar. 2014. Disponível em: <http://www.mnccr.org.br/box_2/noticias-regionais/mulheres-sao-maioria-entre-catadores-organizados-em-cooperativas>. Acesso em: 16 jul. 2013.

MONTEIRO, Charles. História, fotografia e cidade: reflexões teórico-metodológicas sobre o campo de pesquisa. **Métis**, v. 5, n. 9, p. 11-23, jan./jun, 2006.

MOORE, Carlos W. **Racismo e sociedade**: novas bases epistemológicas para entender o racismo. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007. Disponível em: <http://www.ipeafro.org.br/home/br/acervo-digital/45/79/177/racismoesociedade_carlosmoore>. Acesso em: 17 jul. 2015.

MORIN, Edgar. **O método 5**: a humanidade de humanidade. Porto Alegre: Sulina, 2005a.

MORIN, Edgar. **O método 6**: a ética. Porto alegre: Sulina, 2005b.

MORRISON, Toni. **Amada**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2007.

MORRISON, Toni. **A origem dos outros**: seis ensaios sobre racismo e literatura. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

MORRISON, Toni. **O olho mais azul**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2019.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional versus identidade negra. Belo Horizonte. Autêntica, 2006.

MUNANGA, Kabengele. Apresentação. In: MUNANGA, Kabengele (Org.). **Superando o racismo na escola**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. **Palestra proferida no III Seminário Nacional Relações Raciais e Educação**. PENESB-RJ, 05/11/2003. Disponível: <https://www.ufmg.br/inclusãosocial/?p=59>

NEVES, Lucília de Almeida. Memória, história e sujeito: substratos da identidade. **História oral**, [s.l.], v. 3, p. 109-16, 2000.

OLIVEIRA, Pâmela Mara de. **Análise crítica da política nacional de resíduos sólidos a partir da reciclagem e o trabalho dos catadores e catadoras.** 2019.

PACHECO, Ana Claudia Lemos. **Mulher negra: afetividade e solidão.** Edufba, 2013.

PATROCÍNIO, Stela de; MOSÉ, Viviane. **Reino dos bichos e dos animais é o meu nome.** Azougue Editorial, 2001.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização do trabalho no século XX: taylorismo, fordismo e toyotismo.** São Paulo: Expressão Popular, 2013.

PRADO, Marcos (Diretor). **Estamira [Brasil]: produção independente,** 2004.
<<https://www.youtube.com/watch?v=ibuo079DGF8>>.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Localização da favela do Canindé no mapa de 1950.** São Paulo: Prefeitura de São Paulo [2019?]. Escala: 1: 25000 – 1: 40000.

Disponível em:

<http://smul.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1951.jpg>. Acesso em: 22 jul. 2019.

QUERIDO, Alessandra Matias. Autobiografia e autorretrato: cores e dores de Carolina Maria de Jesus e de Frida Kahlo. **Estudos Feministas**, p. 881-899, 2012.

RAMOSE, Mogobe. Sobre a legitimidade e o estudo da Filosofia Africana. **Ensaios filosóficos**, v. 4, p. 6-23, 2011.

REIS, Maria Firmina dos. **Úrsula.** São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2018.

REVISTA CULT. **Escritor é acusado de racismo por trecho em biografia de Clarice Lispector**, São Paulo, [2017?]. Disponível em:

<<https://revistacult.uol.com.br/home/escritor-e-acusado-de-racismo-por-trecho-em-biografia-de-clarice-lispector/>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

REVISTA FIGAS. **Carolina Maria de Jesus na favela do Canindé**, 2018. Disponível em: <<http://www.editorafigas.com.br/revista/2018/06/08/retrato-da-favela-no-diario-de-carolina/>>. Acesso em: 22 jul. 2019.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?**. Belo Horizonte: Letramento Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Raymundo Nina. **As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil.** Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2011.

ROSA, Bárbara Oliveira. **As vozes e visões dos catadores de materiais recicláveis sobre meio ambiente.** Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2015.

ROSA, Bárbara Oliveira; GIOMETTI, Analúcia Bueno dos Reis. Educação ambiental nas escolas: representações sociais sobre o meio ambiente e reciclagem. In: IV PYDES Congresso Internacional em Patrimônio e Desenvolvimento Sustentável, 4., 2015, Franca. **Anais** [...]. Franca: UNESP, 2015.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **A mulher na sociedade de classe**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero e violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

SANTOS, Joel Rufino dos. **Carolina Maria de Jesus**: uma escritora improvável. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidade no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SANTOS, Lara Gabriella Alves dos. **Carolina Maria de Jesus**: análise identitária em Quarto de despejo – Diário de uma favelada. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - UFG Regional Catalão, 2015.

SANTOS, Marcela Ernesto dos. **Mulher e negra**: as memórias de Carolina Maria de Jesus e Maya Angelou. 2009.

SANTOS, Tião. **Tião do lixo ao Oscar**. São Paulo: Leya, 2014.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 20, n. 2, jul./dez. 1995.

SILVA, Marcos Antônio Batista da. População Negra e Coronavírus (COVID-19): algumas notas. **D'Cimarrón**, n. 5, 2020.

SOUZA, Claudete Alves da Silva et al. **A solidão da mulher negra**: sua subjetividade e seu preterimento pelo homem negro na cidade de São Paulo. 2008.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres**: o gênero nos une, a classe nos divide. São Paulo: Xamã, 2001. (Cadernos Marxistas).

TRUTH, Sojourner. **E não sou uma mulher?**. Akron, Ohio: 1851. Discurso proferido na Convenção dos Direitos da Mulher. Disponível em:
<<http://arquivo.geledes.org.br/atlantico-nergo/afroamericano/sojourner-truth/22661-e-eu-nao-sou-uma-mulher-sojourner-truth>>. Acesso em: 17 fev. 2016

VILELAS, José. **Investigação**: o processo de construção do conhecimento. Lisboa: Sílabo, 2009.

WALKER, Alice. **Em busca dos jardins das nossas mães**. In search of our mother's gardens. [s.l.]: Orion books, [s.d.], posições 3282-3472. [Kindle ebook] Tradução: Lourdes Modesto. Publicado em 24 de março de 2020. Disponível em:

<<http://loumodesto.com/index.php/2020/03/24/em-busca-dos-jardins-das-nossas-maes-alice-walker/>>. Acesso em: 28 jul. 2020.

WIRTH, Ioli Gewehr. **Mulheres na triagem, homens na prensa**: questões de gênero em cooperativas de catadores. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2013.

WOOLF, Virginia. **A arte do romance**. Porto Alegre: L&PM, 2018.

WOOLF, Virginia. **Orlando**: uma biografia. Autêntica, 2016.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

XAVIER, Giovana. **Você pode substituir mulheres negras como objeto de estudo por mulheres negras contando sua própria história**. Rio de Janeiro: Malê, 2019.

Apêndice – roteiro dos relatos orais

Nome:

Idade:

Sexo:

Escolaridade:

Cor:

Estado civil:

- 1- Aonde você passou a infância? Como era esse lugar?
- 2- Como era a casa que morava?
- 3- Conte como foi sua infância?
- 4- Quem cuidava de você? Como eram seus pais ou responsáveis?
- 5- Como que era com os seus irmãos?
- 6- Como era na escola? Você gostava da escola?
- 7- Tinha alguma 'brincadeira' que você não gostava que faziam com você?
- 8- Com que idade começou a trabalhar? O que fazia?
- 9- Como foi sua adolescência?
- 10- Com quais atividades você já trabalhou além daqui da cooperativa? Como era tratada?
- 11- Você já sofreu racismo ou machismo no trabalho? Algum chefe já mexeu com você?
- 12- Quando começou a trabalhar na cooperativa? Por que está na cooperativa?
- 13- Já sofreu algum preconceito por ser catadora?
- 14- Você reutiliza coisas que encontra na esteira?
- 15- Algum político já se aproximou de você por querer seu voto?
- 16- O que acha do preço do mercado? As coisas estão muito caras?